

N.º 5

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE
ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS/ DO
MANDATO 2021/2025.**

1 Aos vinte e dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e nove
2 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Évora com a
3 seguinte **Ordem do Dia:**

4
5 **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

6
7 **II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

8
9 **III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
10 **seguintes pontos:**

- 11 1. **Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a**
12 **situação financeira do mesmo (para conhecimento);**
- 13 2. **Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022;**
- 14 3. **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2022;**
- 15 4. **Regulamento e Tabela e Taxas e Outras Receitas do Município de Évora / Atualização**
16 **de valores para o ano de 2022;**
- 17 5. **Autorização Prévia para Compromisso Plurianuais no ano de 2022, no âmbito da Lei**
18 **dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**
- 19 6. **Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2022, para ocorrer**
20 **a dificuldades de Tesouraria);**
- 21 7. **Prestação de Contas de 2021 (esta proposta está condicionada à sua aprovação na**
22 **próxima Reunião Pública de Câmara, a realizar no dia 20 de abril)**

23
24 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

25
26 **O Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou os Senhores e Senhoras Deputados
27 Municipais, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os colaboradores técnicos e
28 administrativos que acompanham esta sessão e que a viabilizam de modo a que ela corra
29 escorreitamente, bem como a comunicação social presente pela Rádio Campanário. De seguida deu
30 início à Sessão.

31
32 Estiveram presentes os membros da Mesa:

33 **Presidente – Jorge Quina Ribeiro de Araújo**
34 **1º Secretário – Ananias Delfim Courelas Quintano**
35 **2ª Secretária – Maria da Nazaré Pereira Lança**

36
37 Procedeu à chamada dos deputados municipais eleitos, verificando-se as seguintes presenças:
38 **Presentes:**

- 1 - Maria Clara Canotilho Grácio
- 2 - José Manuel Martins dos Santos
- 3 - Paula Cristina Nobre de Deus
- 4 - Maria Paula Alves Bagio Cadete Pita (em substituição de João Manuel Fialho de Sousa)
- 5 - Maria Elmina Gouveia Barreira Lopes
- 6 - Filipa Gomes de Almeida Perdigão Lobo da Silveira (em substituição de Diogo Costa Freitas
- 7 Pestana de Vasconcelos)
- 8 - Natanael José Carvalho da Vinha
- 9 - José Maria Rodrigues Figueira
- 10 - Ricardo José Balixa Sacristão Cardoso (em substituição de Luís Filipe Braguez Caldeirinha
- 11 Roma)
- 12 - Ana Beatriz Mayorga Perez Cardoso
- 13 - Maria Cristina Correia Santos Mata
- 14 - Ana Raquel Simões de Abreu Taboleiros
- 15 - Lília Graciete Zambujo Fidalgo
- 16 - João Gonçalo Rebelo Fernandes Costa
- 17 - Gertrudes da Conceição Gomes Pastor
- 18 - Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
- 19 - Bruno Manuel dos Santos Martins
- 20 - Joaquim José Pombinho Faria
- 21 - António João Tonaco Gavela
- 22 - Luís Carlos Fialho Pardal
- 23 - Francisco Manuel Branco de Brito
- 24 - Bernarda Julieta da Noite Cota
- 25 - Florinda da Conceição Mendes Carvalho Russo
- 26 - David Miguel Mirrado Lopes
- 27 - Vasco Rafael Riço Casbarra (em substituição de Joaquim António Filipe Pimpão)
- 28 - Redolfo Constantino Pereira
- 29 - José Vitorino Piteira
- 30 - Luís Miguel Caeiro Nico Ramalho
- 31 - Vítor Manuel Marques Vaqueira (em substituição de Lúcio Gabriel Ludovico Guerreiro)
- 32 - Isidro José de Oliveira Lobo

33

34 A Câmara Municipal fez-se representar por:

- 35 - Carlos Pinto de Sá
- 36 - Alexandre Manuel Rosa Varela
- 37 - Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
- 38 - Florbela da Luz Descalço Fernandes
- 39 - Patrícia José Correia Raposinho
- 40 - Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita (em substituição de José Gabriel Paixão Calixto)
- 41 - João Ricardo (em substituição de Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico)

42

43 **I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

44

45 Aberta a sessão, o **Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período reservado ao**
 46 **público, verificando-se para o efeito três pedidos de intervenção. Neste sentido,** solicitou aos
 47 **serviços que contabilizasse o tempo máximo de 15 minutos, de intervenção, conforme estabelecido**
 48 **no Regimento.**

49

1 O Município António José Pinheiro Mourato dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia, para
2 colocar à consideração da Assembleia, o problema dos acampamentos ocasionais e ilegais, passando
3 a ler o seguinte documento:

4 **“ACAMPAMENTOS OCASIONAIS ILEGAIS**
5 **ENQUADRAMENTO**

6 A realização de **acampamentos ocasionais**, de acordo com o estipulado na alínea g), do n.º 2, do
7 Artigo 132.º, da **Lei n.º 75/2013**, é um domínio, conforme previsto na lei, delegado nas juntas de
8 freguesia. A **Lei n.º 50/2018** estabelece novas orientações no que concerne à transferência de
9 competências para as autarquias locais. Existem permanentemente dúvidas se é a Junta de Freguesia
10 ou a Câmara Municipal, quem tem competência na maioria das matérias.

11 O **Decreto-Lei n.º 310/2002** regula o regime jurídico do licenciamento e fiscalização pelas câmaras
12 municipais de atividades anteriormente cometidas aos governos civis.

13 O Capítulo V, do mesmo **Decreto-Lei n.º 310/2002**, regula o licenciamento do exercício da
14 atividade de **acampamentos ocasionais**. Sendo que nos termos das alíneas a) e b), do n.º 2, da
15 Artigo 18.º, a realização de qualquer acampamento ocasional fica sujeita à emissão de parecer
16 favorável do Delegado de Saúde e do Comandante da PSP ou GNR.

17 O **Decreto-Lei n.º 51/2015**, referindo o **Decreto-Lei n.º 310/2002**, vem confirmar o regime jurídico
18 da realização de **acampamentos ocasionais**, determinando a necessidade de emissão de **parecer**
19 **favorável do Delegado de Saúde e do Comandante da PSP ou GNR e a obtenção de licença da**
20 **câmara municipal.**

21 **Existe um Regulamento Municipal sobre o Licenciamento das Atividades Diversas previstas**
22 **no Decreto-Lei n.º 264/2002, de 25 de novembro, e no Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de**
23 **dezembro**

24 **Capítulo V - Licenciamento do exercício da atividade de acampamentos ocasionais**

25 Artigo 33.º Licenciamento

26 A realização de acampamentos ocasionais fora dos locais legalmente consignados à prática do
27 campismo e caravanismo, carece de licença a emitir pela Câmara Municipal.

28 Artigo 34.º Pedido de licenciamento

29 1 — O pedido de licenciamento da realização de um acampamento ocasional é dirigido ao presidente
30 da Câmara Municipal, com a antecedência mínima de 15 dias, através de requerimento próprio, do
31 qual deverá constar a identificação completa do interessado, e será acompanhado dos seguintes
32 documentos:

- 33 a) Fotocópia do bilhete de identidade;
34 b) Fotocópia do cartão de identificação fiscal;
35 c) Autorização expressa do proprietário do prédio.

36 2 — Do requerimento deverá ainda constar o local do município para que é solicitada a licença.

37 Artigo 35.º Consultas

38 1 — Recebido o requerimento a que alude o n.º 1 do artigo anterior, e no prazo de cinco dias, será
39 solicitado parecer às seguintes entidades:

- 40 a) Delegado de saúde;
41 b) Comandante da PSP ou GNR, consoante os casos.

42 2 — O parecer a que se refere o número anterior, quando desfavorável, é vinculativo para um
43 eventual licenciamento.

44 3 — As entidades consultadas devem pronunciar-se no prazo de três dias após a receção do pedido.

45 Artigo 36.º Emissão da licença

46 A licença é concedida pelo prazo solicitado, prazo esse que não pode ser superior ao período de
47 tempo autorizado expressamente pelo proprietário.

48 Artigo 37.º Revogação da licença

49 Em casos de manifesto interesse público, designadamente para proteção da saúde ou bens dos
50 campistas ou caravanistas, ou em situações em que estejam em causa a ordem e tranquilidade
51 públicas, a Câmara Municipal poderá, a qualquer momento, revogar a licença concedida.

1 **CONSIDERANDOS**

2 Considerando que:

3 I) No espaço situado ao cimo da Avenida da Malagueira; entre a Rua Principal de Santa Maria, a
4 Avenida das Fontanas, a Rua dos Morouços, a Rua da Tomada de Água e a Rua dos Poiais, na
5 freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras em Évora. Surgiu recentemente mais um
6 acampamento ocasional, a juntar aos anteriormente existentes.

7 II) Nos termos, da alínea g), do n.º 2, do Artigo 132.º, da Lei n.º 73/2013, a Realização de
8 acampamentos ocasionais é um domínio, conforme previsto na lei, delegado nas juntas de freguesia.

9 A **Lei n.º 50/2018** estabelece novas orientações no que concerne à transferência de competências
10 para as autarquias locais.

11 A Junta de Freguesia, questionada em 17 de Fevereiro de 2022, se tem conhecimento e ou emitiu
12 algum parecer favorável ao abrigo do estipulado no Decreto-Lei n.º 51/2015 que altera parcialmente
13 o Decreto-Lei n.º 310/2002, responde que: "... não foi solicitado nenhum parecer sobre o
14 acampamento que refere, ou qualquer outro. É nosso entendimento que a Câmara Municipal não
15 necessita do parecer da Junta, pois a decisão de autorizar ou não os acampamentos é sua".

16 III) O **Decreto-Lei n.º 51/2015**, referindo o **Decreto-Lei n.º 310/2002**, vem confirmar o regime
17 jurídico da realização de **acampamentos ocasionais**, determinando a necessidade de emissão de
18 **parecer favorável do Delegado de Saúde e do Comandante da PSP** ou GNR e a **obtenção de**
19 **licença da câmara municipal**.

20 IV) Em devido tempo, no ano de 2020, foi solicitado ao Delegado de Saúde, se emitiu parecer
21 favorável a realização de acampamento ocasional ao abrigo do estipulado no decreto-lei n.º 51/2015,
22 que refere o Decreto-Lei n.º 310/2002, na localização acima referida em I).

23 Não foi obtida na altura qualquer resposta.

24 V) Igualmente foi solicitado, também no ano de 2020, ao Comando da PSP de Évora, se emitiu
25 parecer favorável a realização de acampamento ocasional ao abrigo do estipulado no decreto-lei n.º
26 51/2015, que refere o Decreto-Lei n.º 310/2002, na localização acima referida em I).

27 Tendo o Exmo. Sr. Comandante Distrital da PSP de Évora, informado que a PSP não deu qualquer
28 parecer sobre a matéria em questão.

29 VI) Também foi pedido à CME, no ano de 2020, se a Câmara Municipal de Évora emitiu licença
30 favorável a realização de acampamento ocasional ao abrigo do estipulado no decreto-Lei n.º
31 51/2015, que refere o Decreto-Lei n.º 310/2002. Acampamento à data existente no espaço situado
32 entre a Avenida das Fontanas e a Avenida da Malagueira, na freguesia da Malagueira em Évora.
33 Da CME, após muita insistência e na sequência de intervenção do Presidente de Junta de Freguesia,
34 da altura, foi recebida a seguinte mensagem:

35 Ex.mº Senhor;

36 Em resposta ao pedido de informação enviado, cumpre à Câmara Municipal de Évora informar que
37 possuem licença de acampamento no terreno municipal das Fontanas dois agregados familiares.
38 Importa referir que um destes agregados é composto por um elemento adulto e que o outro agregado
39 é composto por três elementos adultos.

40 De referir que existe um terceiro agregado, composto por um elemento que possui autorização para
41 acampar neste espaço, mas de acordo com o acompanhamento efetuado pelos serviços não há registo
42 da sua permanência neste espaço desde 2017.

43 Importa referir que o agregado composto por um elemento é reformado e beneficia de apoio de uma
44 instituição da rede social local, estando a ser iniciado processo de apoio para a procura de solução
45 habitacional. O segundo agregado é beneficiário de rendimento social de inserção, sendo por isso
46 objeto de acompanhamento por parte do Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de
47 Inserção. Além disto, este agregado beneficia de forma esporádica do apoio de algumas instituições
48 da rede social.

49 Ambos os agregados estão inscritos na empresa municipal de habitação Habévora, EM e possuem
50 processo atualizado.

51 Caso considere necessário informação suplementar, encontramos ao dispor.

1 Atenciosamente.

2 Divisão de Educação e Intervenção Social

3 VII) No ano de 2020, sobre as diligências efetuadas, foi solicitado ao Ministro da Administração
4 Interna e ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, para diligenciarem junto da entidade
5 Autárquica (JF e/ou CME), no sentido de fazer aplicar a legislação em vigor.

6 O Ministro da Administração Interna acusou receção e informou que enviou para o Gabinete de S.
7 Exa. a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública.

8 Foi recebida posteriormente, mensagem com uma resposta do Senhor Secretário de Estado da
9 Descentralização e da Administração Local, a informar que “reencaminhámos a comunicação que
10 nos endereçou a S. Exa. o Presidente da Câmara Municipal de Évora, para os devidos efeitos”.

11 Em 2022, na Data de Hoje, tudo continua como em 2020, sem o assumir da responsabilidade pela
12 violação da Legislação e dos Regulamentos em vigor por parte da Autarquia Eborense.

13 Foi recentemente, enviada mensagem ao Delegado de Saúde e ao Comando da PSP, em Évora,
14 solicitando informação se relativamente ao recente acampamento ocasional, a juntar aos
15 anteriormente existentes, foi emitido parecer favorável a realização de acampamento ocasional ao
16 abrigo do estipulado no decreto-lei n.º 51/2015, que refere o Decreto-Lei n.º 310/2002, na
17 localização acima referida em I).

18 O Delegado de Saúde informou que “...por esta USP não foi emitido qualquer parecer ao
19 solicitado...”.

20 Comando da PSP informou que “...a PSP não deu qualquer parecer sobre o acampamento ocasional
21 referido...”

22 **CONCLUSÕES**

23 - A informação em 2020, da CME de que “foi emitida licença de acampamento no local em causa”,
24 confrontada com o facto de a PSP informar que “não deu qualquer parecer sobre a matéria em
25 questão”, leva-nos a concluir haver por parte da CME uma clara violação do estipulado na
26 Legislação que obriga a parecer do Delegado de Saúde e do Comandante da PSP.

27 - A informação em 2022, do Delegado de Saúde de que “por esta USP não foi emitido qualquer
28 parecer ao solicitado” e do Comando da PSP de que “a PSP não deu qualquer parecer sobre o
29 acampamento ocasional referido”, reforça o sentimento de que está a ser violada a Legislação
30 existente.

31 Assim sendo solicita-se à Assembleia Municipal uma intervenção, no sentido de a Câmara
32 Municipal de Évora, cumprir e fazer cumprir a Legislação e Regulamentação em vigor.”

33

34 O **Presidente da Câmara** desejou uma muito boa noite aos membros da Assembleia, aos
35 Vereadores, ao estimado público e aos funcionários, e, informou, como é sabido, esta é uma situação
36 muito complexa, não é apenas a situação no Bairro da Malagueira, é uma situação em vários pontos
37 da cidade de Évora. A única coisa que neste momento quer transmitir é que a generalidade destes
38 acampamentos ocasionais são ilegais porque não têm autorização da Câmara Municipal e, portanto,
39 estão de facto em ilegalidade. De facto, há dois ou três casos, não mais do que isso, que, por
40 situações sociais ou de saúde, têm sido acompanhados pelos serviços sociais da Câmara, aliás em
41 conjunto com outras entidades, no âmbito da Unidade de Rede do CLASE, que trata destas questões.
42 Terá muito gosto em analisar a exposição que o Sr. António Mourato fez, para perceber se a Câmara
43 emitiu alguma licença de acampamento para aquele local.

44

45 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Múncipe seguinte.

46

47 **O Múncipe João Silva** informou que a sua intervenção se prende, única e exclusivamente, com
48 uma questão que gostaria de colocar à Câmara Municipal, e que tem a ver com o que a Câmara
49 perspetiva fazer relativamente ao troço de muralha compreendido entre a Porta de Avis e o
50 Aqueduto, que é um tema transversal aos eborenses, independentemente de questões políticas ou
51 partidárias, que tem sido comentado fortemente nas redes sociais, mas entende que é ali o local ideal

1 para que, pelo menos, haja um esclarecimento sobre o que é que se perspectiva fazer em termos de
2 intervenção, porque, segundo consta, aquela área já foi alvo de uma expropriação que falhou, mas
3 entretanto mantem-se tudo na mesma e, para espanto dos eborenses, há um edifício que foi
4 reconstruído numa área que era suposto ser intervencionada. A sua intervenção tem por objetivo
5 ser esclarecido sobre o que é que a Câmara perspectiva, ou não, fazer naquela área.

6
7 **O Presidente da Câmara** fez um breve esclarecimento e referiu que há uns anos atrás, a Câmara
8 deliberou tomar posse administrativa daqueles prédios e intimou os proprietários dos que foram
9 possíveis, uma vez que prédios que tivessem ocupação ou a ser utilizados não era possível tomar
10 posse deles. Aconteceu que a Câmara deixou passar esse tempo, e não tinha dinheiro para executar
11 a deliberação que tomou, salvo erro em 2014 ou 2015, um dos proprietários reclamou da anulação
12 dessa deliberação de Câmara, uma vez que ela era nula porque não tinha sido efetivada.

13 Consultada a legislação, constatou-se exatamente isso, que a deliberação era nula, e a Assembleia
14 Municipal de Évora declarou aquela deliberação como nula, para evitar que ela fosse anulada em
15 Tribunal. Tendo em conta que o município não tinha verbas suficientes para proceder à tomada de
16 posse administrativa de um conjunto daquelas casas, onde o podia fazer, não avançou nenhum outro
17 processo a este nível e, portanto, aplicam-se todas as leis que estão disponíveis para a zona do Centro
18 Histórico de Évora. Informou que terá todo o gosto de receber o senhor João Silva para, mais em
19 pormenor, tratar deste assunto.

20
21 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Município seguinte.

22
23 **O Município João Paulo Barrambana**, morador em Louredo, cumprimentou todos os presentes e
24 informou que o que o traz aqui é uma questão muito simples. Referiu que foi votado em reunião de
25 Câmara, no passado mês, a suspensão do acordo da Cidade de Évora com a Cidade de Suzdal na
26 Rússia, e que isso é a antítese daquilo que lhe parece profícuo, ou seja, temos um irmão na Rússia,
27 a Cidade Suzdal, e o que é que fazemos, ao invés de procurarmos o nosso irmão, ao invés de lhe
28 dizermos aquilo que entendemos ser comum, ao invés de tentarmos perceber se o nosso irmão está
29 bem informado, se o nosso irmão sabe o que se passa, não, então optamos logo desde o início por
30 suspender o nosso Acordo, já não somos irmãos. Gostaria de saber se em nossa casa é assim que
31 praticamos, gostaria de saber se em nossa casa é assim que agimos para com os nossos irmãos, era
32 só o que tinha a dizer.

33
34 **O Presidente da Câmara** confirmou que, de facto, foi aprovado por maioria em reunião de Câmara,
35 com os votos favoráveis dos Vereadores do PS, da Coligação “Mudar com Confiança” e os votos
36 contra dos eleitos da CDU e da eleita pelo Movimento Cuidar de Évora, esse ponto da deliberação
37 sobre os acontecimentos na Ucrânia. Referiu que foi pedido, pela sua parte, uma informação jurídica
38 no sentido de se esclarecer se a mesma carece, ou não, de deliberação da Assembleia Municipal.

39
40 **O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se havia ainda mais alguma intervenção do
41 público. Não havendo, deu continuidade à sessão passando ao ponto II, Período de Antes da Ordem
42 do Dia.

43 44 **II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** comunicou que, neste ponto, tem uma informação que
47 retende transmitir às Senhoras e Senhores deputados Municipais, de que tomou a iniciativa de
48 solicitar à empresa pública Infraestruturas de Portugal a autorização e apoio para uma visita às obras
49 da ferrovia, partindo do pressuposto que a construção desta ferrovia seria do interesse da
50 Assembleia.

51

1 Começou por informar os senhores Deputados que solicitou à empresa pública Infraestruturas de
2 Portugal a autorização e apoio para uma visita às obras da ferrovia, partindo do pressuposto que a
3 construção desta ferrovia seria do interesse de todos. Neste sentido, disse que a visita está agendada
4 para a próxima sexta feira, mas naturalmente só irá quem tiver interesse em saber em que ponto se
5 encontram os trabalhos de construção da via férrea. Obviamente é necessário, atempadamente, saber
6 o número de pessoas porque a empresa precisa de organizar a visita, nomeadamente
7 disponibilizando um conjunto de capacetes e coletes para os visitantes, que entendam aproveitar
8 esta oportunidade. Recordou que esta obra é uma das mais importantes que se realiza no Alentejo,
9 uma vez que abre possibilidades de desenvolvimento económico em toda a região, não só no
10 escoamento dos produtos que aqui são originados mas também na importação e na exportação e
11 será, seguramente, um dos elementos mais dinamizadores da vida económica da região que se
12 ambiciona há muito tempo, mas também esta via férrea abre caminho para que, mais tarde, possamos
13 ter uma ligação de passageiros entre Lisboa e Estocolmo que é uma ambição de há muitos anos.
14 Informou que vai solicitar que individualmente informem do interesse em participar na próxima
15 sexta feira por volta das 10h, porque tem de dar resposta à empresa. A empresa vai enviar um
16 programa para as coisas serem agilizadas e ainda hoje falou com o responsável da organização deste
17 pequeno evento que ficou de enviar esse programa dentro de poucos dias e, por outro lado, o senhor
18 Presidente da Câmara já disponibilizou o transporte.

19
20 **A deputada Elmina Lopes** solicitou o esclarecimento sobre a informação dada, para entender bem
21 que o Sr. Presidente, o cidadão Jorge Araújo, tomou a iniciativa de organizar uma visita e perguntou
22 se esta visita é uma visita da Assembleia Municipal e que a Assembleia Municipal valide, ou,
23 digamos, que se assuma como o visitante ou se seremos convidados do Sr. Presidente, porque
24 considera pertinente visitarem a obra, considera que é uma obra muito importante para a cidade,
25 gostaria imenso de a visitar, mas considera que o procedimento está um bocadinho ferido pela forma
26 como está a ser conduzido.

27
28 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não tem esse entendimento, não é o
29 funcionário de qualquer partido e, portanto, não anda às ordens de ninguém.
30 Naturalmente, o Presidente da Assembleia conhece muito bem os seus direitos que estão
31 consignados na Lei e no Regimento, mas, um Presidente da Assembleia tem, por natureza, uma
32 margem de manobra que lhe é própria e intrínseca, pelo que, dentro dessa margem de manobra, que
33 não implica qualquer posição política, tomou a decisão de solicitar uma visita às obras considerando
34 que está no âmbito, num entendimento lato, das suas funções e portanto não considera que seja
35 necessário a Assembleia o mandar para organizar uma visita nestes termos. É o seu entendimento
36 e, portanto, vai continuar a chamada para a visita.

37
38 **O deputado Gonçalo Costa** pediu a palavra para informar que se revêm no entendimento do Sr.
39 Presidente da Assembleia.

40
41 **O deputado João Sousa** informou que também se revêm no entendimento de senhor Presidente e
42 como tal já se inscreveu.

43
44 **O deputado António Gavela** referiu que a Assembleia tem uma agenda e que, independentemente
45 da bondade do Sr. Presidente da Assembleia, a Assembleia tem de validar, à partida, essa visita,
46 senão na próxima Assembleia propõe também uma visita ao Hospital de Évora e com a mesma
47 legitimidade. A questão não se prende com a visita à ferrovia, mas sim com o facto de a Assembleia
48 ter que definir a sua agenda caso contrário não estão aqui a fazer nada.

49 **O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a visita às obras não é uma sessão da
50 Assembleia, é algo que corre à margem dos trabalhos da Assembleia e é algo que está disponível
51 para quem quiser, não faz parte da agenda da Assembleia. Prosseguiu a chamada para a visita.

1 **A deputada Gertrudes Pastor** informou que gostaria de fazer parte dessa visita, mas também
2 gostaria de ter discutido a data porque efetivamente a essa hora não é possível, está a trabalhar e
3 não vai com certeza deixar os seus alunos. Portanto, acha que é sempre interessante que as questões
4 que são de Assembleia possam ser discutidas entre todos e atempadamente.

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a visita às obras, a data, o momento e a
7 hora, não depende de nós, depende da empresa, portanto podemos desejar conciliar as visitas com
8 as nossas ocupações, mas, isso não é possível, porque a empresa é que organiza, que promove, que
9 autoriza a visita e, portanto, terá de ser em consonância com as suas possibilidades.

10
11 **A deputada Clara Grácio** referiu que acha que não vale muito a pena estarmos a falar muito sobre
12 essas questões, mas acha que têm que ter um pouco de organização, louva a iniciativa do Sr.
13 Presidente sobre a visita às obras, que é louvável, que é uma obra muito importante e que a
14 Assembleia Municipal tem todo o interesse em saber o estado da obra, que é importante para o
15 Concelho e para o Município, mas exatamente para ser algo minimamente oficial tem que ter alguns
16 procedimentos e é nesse sentido, até para justificações em termos de horários de trabalho, tem de
17 ser uma decisão da Assembleia. Acha que foi uma boa incitava, não estão a por em causa o que aqui
18 está, *agora para ter um carácter, mesmo sendo além da reunião, ter um carácter minimamente oficial*
19 *que possa ser justificativo, é muito mais fácil se houver uma decisão, não custa nada, estão todos de*
20 *acordo de certeza, portanto pensa que é mais cordato, mais razoável, que a Assembleia diga, sim*
21 *senhora, e faça parte da programação da Assembleia, não é uma reunião do ponto de vista de*
22 *convocatória de reunião mas é um Ato da Assembleia e como Ato é justificativo, nomeadamente de*
23 *justificação nos locais de trabalho. Não é um problema pessoal, mas pensa que é um bom princípio*
24 *para esta e outras visitas, que de certeza que vão fazer, e que acha muito importante que se façam.*
25 *Portanto, fazendo parte das iniciativas da Assembleia tem um carácter oficial, é da Assembleia, é*
26 *aprovado em Assembleia e, depois, há um sítio para se inscreverem, porque imagina que a empresa*
27 *tenha de saber por questões logísticas quantas pessoas vão e cada um é responsável por se inscrever*
28 *até ao dia tal, até à hora tal. É uma sugestão porque acha que é mais fácil, é mais eficaz, é mais*
29 *razoável e é um bom procedimento de trabalho da Assembleia.*

30
31 **O deputado Bruno Martins** esclareceu que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora
32 teve o cuidado de transmitir esta ideia, estas informações, no Grupo de Trabalho informal de Líderes
33 desta Assembleia e que enviou e-mails sobre este assunto a informar esta Assembleia que acabou
34 de dar entrada na Mesa uma proposta para a criação, nos termos do Art.º 45º do Regimento desta
35 Assembleia, da Comissão Permanente de Líderes, tal como existe noutras Assembleias Municipais,
36 para que o Grupo de Trabalho de Líderes deixe de ser informal e passe a ser reconhecido por esta
37 Assembleia para que não aconteça o que está a acontecer.

38
39 **O deputado Isidro Lobo** informou que gostaria de ir, mas está a trabalhar e a essa hora, não pode
40 faltar um dia, para além de que conhece a obra quase toda, desde o princípio que anda a acompanhar
41 a obra, mas não tem disponibilidade a essa hora, *em princípio não poderá ir.*

42
43 **O deputado Gonçalo Costa** informou por motivos profissionais, a essa hora, não poderá
44 comparecer, mas louva a iniciativa.

45
46 **O deputado Joaquim Faria** informou que, por razões meramente profissionais, não vai poder
47 comparecer.

48
49 **A deputada Clara Grácio** informou que, nesse momento, não é possível responder se vai estar
50 presente ou não.

51

1 **A deputada Maria Cristina Mata** informou que teria muito gosto em ir, mas também nesse
2 momento não lhe é possível responder face à hora.

3
4 **A deputada Elmina Lopes** informou que em princípio irá, se entretanto não houver nenhum
5 impedimento à última da hora, mas reafirma a sua posição, e considera que no Art.º 21º do
6 Regimento estão as competências da Presidência da Assembleia, pede desculpa em insistir nisso,
7 mas volta a afirmar, como afirmou na sua intervenção inicial, de que a visita é útil, louvável,
8 interessante e tentará estar presente.

9
10 **A deputada Paula de Deus** informou que estará presente considerando que o horário é uma
11 inevitabilidade, imposta pela obra e que quem conhece este tipo de obras sabe, infelizmente, que
12 não é compatível muitas vezes o horário com o horário de trabalho que têm mas têm que se sujeitar,
13 e por ser uma situação de exceção e pela importância que tem, fará um esforço para estar presente.

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que convidou também o Sr. Presidente da Câmara
16 e os Senhores Vereadores a acompanharem a visita, e que há um conjunto de inscrições que viabiliza
17 a visita, serão seguramente numerosos, mas há questões muito importantes a esclarecer, na sua
18 perspectiva pelo menos, não perguntou a ninguém, não formulou a sua perspectiva consultando a
19 Assembleia, mas julga que será importante saber se a linha férrea de mercadorias tem paragem em
20 Évora ou não.

21
22 **A deputada Paula de Deus** referiu que, ainda que tenham recebido durante a tarde as Moções,
23 gostariam de solicitar 5 minutos de pausa para consensualizar no grupo municipal as suas visões.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que os documentos vão ser apresentados e
26 votados, pela ordem de entrada nos serviços, nomeadamente, 2 do Bloco de Esquerda, 4 da
27 Coligação “Mudar Com Confiança”, 4 da CDU e 4 do Movimento Cuidar de Évora.

28
29 **A deputada Paula de Deus** questionou que, já que estão a ser formalistas nalgumas coisas, tinha
30 ficado consensualizado nesta Assembleia que as Moções tinham de ser enviadas antes do momento
31 da reunião. É que se são formalistas numas coisas se calhar também têm de ser noutras.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** confirmou que sim, mas vão tentando “governar” com
34 alguma tolerância.

35
36 **O deputado Bruno Martins** questionou que falou de Moções que foram entregues agora, se já têm
37 acesso a todas ou não, e se foram policopiadas.

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à deputada Paula de Deus que esclareça porque
40 é que pede um intervalo de 10 minutos.

41
42 **A deputada Paula de Deus** disse que provavelmente não se fez entender porque não está em causa
43 pedir, mas sim solicitar um intervalo. Esclareceu que o pedido tem a ver com o facto de terem
44 surgido 5 Moções no início da reunião que não estão fotocopiadas e que não as têm. O Sr. Presidente
45 terá de decidir qual vai ser o procedimento e se este procedimento vai ser seguido nas próximas
46 Assembleias ou se é uma situação de exceção, e em vez de 10 devem ser 15 minutos.

47
48 **O deputado José Figueira** lembrou que na plataforma da Assembleia Municipal, até as 18h,
49 foram colocadas todas as Moções que aqui estão compiladas e que estavam na bancada quando
50 entraram. Sobre estas Moções podem decidir, porque as Moções foram entregues com 48h de

1 antecedência e os eleitos tiveram todo o tempo de as ler. Estas Moções que agora foram entregues,
2 propõe que os serviços tirem as fotocópias e a seguir se faça o intervalo para as lerem.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** referiu que entende ser importante os Membros da Assembleia
5 Municipal votarem se essas propostas que foram agora entregues em mão, sejam elas 3, 4, 5, que
6 desconhecem, deverão ou não ser apreciadas nesta Assembleia Municipal, uma vez que houve esse
7 entendimento prévio que as propostas, as Moções, deveriam ser entregues antes da realização da
8 Assembleia Municipal, portanto, pensa que poderia ser uma boa solução ser colocada à votação se
9 essas propostas deveriam ou não ser apreciadas hoje.

10
11 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que têm de ser aceites e que, e que enquanto são
12 feitas as fotocópias das Moções que chegaram em última da hora, talvez possam avançar com
13 aquelas que todos conhecem. Se estivessem de acordo, daria início à discussão das Moções.

14
15 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado José
16 Figueira que procedesse à apresentação da **Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da**
17 **Água 2030**, da bancada da CDU.

18
19 **O deputado José Figueira** procedeu à apresentação da Tomada de Posição à Assembleia, a qual se
20 transcreve na íntegra:

21 *“Está neste momento em processo de consulta pública, até ao dia 12 de maio, o projeto de*
22 *Resolução do Conselho de Ministros que aprova o PENSAARP 2030.*

23 *Este Plano é de uma grande importância para o sector das águas e saneamento, pois pretende*
24 *definir os princípios e orientações deste sector para os próximos 10 anos. O abastecimento de água*
25 *e a gestão de águas residuais a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais*
26 *é de grande relevância para a vida quotidiana. Pelo que representa do ponto de vista da criação*
27 *de condições para a melhoria do bem-estar e das populações, pelo elevado número de*
28 *trabalhadores que envolve, pelos efeitos que provoca a nível da gestão de recursos hídricos, ainda*
29 *mais significativo quando se vive em ambientes de recorrente escassez, como é o caso da Região*
30 *do Alentejo. A par dos factos descritos, está-se perante um sector que no ano de 2020, teve um*
31 *elevado volume de rendimentos gerados, no montante de 2, 5 mil milhões de euros. Onde o*
32 *investimento acumulado entre 1993 e 2020 terá sido de 13,2 mil milhões, perspetivando-se para os*
33 *próximos dez anos um investimento previsível entre os 3,5 e os 6,6 mil milhões de euros. Importa*
34 *relevar e apresentar, sobre o conteúdo do PENSAARP2030, os seguintes considerandos:*

35 *1.2 Debruçando-se o documento sobre o caminho percorrido no "setor das águas", sobretudo a*
36 *partir de 1993, não se pode esquecer o relevante trabalho desenvolvido pelas autarquias locais na*
37 *generalidade do País, que na sequência da Revolução de Abril, assumiram o abastecimento de*
38 *água e a construção de redes de esgotos, como prioridades da sua atuação, contando muitas vezes*
39 *com o trabalho voluntário das populações, o que se traduziu numa melhoria substancial da*
40 *qualidade de vida;*

41 *2.2 As alterações verificadas, a partir de 1993, tiveram como característica principal a procura da*
42 *captura e expropriação desta competência aos municípios com a separação entre a alta e a baixa*
43 *e a criação dos sistemas multimunicipais, passando o Estado a assumir esta competência, abrindo*
44 *caminho à transformação deste sector num negócio, correndo-se sempre o risco da sua*
45 *privatização, que já esteve nas intenções de diversos governos e que já aconteceu no sector da*
46 *gestão dos resíduos urbanos.*

47 *A intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios:*

- 48 *• A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;*
- 49 *• O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de*
50 *competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspetiva de ser cada*

1 município a deter a responsabilidade da gestão em baixa, devendo os sistemas
2 multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;

- 3 • Impedir a transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de
4 valor ao recurso água com pretextos de natureza ambiental, mas hipervalorizando a
5 componente financeira;
- 6 • Garantir a acessibilidade económica e física dos utilizadores.

7 Pelo que, dever-se-á assumir como prioridades da intervenção/ação:

- 8 a) Assegurar a eficiência hídrica, sendo este o nó górdio que há que desatar no sector;
- 9 b) Garantir a qualidade do serviço a prestar.

10 O documento em consulta pública apresenta, quanto à sua VISÃO e OBJECTIVOS
11 ESTRATEGICOS: o top 3 dos objetivos extremamente importantes (de entre 4 objetivos globais e
12 20 objetivos específicos), a saber: sustentabilidade económica e financeira; governo e
13 estruturação do setor (sustentabilidade estrutural do setor); e sustentabilidade infraestrutural. A
14 eficiência hídrica aparece mencionada em quarto lugar. Esta questão tem depois expressão nas
15 medidas e incentivos (no total 85), tendo sido também apresentado o top 15 das mesmas, das quais
16 se evidenciam as cinco primeiras: consolidação da política tarifária nas entidades gestoras;
17 melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras; reforço do compromisso
18 dos diversos órgãos políticos; reforço do compromisso das entidades gestoras de titularidade
19 municipal; e reforço do compromisso do regulador de serviços. A reabilitação de infraestruturas
20 surge em nono lugar e a redução de perdas de água nos sistemas em décimo primeiro.

21 Pelo exposto, torna-se claro quanto aos objetivos pretendidos quanto à finalidade para onde se
22 pretende que o sector das águas se deva encaminhar, utilizando como documento orientador, desse
23 fim o PENSAARP que depois será "cozinhado" com o que for determinado nos programas
24 operacionais regionais de financiamento, na medida em que este setor transita dum programa
25 operacional temático para programas regionais.

26 Concomitantemente, há que admitir que a exemplo do que tem acontecido no "Portugal2020",
27 ainda em vigor, a ERSAR venha a desempenhar um papel de indicação de cumprimento de
28 requisitos prévios de "mérito" (ou mesmo que seja posteriores), associado a orientações diretas da
29 tutela pese embora o seu estatuto independente.

30 Esta justificada preocupação, prende-se com o facto de o Governo continuar com a orientação de
31 aplicação da discriminação negativa no acesso aos fundos, conforme já se leu nos trabalhos
32 preparatórios do Portugal 2030, com a indicação de que serão priorizadas as candidaturas de
33 entidades associadas.

34 Portugal não tem atualmente um problema de qualidade da água, pois os indicadores de água
35 segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência
36 hídrica e da redução de perdas.

37 Neste quadro deverá ser assegurada a mobilização de recursos financeiros dos diversos
38 instrumentos ao dispor, em particular: a) O Portugal 2030, o PRR, o Fundo Ambiental, o
39 Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais; b) Os programas regionais que vão acolher
40 esta área devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades.

41 Os recursos a serem disponibilizados deverá atender a intervenções e Projetos: a) Que deve passar
42 pela reabilitação de infraestruturas; b) Pela criação de zonas de medição e controlo; c) Pela
43 criação de zonas de controlo de pressão; d) Pela deteção ativa de fugas e roturas e sua resolução;
44 e) Pela substituição de contadores onde devem ser privilegiados os digitais e ser permitido o acesso
45 aos fundos do PRR referentes à transição digital; f) E ainda por soluções de organização e gestão
46 que aumentem os níveis de água faturada.

47 A prioridade, não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como
48 elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa
49 haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas
50 incumbe prover este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação.

1 *Tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação, a Assembleia Municipal de Évora,*
 2 *reunida em 22 de abril de 2022, entende tomar a seguinte posição:*

- 3 1. *Emitir parecer globalmente desfavorável ao projeto de Resolução sobre PENSAARP*
 4 *2030, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais*
 5 *ênfase no combate às perdas de água e na eficiência hídrica;*
- 6 2. *O Plano tal como outros instrumentos para o sector, deve garantir a sua gestão pública,*
 7 *e o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias;*
- 8 3. *Que sejam adotadas medidas de apoio aos municípios como entidades gestoras, por parte*
 9 *das entidades ligadas ao sector, em particular a ERSAR e a APA, respeitando sempre a*
 10 *autonomia dos municípios com*
 11 *realce para as opções em matéria tarifária e de forma de financiamento prevalecendo a*
 12 *regra das três fontes (tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento)."*

13
 14 **O deputado José Figueira** informou que não irá ler o documento, que foi colocada na Plataforma
 15 da Assembleia Municipal há 48 horas. Salientou que o seu enquadramento e questões de carácter
 16 técnico e também financeiro e económico, são devidamente fundamentadas e partem de uma análise
 17 das 277 páginas que constituem o Plano Estratégico da Água que, pela primeira vez, vai incluir
 18 também as águas pluviais, chamadas águas das chuvas. Relembrou que é um Plano para 10 anos,
 19 que está em discussão pública até ao dia 12 de maio, de uma grande importância para todos e ainda
 20 mais significativo quando se vive em ambiente de recorrente escassez, com é o caso da região do
 21 Alentejo.

22 As alterações que se têm vindo a verificar no sector desde 1993 tiveram, ao longo de todos estes
 23 anos, como característica principal a procura da captura e a expropriação desta competência aos
 24 Municípios. Conhecem a realidade do Concelho de Évora e na sua opinião, as prioridades que hoje
 25 surgem no Plano Estratégico estão invertidas, na medida em que consideram que as intervenções
 26 prioritárias deverão ser sempre no sentido de resolver os problemas hídricos, os problemas das
 27 perdas de água, e não começar por querer a subida das tarifas como elemento prioritário, ou o nível
 28 de grau da cobertura de gastos. Leu a parte da deliberação dado que, como já disse, todos tiveram
 29 acesso ao documento em devido tempo.

30
 31 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

32
 33 **A deputado Florinda Ramos** informou que mediante esta Tomada de Posição e respondendo um
 34 pouco à questão da CDU, irão abster-se se existir o consenso da retirada do ponto 1. Gostava de
 35 realçar, aqui esta situação, porque realmente fez-lhe espécie como é que a CDU coloca este ponto,
 36 não pensando na questão da água de S. Manços, porque afinal o que é que a CDU, o que é que a
 37 Câmara neste momento fez em relação à qualidade e ao serviço que está a ser prestado à população
 38 de S. Manços. Só fazendo referência a esta mesma localidade acha que está tudo dito, mediante esta
 39 situação, por isso se for retirado o ponto 1, a bancada do PS será a abstenção, caso contrário será
 40 contra.

41
 42 **O deputado José Figueira** esclareceu que estão a falar de uma tomada de posição sobre uma
 43 matéria que está em discussão pública e que as entidades se devem pronunciar favoravelmente ou
 44 contra.

45
 46 **A deputado Florinda Ramos** reafirmou que sendo assim será contra.

47
 48 **A deputado Ana Tableiros** considerou que relativamente a esta moção vão abster-se de tomar
 49 uma posição, porque consideram que esta tomada de posição relativa a um bem tão precioso como
 50 é a água e os recursos hídricos, e tudo aquilo que envolve, obriga a um conhecimento mais
 51 aprofundado, com esclarecimentos mais específicos sobre aspetos técnicos e necessidades

1 interventivas, que não estão consignadas no documento. Neste sentido, por considerarem não
2 estarem devidamente esclarecidos estes aspetos de forma a poderem tomar uma decisão
3 devidamente fundamentada e de forma consciente, vão abster-se nesta proposta.

4 Aproveitam a oportunidade para recomendar a realização de jornadas de trabalho que envolvam
5 técnicos especializados nas mais variadas vertentes, autarcas e responsáveis pelos institutos e
6 entidades diretamente relacionados com este assunto.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
9 pedidos de intervenção, submeteu a presente Tomada de Posição a votação.

10
11 **A Mesa da Assembleia Municipal** constatando o empate dos votos a favor e contra, o Presidente
12 da Assembleia Municipal usou o seu voto de qualidade.

13
14 **Deliberação da Tomada de Posição:**

15 **Rejeitada por maioria**, com 13 votos contra (13 do PS), 13 votos a favor (1 do BE, 8 da CDU, 3
16 do Movimento Cuidar de Évora, e 1 do MMPI), e 7 abstenções (1 do CH, 1 do MICAZA e 5 da
17 Coligação “Mudar Com Confiança”), com 33 presenças verificadas

18
19 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado Bruno
20 Martins que procedesse à apresentação do **Voto de Saudação ao 25 de Abril**, da bancada do BE.

21
22 **O deputado Bruno Martins** procedeu à leitura do Voto de Saudação à Assembleia, o qual se
23 transcreve na íntegra:

24 *“O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do 50º aniversário da Revolução de Abril, que*
25 *se assinalarão ao longo de 5 anos (2022 a 2026). É tempo de lembrar a história da resistência à*
26 *ditadura e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da Revolução, de*
27 *transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa, e contra a opressão.*
28 *Foi através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, que se terminou*
29 *com a ditadura fascista, que se pôs fim à PIDE, que se acabou com a censura, que se libertaram*
30 *os presos políticos e se terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos portugueses os*
31 *direitos e liberdades fundamentais.*

32 *Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos,*
33 *nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na*
34 *educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos*
35 *trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.*

36 *O 25 de abril não é apenas importante como data simbólica, mas também como um processo de*
37 *transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra*
38 *o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e*
39 *fraterna.*

40 *As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a Revolução não são*
41 *irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações*
42 *e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as*
43 *desigualdades e a exclusão social.*

44 *Quando o neoliberalismo e a extrema direita lançam a sua sombra de regressão política, social e*
45 *civilizacional, num ataque frontal às conquistas de Abril, manter viva esta celebração é continuar*
46 *a defender a Constituição da República de Abril. E fazemo-lo em solidariedade e intercâmbio com*
47 *os povos da Europa e do mundo que hoje enfrentam a mesma ameaça de retorno à barbárie e a*
48 *combatem.*

49 *No ano em que voltamos a poder celebrar o 25 de Abril de uma forma mais próxima da*
50 *“normalidade” pré-pandemia, reiteramos a defesa dos valores da liberdade, democracia e*
51 *solidariedade. Porque manter viva a lembrança simbólica desse marco fundador da democracia é,*

1 igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa
2 para todos e para todas.

3 Assim, a Assembleia Municipal de Évora reunida a 22 de abril de 2022, delibera:

4 1. Saudar o 48º aniversário da Revolução de Abril, bem como as comemorações do 50º aniversário
5 que decorrerão entre 2022 e 2026, prestando tributo a todas e todos aqueles que se envolveram
6 na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela Democracia e pela
7 implementação do Estado social.”

8
9 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

10
11 **O deputado José Figueira** sugeriu que, como há outra moção sobre o 25 de Abril, se juntassem as
12 duas para se discutir, o que tem sido a prática na Assembleia.

13
14 **A deputada Paula de Deus** referiu que sem prejuízo de em seguida ser apresentada a outra moção,
15 a votação terá que ser sempre em separado porque são moções com um espírito claramente diferente.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** considerou que não havendo consenso sobre esta matéria,
18 serão votadas separadamente.

19
20 **O deputado Rodolfo Pereira** informou que, obviamente, o Partido Socialista votará a favor deste
21 Voto de Saudação e que os valores de Abril prevaleçam para sempre.

22
23 **O deputado José Santos** informou que a bancada Coligação “Mudar Com Confiança” também
24 saúda o 25 de Abril, mas que tem alguma dificuldade nestes momentos porque são sempre muito
25 ideológicos e são muito pesados, uma carga muito ideológica. A sugestão que fizeram ao deputado
26 Bruno Martins, se ele obviamente entender equacionar, é que se retirasse a expressão
27 neoliberalismo, se essa expressão fosse retirada, a bancada Coligação “Mudar Com Confiança”
28 votaria a favor do Voto de Saudação.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao deputado Bruno Martins se aceitava a
31 sugestão.

32
33 **O deputado Bruno Martins** referiu que, assinalando que a social democracia já foi à história no
34 PSD, pelos vistos, não será por isso que não haverá um consenso alargado. Julga que os valores de
35 Abril merecem que haja um consenso alargado sobre esta matéria, portanto aceitou.

36
37 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
38 pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Saudação a votação.

39
40 **Deliberação do Voto:**

41 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

42
43 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado
44 Francisco Figueira que procedesse à apresentação do **Voto de Pesar para com as vítimas da**
45 **guerra na Ucrânia**, da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

46
47 **O deputado Francisco Figueira** procedeu à apresentação do Voto de Pesar à Assembleia, o qual
48 se transcreve na íntegra:

49 “(1) Considerando a guerra hedionda perpetrada pela Federação Russa à Ucrânia, país soberano
50 e independente à luz do Direito internacional.

1 (2) Considerando que a ofensiva bélica russa não se tem limitado a alvos militares, mas que pelo
2 contrário tem incidido, de forma cruel e desumana, em escolas, infraestruturas médicas e locais
3 de lazer e cultura, como teatros, entre outros.

4 (3) Considerando, particularmente, o massacre de civis levado a cabo pelo exército russo em
5 cidades como Bucha, Borodyanka e Mariupol, situação que não mereceu condenação pelo governo
6 da Federação Russa, relembrando práticas do nazismo que julgávamos totalmente erradicadas do
7 continente europeu.

8 - Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal da Coligação
9 "Mudar com Confiança" propõe à Assembleia Municipal de Évora que delibere, na sua Sessão
10 Ordinária de 22 de abril, o seguinte:

11 1. Condenar a violência atroz e a prática ao que tudo indica de crimes de guerra pelo exército e
12 governo russos, contra civis- homens, mulheres e crianças - ucranianos.

13 2. Manifestar a sua solidariedade para com o povo ucraniano, incluindo aos cidadãos deste país
14 já acolhidos na nossa mui nobre e leal Cidade de Évora.

15 3. Realizar um minuto de silêncio na sessão da Assembleia Municipal de 22 de abril, por todas as
16 vítimas da guerra da Ucrânia, não esquecendo, particularmente, os civis assassinados nas
17 cidades de Bucha, Borodyanka e Mariupol.

18 Mais se delibera enviar este Voto de Pesar:

19 - À Assembleia da República;

20 - À Embaixada da Ucrânia em Portugal."

21
22 **O deputado Francisco Figueira** informou que se abstém da leitura do Voto de Pesar, por razões
23 de economia de tempo, que foi oportunamente distribuído e todos têm conhecimento. Este Voto de
24 Pesar pretende condenar, mais uma vez, a violência atroz que está a ser aplicada pelo exército da
25 Federação Russa contra civis na Ucrânia, manifestar a solidariedade com o povo ucraniano e
26 deliberar que a Assembleia Municipal realize, ainda hoje, um minuto de silêncio pelas vítimas da
27 guerra da Ucrânia, não esquecendo os civis assassinados nas cidades de Bucha, Borodyanka e
28 Mariupol.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

31
32 **O deputado José Figueira** referiu que em relação a este Voto de Pesar, estão solidários com todas
33 as vítimas da guerra que tem ocorrido na Ucrânia, mas, na verdade não podem acompanhar este
34 Voto de Pesar, na medida em que a proposta tem uma visão parcial do conflito, que se iniciou há
35 mais de 8 anos e ainda hoje a ONU prestou uma declaração de que tudo indica existirem crimes de
36 ambos os lados. O voto da CDU não pode acompanhar este Voto de Pesar tal como está elaborado.
37 Informou que em relação ao ponto 3, o minuto de silêncio, estão disponíveis a votar favoravelmente
38 de forma separada, e se forem feitas alterações a esta redação, nomeadamente no que diz respeito à
39 guerra da Ucrânia, à guerra na Ucrânia, e acrescentarem Odessa, Casa dos Sindicatos, Donetsk e
40 Lugansk, que desde há 8 anos a esta parte ocorreram vítimas desse mesmo conflito.

41
42 **A deputada Paula de Deus** referiu que este Voto de Pesar é um Voto que consideram de grande
43 elevação política, suprapartidária, e infelizmente o Partido Comunista Português não tem essa visão,
44 e deve ser das primeiras vezes em que o Partido Comunista Português não vota um voto de pesar
45 em defesa dos mais fracos, e é estranho porque, independentemente de se tratar de uma guerra que
46 já teve início em 2014, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Neste momento, trata-se
47 da invasão do país russo, uma grande potência mundial que, barbaramente, invade um país soberano,
48 onde, de forma atroz, comete todo o tipo de crimes contra civis, homens, mulheres e crianças
49 ucranianos, como tão bem está expresso neste Voto de Pesar, e, de facto, não podemos ser mais
50 solidários com a forma digna como aqui se defende o povo mais fraco que, tenazmente, está com
51 honra e o máximo de elevação, a defender os seus.

1 **A deputada Clara Grácio** recordou que as vítimas devem ser respeitadas, e não percebe,
 2 sinceramente, qual é o problema de acrescentar vítimas do mesmo território que também sofreram
 3 exatamente os mesmos tratamentos, mas não distingue vítimas, não distingue crianças, não
 4 distingue mulheres, não distingue homens.

5
 6 **O deputado Francisco Figueira** informou que, naturalmente, não retiram nem uma vírgula ao Voto
 7 de Pesar que foi apresentado, os direitos humanos não são negociáveis, a liberdade não é negociável,
 8 a agressão não é negociável e, portanto, com dignidade defendem um povo que está a ser
 9 barbaramente chacinado, que foi invadido, há um país agressor e há um país agredido, lamentam
 10 que os olhos ideológicos não permitam ver factos, mas a realidade é o que é, não é por podermos
 11 afirmar que a terra é plana que ela deixa de ser redonda e, de facto, lamenta assistir mais uma vez a
 12 isto, nem uma vírgula.

13
 14 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
 15 pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Pesar a votação.

16
 17 **Deliberação do Voto:**

18 **Aprovado por maioria**, com 25 votos a favor (13 do PS, 5 Coligação “Mudar Com Confiança”, 3
 19 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do BE, 1 CH, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), 6 votos contra da
 20 CDU e 2 abstenções da CDU, com 33 presenças verificadas.

21 **Declaração de voto da CDU:**

22 *“A posição da CDU deve-se ao facto de, pese embora se tenha feito uma proposta de alteração do*
 23 *Voto de Pesar, o mesmo ter uma visão parcial do conflito que se iniciou há mais de 8 anos, de*
 24 *ainda hoje a Organização das Nações Unidas ter declarado tudo indicar que existem crimes de*
 25 *ambos os lados, e, ao mesmo tempo, não terem sido considerados no minuto de silêncio as vítimas*
 26 *Casa dos Sindicatos em Odessa e também em Donetsk e Lugansk, onde foram mais de 15 mil*
 27 *pessoas assassinadas nesses conflitos .”*

28
 29 **Declaração de voto de Isidro Lobo:**

30 *“A minha abstenção é devido ao que vou dizer a seguir, é matéria demais para a minha camioneta,*
 31 *não consigo perceber nada, sei que estão a morrer pessoas e eu sou totalmente contra isso, agora*
 32 *não consigo entender a guerra, não consigo entender quem é o bonzinho e quem é o mau, então*
 33 *acho que é melhor abster-me, do que estar aqui a levantar braços e estar a favor deste ou daquele*
 34 *e depois temos tanta coisa aqui no nosso país que não somos capazes de resolver, nem ouvimos*
 35 *nem sabemos, ainda ontem, tenho de contar isto agora já, um senhor me telefonou precisa de fazer*
 36 *um transplante no Hospital no Porto, uma pessoa de Évora, um amigo meu de Évora, e que os*
 37 *hospitais do Porto e de Évora não de entendem no seu transporte, quanto é que eu lhe levava de o*
 38 *levar daqui de táxi para o Porto, isso as pessoas não se apercebe, desde que se vão buscar pessoas*
 39 *à Urânia e deixamos morrer os nossos aqui à porta, este País está mau, abster-me neste e vou*
 40 *abster-me em todos os pontos que digam respeito a esta situação.”*

41
 42 **O Presidente da Assembleia Municipal** anunciou o minuto de silêncio pelo Voto de Pesar para
 43 com as vítimas da guerra na Ucrânia.

44
 45 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado
 46 Francisco Figueira que procedesse à apresentação da **Recomendação Limpeza e higiene do espaço**
 47 **público no Centro Histórico de Évora**, da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

48
 49 **O deputado Francisco Brito** procedeu à apresentação da Recomendação à Assembleia, a qual se
 50 transcreve na íntegra:

1 “O Centro Histórico de Évora, reconhecido como Património Mundial pela UNESCO, assume-se
2 como espaço nuclear para a população eborense. Culminando diversas tipologias de utilização,
3 como a habitação, o comércio, os serviços ou o simples usufruto do espaço público e da envolvente
4 monumental. A concentração de pessoas num determinado local protagoniza uma crescente de
5 oferta de espaços comerciais e de espaços de restauração, e naturalmente que esta circunstância
6 ocorre também no Centro Histórico de Évora. Parte destes espaços de restauração dispõem de
7 esplanada, o que é manifestamente positivo considerando o nosso clima e a oferta de um espaço de
8 usufruto exterior, em que simultaneamente pode existir atividade comercial. Contudo verifica-se
9 que após o encerramento de alguns estabelecimentos de restauração, ficam no espaço público os
10 resíduos provenientes desta atividade, durante toda a noite.

- 11 (1) Considerando os padrões de desenvolvimento do concelho de Évora e os hábitos de vida
12 dos eborenses;
- 13 (2) Considerando a elevada frequência de pessoas no espaço público do Centro Histórico de
14 Évora;
- 15 (3) Considerando a importância do serviço que é prestado aos que habitam e aos que nos
16 visitam;
- 17 (4) Considerando que este problema ocorre essencialmente em praças como a Praça do
18 Giraldo e a Praça 12 de Maio;
- 19 (5) Considerando que a época de verão intensifica a atividade turística no Centro Histórico
20 de Évora e que conseqüentemente existe um aumento do número de pessoas a circular em
21 nas ruas.

22 Em face do exposto, vem o Grupo Municipal “Coligação Mudar com Confiança” propor que a
23 Assembleia Municipal de Évora, na sua sessão ordinária de 22 de abril de 2022, delibere
24 recomendar à Câmara Municipal de Évora:

- 25 1º A promoção, junto dos proprietários de estabelecimentos de restauração do Centro
26 Histórico, nos próximos 60 dias, de uma campanha de sensibilização para que se minimize o
27 impacto desta atividade no espaço público após o encerramento dos estabelecimentos.
- 28 2º O aumento, de imediato, da frequência de limpeza do espaço público no Centro Histórico
29 de Évora, incluindo a adequação dos horários e dos meios para que essa limpeza seja mais
30 eficaz.”

31
32 **O deputado Francisco Brito** informou que não irá ler a Recomendação que, sucintamente, diz
33 respeito a um problema que existe no Centro Histórico de Évora que ocorre principalmente depois
34 do encerramento dos espaços de restauração, é algo que se pode resolver de forma simples e é
35 distinto daqueles que já estão a ser trabalhados entre a União das Freguesias de Évora e a Câmara
36 Municipal, e outros problemas que existem, e que a sua resolução está a ir, crê, no caminho certo.
37 Este é um problema distinto, e por isso, em face do exposto, vem o Grupo Municipal da Coligação
38 “Mudar Com Confiança” propor à Assembleia Municipal de Évora, na sua sessão ordinária de 22
39 de abril de 2022, que delibere Recomendar à Câmara Municipal de Évora:

- 40 1º A promoção, junto dos proprietários de estabelecimentos de restauração do Centro Histórico, nos
41 próximos 60 dias, de uma campanha de sensibilização para que se minimize o impacto desta
42 atividade no espaço público após o encerramento dos estabelecimentos;
- 43 2º O aumento, de imediato, da frequência de limpeza do espaço público no Centro Histórico de
44 Évora, incluindo a adequação dos horários e dos meios para que essa limpeza seja mais eficaz.

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

47
48 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

49
50 **O Presidente da Câmara** referiu que pretende dar alguns esclarecimentos relativamente a esta
51 matéria, recordando que está em curso, e durante este ano será intensificado, um programa de

1 recolha dos resíduos orgânicos junto destes estabelecimentos, já foi anunciado, já está em
2 preparação e será projeto piloto que, depois, será de forma sistemática e garantida, e, também no
3 mesmo âmbito, a sensibilização está também em andamento. Relativamente ao reforço da limpeza
4 dos espaços, estão a adequar os meios ao período que estamos a entrar agora, de maior impacto,
5 sobretudo por parte da área do turismo, na área da restauração e de outros estabelecimentos deste
6 tipo.

7
8 **O deputado Gonçalo Costa** informou que a bancada municipal do Partido Socialista, obviamente,
9 que se associa a esta Recomendação da Coligação “Mudar Com Confiança”, uma vez que as
10 questões da limpeza, higiene e salubridade do Centro Histórico, não apenas, mas de toda a Cidade,
11 são uma preocupação desta bancada e, portanto, o que também sugerem é que esta Recomendação
12 se estenda a todos os Bairros da Cidade, uma vez que as questões da higiene preocupam sobejamente
13 a população eborense. Ao longo dos anos, e a Câmara Municipal já é responsável por esta questão
14 há bastantes anos, ainda não foi conseguido dar uma resposta à altura das necessidades da população
15 e que por esses motivos se associam a esta Recomendação.

16
17 **O deputado Francisco Brito** agradeceu a informação disponibilizada pelo Sr. Presidente, mas de
18 facto esta Recomendação não diz respeito aos resíduos orgânicos, que é muito importante que essa
19 recolha aconteça e que crê que no Centro Histórico de Évora irá começar em meados de maio, foi a
20 informação que obteve da outra entidade parceira. Outra questão tem a ver com a recolha da
21 reciclagem, porque os espaços de restauração têm a obrigação de reciclar e há muitos problemas
22 nesse sentido, também já teve oportunidade de falar com o Sr. Vereador, portanto a Câmara
23 Municipal está a par e está atenta em relação a isso. Estão disponíveis para alargar esta área de
24 abrangência da Recomendação à restante Cidade, ou ao Concelho, se assim se verificar e se as
25 freguesias rurais assim o entenderem.

26
27 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** começou por dizer que a questão da limpeza da Cidade é das
28 questões que mais tem mobilizado a população e ouvem muitas queixas relativamente a esta matéria.
29 Acha muito importante esta Recomendação porque vem chamar a atenção para que é tão importante
30 limpar como não sujar, e achar muito relevante o que se propõe. Também dizer, no sentido daquilo
31 que foi referido mesmo agora pelo Sr. deputado antes de si, a verdade é que a Cidade não é suja só
32 pelos os estabelecimentos de restauração, é muitas vezes sujas até por outros comerciantes que têm
33 estabelecimentos de venda das mais variadas coisas, portanto, é muito importante que haja também
34 uma sensibilização para que se suje menos. Chama a atenção do Sr. Presidente que a propósito da
35 limpeza, muitas vezes é referido até nas redes sociais, as horas e com a forma como esta recolha é
36 feita, muitas vezes, sobretudo em postos que são ao lado de esplanadas, em que é feita essa recolha
37 durante o período em que as pessoas estão na esplanada a jantar ou a lanchar, portanto que houvesse
38 o cuidado de, e aproxima-se aí a primavera, o verão e o bom tempo, e terminadas todas as limitações
39 do Covid, quando fosse feita a limpeza e ou a recolha, não coincidissem com estes tempos em que as
40 pessoas estão na esplanada.

41
42 **O Presidente da Câmara** esclareceu sobre esta questão dos horários das esplanadas, a situação já
43 está a ser acautelada, mas não conseguem acautelá-la a 10%, porque quando têm avarias
44 significativas nos equipamentos, o obriga a fazer horários que não gostariam de praticar, no entanto
45 quer dizer que neste momento estão a tentar, exatamente através do reforço dos equipamentos,
46 ultrapassar essas questões, portanto essa situação já se verifica menos mas ainda se verifica
47 infelizmente.

48
49 **A deputada Elmina Lopes** disse que a CDU vai votar favoravelmente esta Recomendação, porque
50 vai ao encontro da planificação que a Câmara está a fazer e o trabalho notável que está a fazer a

1 nível da limpeza que já se nota claramente em toda a Cidade as enormes melhorias nos últimos
2 meses e, portanto, vão votar favoravelmente e cumprimentam pela iniciativa.

3
4 **O deputado Gonçalo Costa** disse que só quer confirmar que ouviu bem o que a Sra. deputada disse,
5 trabalho impecável da Câmara, disse notável, fica registado.

6
7 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
8 pedidos de intervenção, submeteu a presente Recomendação a votação.

9
10 **Deliberação da Recomendação:**

11 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

12
13 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado
14 Francisco Brito que procedesse à apresentação da **Recomendação Reforço da segurança no**
15 **Centro Histórico de Évora**, da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

16
17 **O deputado Francisco Brito** procedeu à apresentação da Recomendação à Assembleia, a qual se
18 transcreve na íntegra:

- 19 (1) *Considerando os sucessivos casos conhecidos de violência no Centro Histórico de Évora,*
20 *principalmente decorridos durante as noites de fim de semana;*
21 (2) *Considerando que o município tem conhecimento das zonas mais problemáticas do Centro*
22 *Histórico de Évora;*
23 (3) *Considerando que a segurança é um valor primordial para qualquer ser humano e que*
24 *todos devem ter os seus direitos consagrados de igual forma;*
25 (4) *Considerando que existe um sentimento de insegurança crescente, por parte dos moradores*
26 *do Centro Histórico de Évora, principalmente desde os períodos de confinamento a que a*
27 *pandemia de COVID19 nos obrigou.*

28 *Em face do exposto, vem o Grupo Municipal "Coligação Mudar com Confiança" propor que a*
29 *Assembleia Municipal de Évora, na sua sessão ordinária de 22 de abril de 2022, delibere*
30 *recomendar à Câmara Municipal de Évora e ao seu Presidente:*

31 *- A convocação nos termos do regulamento em vigor e no prazo máximo de 30 dias, de uma reunião*
32 *do Conselho Municipal de Segurança, onde este assunto possa ser abordado e possam ser*
33 *apontadas soluções para reforçar a segurança no Centro Histórico de Évora.”*

34
35 **O deputado Francisco Brito** informou que vai abreviar muito tendo em conta que estão a ficar
36 com pouco tempo. Essencialmente esta Recomendação diz respeito à convocação de uma reunião
37 do Conselho Municipal de Segurança e, crê, que ainda há procedimentos a fazer no âmbito desta
38 Assembleia, que isso fosse feito o mais depressa possível porque têm assuntos sérios, que
39 preocupam bastante, em relação à insegurança no Centro Histórico e que esse é o fórum onde eles
40 devem ser debatidos.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

43
44 **A deputada Cristina Mata** informou que o Movimento Cuidar de Évora votou sim à outra
45 Recomendação porque o assunto já foi explanado em reunião de Câmara pela Sra. Vereadora do
46 Movimento Cuidar de Évora e também pela Sra. deputada da Junta de Freguesia do Centro Histórico
47 de Évora, portanto a razão porque votaram sim.

48
49 **O Presidente da Câmara** esclareceu que, sobre esta matéria, não têm um problema de segurança
50 no Centro Histórico de Évora, mas têm problemas pontuais complicados de segurança no Centro
51 Histórico e regularmente aparecem essas situações que acompanham em conjunto com as forças de

1 segurança. Referiu que neste momento estão num desses pontos em que nalguns locais ouve um
2 recrudescer da situação de insegurança, sobretudo numa zona próxima e nalgumas outras zonas, que
3 foram objeto de uma reunião que houve com o Sr. Comandante da PSP no sentido de, em primeiro
4 lugar perceber o que é que a PSP está a fazer relativamente a esta matéria e em segundo a tomada
5 de medidas para que esta situação fosse resolvida e colmatada. Têm indicação que foram
6 identificadas as pessoas causadoras destes problemas e a PSP tem estado a acompanhar isso. Como
7 é sabido não é possível, por vezes, atuar de imediato como gostariam, é preciso ter um trabalho de
8 acompanhamento das situações no sentido de quando há uma atuação mais coerciva ela ser eficaz
9 porque senão corre o risco de não ter essa eficácia. Está convencido que as medidas que foram
10 tomadas vão resolver este surto e, portanto, não lhe parece que haja necessidade de convocar o
11 Conselho Municipal de Segurança apenas para essa questão.

12 De qualquer modo o Conselho Municipal de Segurança tem de ser convocado porque tem de fazer
13 a sua primeira reunião neste mandato e tratar destas e de outras questões, aliás já tratado também
14 com outras forças de segurança. Assim, logo tenham condições o Conselho reúne embora já na
15 Câmara tenha havido alguma discussão à volta destas matérias.

16 Para finalizar, o **Presidente da Câmara** disse que têm estado em contacto pessoal com as pessoas
17 que são vítimas desta situação, no sentido de perceberem o que é que se tem passado para
18 posteriormente esclarecerem a situação. Portanto, a questão está a ser acompanhada e, em sua
19 opinião, não vê necessidade desta Recomendação, mas naturalmente terá todo o gosto em a poder
20 acompanhar, uma vez que é esse o trabalho que estão a fazer neste momento, em particular com a
21 PSP, que é a força de segurança que tem aqui um papel de grande importância.

22
23 **A deputada Clara Grácio** referiu que o Sr. Presidente já esclareceu imenso sobre a questão, mas
24 acha que devem ter um bocadinho de cuidado quando aprovam Recomendações ou Moções que vão
25 ser tornadas públicas, exatamente para o público, tanto é irresponsável meter a cabeça na areia e
26 não discutir as questões, como é irresponsável generalizar ou poder provocar o pânico ou algum
27 pânico, isto é, é preciso ter algum equilíbrio, não têm absolutamente nada contra em discutirem
28 porque é uma questão importantíssima, que o Sr. Presidente já o fez nos sítios certos, no Conselho
29 de Segurança, portanto, acha que devem ter um bocadinho de contenção quando sai para o público
30 a dizer que há um aumento de insegurança, porque é algo que pode ser irresponsável também nesse
31 sentido. Vão abster-se, não têm absolutamente nada contra ela, têm é um bocadinho de receio que,
32 às vezes, este tipo de termos possa suscitar certo medo e que esse medo não é algo que vá aumentar
33 a qualidade de vida no Centro Histórico.

34
35 **O deputado Gonçalo Costa** informou que a bancada municipal do Partido Socialista compreende
36 e de alguma forma concorda com o âmbito da Recomendação da Coligação “Mudar Com
37 Confiança”, mas também é sensível aos argumentos da bancada do PCP pelo clima instabilidade e
38 insegurança que pode causar na população, portanto, nesse sentido vão optar por se absterem desta
39 Recomendação, mas na próxima reunião da Assembleia Municipal farão questão de querer uma
40 atualização, de um ponto de situação relativamente à reunião do Conselho Municipal e de eventuais
41 medidas que venham a ser adotadas para acautelar esta situação,

42
43 **O deputado Joaquim Faria** solicitou que fique registado em Ata, que o Movimento Cuidar de
44 Évora já tinha efetuado esta recomendação em Assembleia de Junta de Freguesia do Centro
45 Histórico e que também já tinha sido apresentada pela nossa Vereadora na reunião de Câmara. O
46 Movimento vai votar favoravelmente esta Recomendação.

47
48 **O deputado Francisco Brito** esclareceu que não se trata de uma questão de aumento, mas sim de
49 um sentimento de insegurança. Não sabe se o Sr. Presidente terá acesso aos mesmos dados que lhe
50 chegam, que as pessoas se queixam, e acha que existem situações muito graves no Centro Histórico

1 a acontecer, portanto, acha que o fórum correto para tratar estas questões é no Conselho Municipal
2 de Segurança.

3
4 **O Presidente da Câmara** informou que os dados que dispõe são os que lhe chegam por parte da
5 população e os que são fornecidos pelas forças de segurança em particular, e, portanto, é com base
6 nesses dados que funcionam e, a propósito da sua intervenção anterior, já foram tomadas medidas,
7 ou seja, da reunião que teve com o Sr. Comandante da PSP, resultaram um conjunto de medidas de
8 reforço de policiamento nas áreas que foram identificadas com estes problemas e de
9 acompanhamento dos grupos que têm causado este tipo de problemas, estão a ser tomadas medidas
10 e espera, naturalmente, que tomadas essas medidas elas tenham efeito concreto e portanto têm de
11 deixar passar algum tempo para perceber se elas têm ou não efeito concreto relativamente a esta
12 matéria.

13
14 Têm algumas outras questões, relativas a situações que nascem dentro do próprio Concelho, mas
15 também têm outras que vêm de fora do Concelho, que são acompanhadas pelas forças de segurança
16 essas movimentações que por vezes aparecem, mas pelos dados que têm, são questões pontuais e
17 não permanentes, e que exigem por parte das forças de segurança um cuidado especial de
18 acompanhar essas movimentações. Tudo leva a crer que isso está a ser feito e que este problema,
19 que agora teve um pico, como teve noutras alturas, possa com as medidas que foram tomadas, ser
20 resolvido. Vão acompanhar e naturalmente darão informações à Assembleia Municipal e também
21 ao Conselho de Segurança, que o âmbito de discussão do Conselho de Segurança é um âmbito mais
22 lato de medidas não de carácter policial, chamemos-lhe assim, mas sobretudo de medidas de carácter
23 geral e institucional, e é essa a discussão que farão. Naturalmente, as questões de outro carácter
24 serão discutidas, e terão de ser discutidas mesmo, com as forças de segurança incluindo dados que
25 são confidenciais, como compreenderão, relativamente a estas matérias.

26
27 **A deputada Maria Cristina Mata** reforçou que a intensão com a apresentação dessa
28 Recomendação, e ainda que sendo sensível ao que foi referido pela bancada da CDU, não é aumentar
29 a instabilidade da segurança mas precisamente o inverso, para que as pessoas percebam que estão
30 preocupados e que a Assembleia no seu todo está a tentar diligenciar para reduzir esse problema,
31 que todos somos sensíveis, ainda que muitas pessoas não falem muito no tema porque não as afeta
32 diretamente, mas sensibilizar as pessoas que estão atentos e estão a tentar diminuir esse problema.

33
34 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
35 pedidos de intervenção, submeteu a presente Recomendação a votação.

36 37 **Deliberação da Recomendação:**

38 **Aprovada**, com 11 votos a favor (5 Coligação “Mudar Com Confiança”, 3 do Movimento Cuidar
39 de Évora, 1 CH, 1 do MICAZA e 1 do MMPI) e 22 abstenções (13 do PS, 8 da CDU e 1 do BE),
40 com 33 presenças verificadas.

41
42 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Gertrudes
43 Pastor que procedesse à apresentação do **Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira**,
44 da bancada da CDU.

45
46 **A deputada Gertrudes Pastor** procedeu à apresentação do Voto de Homenagem à Assembleia, o
47 qual se transcreve na íntegra:

48 *“Com mãos se faz a paz se faz a guerra.*
49 *Com mãos tudo se faz e se desfaz.*
50 *Com mãos se faz o poema - e são de terra.*
51 *Com mãos se faz a guerra - e são a paz.”*

52 *A legre As Mãos (1969) - Adriano Correia de Oliveira/Manuel*

1 *Adriano Correia de Oliveira nasceu no Porto, em 9 de abril de 1942, e morreu em Avintes, em*
 2 *16 de outubro de 1982. Neste ano em que se completam 80 anos do seu nascimento, a data será*
 3 *assinalada por todo o País, ao longo de 2022, pela mão da Comissão Executiva nomeada pelo*
 4 *Centro Artístico Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, sediado em Avintes, terra*
 5 *onde cresceu o cantor e resistente antifascista, com diversas iniciativas que incluem a realização*
 6 *de concertos, debates, exposições, livros, artes plásticas, entre outras, que fazem tributo ao legado*
 7 *musical e revolucionário de uma figura incontornável da cultura nacional.*

8 *Depois de concluir os estudos secundários, no Liceu Alexandre Herculano, no Porto, em 1959,*
 9 *Adriano Correia de Oliveira matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.*
 10 *Durante os anos passados em Coimbra, teve uma intensíssima participação no meio cultural e*
 11 *desportivo ligado à academia.*

12 *Adriano Correia de Oliveira, militante do PCP, tornou-se conhecido como intérprete do fado*
 13 *de Coimbra e cantor de intervenção. São célebres algumas das suas canções, com poemas de poetas*
 14 *contemporâneos, entre os quais, Manuel da Fonseca, António Gedeão, Manuel Alegre e Urbano*
 15 *Tavares Rodrigues. A sua interpretação de "Trova do Vento que Passa", poema de Manuel Alegre*
 16 *e música de António Portugal, tornou-se uma espécie de hino da resistência dos estudantes à*
 17 *ditadura e perdura como um símbolo da canção de intervenção e da luta pela Liberdade. Diversos*
 18 *álbuns de Adriano foram editados pela Orfeu, desde 1967, como "Adriano Correia de Oliveira",*
 19 *"O Canto e as Armas", "Cantaremos", "Que nunca mais" e "Cantigas Portuguesas".*

20 *Mas outros singles e EP,s foram publicados antes e depois do 25 de Abril de 1974.*

21 *Adriano recebeu várias condecorações, designadamente, a título póstumo, a de Comendador da*
 22 *Ordem da Liberdade, em 1983, e a de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique, em*
 23 *1994.*

24 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 22de abril de 2022, delibera aprovar um Voto*
 25 *de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as Comemorações dos 80 anos do seu*
 26 *nascimento, apoiar o programa comemorativo organizado pela Comissão Executiva e enviar este*
 27 *Voto ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira."*

28
 29 **A deputada Gertrudes Pastor** informou que irá apenas ler os versos iniciais e que se abstém de ler
 30 todo o Voto de Homenagem, porque foi distribuído, e que o objetivo é exatamente que Évora e esta
 31 Assembleia se associe aos 80 anos de Adriano Correia de Oliveira, que estão a ser comemorados
 32 um pouco em todo o país, por proposta do Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia
 33 de Oliveira.

34 *“Com mãos se faz a paz se faz a guerra.*

35 *Com mãos tudo se faz e se desfaz.*

36 *Com mãos se faz o poema – e são de terra.*

37 *Com mãos se faz a guerra – e são a paz.”*

38 Informou que é um poema de Manuel Alegre, que foi gravado pela voz de Adriano Correia de
 39 Oliveira e que, simbolicamente, aqui deixou. Referiu depois passou à proposta concretamente
 40 que todo o Voto tem alguns dados biográficos e referência a alguns poetas que foram cantados
 41 por Adriano e propõe-se que a Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 22de abril de
 42 2022, delibera aprovar um Voto de Homenagem a Adriano Correia de Oliveira, saudar as
 43 Comemorações dos 80 anos do seu nascimento, apoiar o programa comemorativo organizado
 44 pela Comissão Executiva e enviar este Voto ao Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano
 45 Correia de Oliveira.

46
 47 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

48
 49 **A deputada Ana Beatriz Cardoso** informou que a bancada do Partido Socialista vai votar
 50 favoravelmente, como não podia deixar de ser, é sempre importante lembrar estes cantores que
 51 estiveram na defesa sempre da liberdade e lembrar ainda outros como Ermelinda Duarte, Zeca

1 Afonso, Sérgio Godinho, José Mário Branco, Samuel, Fausto, Pedro Barroso, portanto votarão
2 sempre a favoravelmente destas memórias.

3
4 **O deputado José Santos** realçou que com um poema de Manuel Alegre, a voz do Adriano Correia
5 de Oliveira e a Moção apresentada pela deputada Gertrudes Pastor, só poderão votar favoravelmente
6 também.

7
8 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
9 pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Homenagem a votação.

10 11 **Deliberação do Voto:**

12 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

13
14 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Clara
15 Grácio que procedesse à apresentação do **Voto de Saudação 48º Aniversário da Revolução do 25**
16 **de Abril**, da bancada da CDU.

17
18 **A deputada Clara Grácio** procedeu à apresentação do Voto de Saudação à Assembleia, o qual se
19 transcreve na íntegra:

20 *“Vivemos no fascismo 48 anos de uma longa noite de escuridão, de repressões, opressões,*
21 *perseguições, torturas, perdas de liberdades e assassinatos às mãos da ditadura fascista.*

22 *Quem não se lembra elou conhece o significado de Caxias, Peniche, Limoeiro, Aljube ou do*
23 *Tarrafal, para citar algumas das prisões da ditadura?*

24 *Vivemos 48 anos de escuridão onde se defendia a máxima dos brandos costumes, cultivando os*
25 *terrenos férteis da ignorância, investindo-se no desinvestimento social, cultural, educacional e*
26 *económico.*

27 *Vivemos 48 anos onde mais de uma década foram vividos em guerra, a guerra colonial. Onde a*
28 *intransigência do regime fascista perante as colónias provocaram o isolamento interno de*
29 *Portugal, o descontentamento da população e a ruína económica do país. As perdas humanas*
30 *foram incalculáveis com consequências trágicas para ambos os lados. Calcula-se que as perdas,*
31 *só do lado português, tenham atingido 8.300 vidas e 15.000 feridos. Portugal viveu quase meio*
32 *século no fascismo!*

33 *E numa madrugada de Abril, em 1974, chegaram ao fim estes tenebrosos 48 anos. O povo veio à*
34 *rua e clamou por Liberdade, por Democracia e pelos seus Direitos.*

35 *A Revolução de Abril foi uma rutura com o regime fascista, determinada pela ação dos militares*
36 *do MFA a que se seguiu a ação das massas populares, com profundas transformações que*
37 *eliminaram a estrutura sócio- económica em que assentava a ditadura fascista.*

38 *Foram inscritos valores na Constituição da República pela memória da luta dos milhares de vítimas*
39 *do regime fascista, e fundamentalmente consagrando direitos políticos, económicos, sociais e*
40 *culturais.*

41 *A Revolução de Abril foi uma revolução libertadora, com profundas transformações na vida*
42 *nacional traduzidas em inapagáveis avanços e conquistas que hoje perduram como valores e*
43 *referências para a construção de um Portugal democrático, desenvolvido e soberano.*

44 *Uma revolução que enfrenta um longo percurso contrarrevolucionário e a permanente tentativa de*
45 *falsificação do que representou.*

46 *A situação que vivemos interpela os trabalhadores e povo português. Convoca para as*
47 *comemorações de Abril, mobiliza para que se apliquem na vida os direitos inscritos na Constituição*
48 *da República Portuguesa, exige que se cumpra o seu projeto e coloca a necessidade dos valores de*
49 *Abril como elemento central do futuro que Portugal precisa.*

1 *Este ano, no dia 24 de Março, assinalou-se a data em que Portugal passou a ter mais dias de*
 2 *democracia do que de ditadura. Data significativa quando vemos um pouco por todo o mundo o*
 3 *ressurgimento do populismo, do fascismo e do anticomunismo.*
 4 *Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas conquistas.*
 5 *Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local hoje ameaçado, pelo subfinanciamento, pela*
 6 *sua descaracterização por via da transferência de encargos.*
 7 *Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a*
 8 *proximidade, participação e representatividade que elas materializam.*
 9 *Saudar e comemorar os 48 anos do 25 de Abril é o caminhar pelos valores implícitos da Revolução*
 10 *dos Cravos: a Liberdade; a Democracia; o Desenvolvimento e a Constituição da República*
 11 *Portuguesas.*

12 *25 de Abril, SEMPRE!*

13 *Assim, a Assembleia Municipal de Évora, reunida a 22 de Abril de 2022, a delibera:*

- 14 1) *Saudar o 48º Aniversário da Revolução de Abril, momento de afirmação da luta dos*
 15 *trabalhadores e do povo português, pela liberdade e a democracia;*
- 16 2) *Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril e da Constituição*
 17 *da República Portuguesa;*
- 18 3) *Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização,*
 19 *reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;*
- 20 4) *Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;*
- 21 5) *Apelar aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, a todos os que se*
 22 *identificam com as conquistas, direitos e valores do 25 de Abril que a Constituição da*
 23 *República aprovada em 1976 para se associarem às comemorações do 25 de Abril e do 1º de*
 24 *Maió.*"

25
 26 **A deputada Clara Grácio** informou não irá ler a Saudação na íntegra, porque foi distribuída a 44
 27 todos, irá ler apenas uma parte.

28
 29 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

30
 31 **A deputada Paula de Deus** considerou que esta Saudação pela Revolução do 25 de Abril mereceria
 32 o voto favorável. Ainda assim, permitam-me que leia os parágrafos o 6º e 9º da Moção acima
 33 transcrita, porque a dignidade destas palavras é ferida pelo texto que as acompanha e lamentam que
 34 assim seja, porque gostariam muito de a votar favoravelmente. Mas, infelizmente, ao analisarem
 35 melhor esta moção viram que ela tem algumas armadilhas, por exemplo, a situação que vivemos
 36 interpela os trabalhadores e o povo português, exige que se coloque a necessidade dos valores de
 37 Abril como elemento central do futuro que Portugal precisa, a democracia está em causa em
 38 Portugal, o Governo, com quem o PCP estabeleceu uma coligação, é o partido que agora fere os
 39 direitos dos trabalhadores, nunca e jamais. Portanto, são contradições e ataques ideológicos que,
 40 pensa, não se compadecem com a elevação do 25 de Abril. Uma última parte, que leva, de facto, a
 41 terem de chumbar a Moção, e que é a contradição que, infelizmente, registam com aquilo que são
 42 os valores de Abril, e que passa a ler: "*Vivemos no fascismo 48 anos de uma longa noite de*
 43 *escuridão, de repressões, opressões, perseguições, torturas, perdas de liberdades e assassinatos às*
 44 *mãos da ditadura*". Quem não se lembra e/ou conhece o significado de cidades e aldeias, para citar
 45 algumas das que vivem hoje sobre um regime ditatorial onde a intransigência do regime russo
 46 perante um país soberano provoca um isolamento da Ucrânia, o descontentamento da população e
 47 a ruína económica do País. As perdas humanas foram e são incalculáveis com consequências
 48 trágicas para ambos os lados, sobretudo, e em particular, senão em exclusivo, para um único país, a
 49 Ucrânia. Calcula-se que as só do lado da Ucrânia tenham sido e estejam a ser imensas durante este
 50 ataque a que estamos a assistir, nós revemos aquilo que se viveu antes de Abril, não queremos o
 51 mesmo horror na Ucrânia que foi vivido pelo povo português. Esta podia ser pois uma moção pela

1 Ucrânia, e gostava de os convidar a rever um dia a vossa posição e de facto a reverem a defesa dos
2 valores democráticos e humanos que defendem tão bem quando falam de Abril, colocar esses
3 valores naquilo que é a chacina que está ser feita de uma forma bárbara de um país sobre o outro,
4 não há igualdade, não há invasão na Rússia, como podem dormir descansados, e não há palas, há
5 sim uma visão ideológica, parcial, que há pouco criticaram numa moção que foi aqui apresentada,
6 e que em nada se assemelhava aquilo que são as palavras que conseguem tecer em relação aquilo
7 que o povo português sofreu e são indiferentes aquilo que o povo ucraniano sofre. Espera que um
8 dia o povo ucraniano conheça o 25 de Abril que o povo português um dia conheceu e pelos direitos
9 que aqui pugnam.

10
11 **A deputada Clara Grácio** referiu que achou muito interessante assistir ao que se passou agora aqui,
12 que foi muito interessante, e que esta Saudação, para relerem a Moção da Assembleia Municipal de
13 Lisboa aprovada por unanimidade, exatamente a que aqui está, mas não é por isso, não estão aqui a
14 reboque de ninguém, é exatamente pelo facto do que acabou de dizer, é exatamente por isso que o
15 25 de Abril é importante, é exatamente por isso que deve ser aprovada esta Saudação. Se calhar a
16 memória é curta, é muito curta, releiam as páginas publicadas no “O Público” de há um ano atrás
17 sobre o que a deputada Paula de Deus acabou de dizer.

18
19 **A deputada Paula de Deus** considerou que a diferença entre um país democrático com um Partido
20 Socialista Português e um partido onde, infelizmente, a ditadura, não diria a ditadura, onde as linhas
21 com que se cosem são as mesmas de Lisboa a Évora, lamenta que assim seja, pois a liberdade de
22 pensamento assiste a ter pensamento e voz própria, e se em Lisboa por motivo de argumentos, que
23 não acompanhou, foi votado favoravelmente, em Évora esta bancada em consciência e por tudo o
24 que tem sido dito por vós, PCP, em relação à Ucrânia em Évora, pela forma como inclusive a seguir
25 apresentam uma moção, não sabe se a moção que a seguir vão apresentar também foi decalcada de
26 alguma moção da Assembleia Municipal de Lisboa e votada por unanimidade, muito estranho,
27 porque a moção que apresentam a seguir quase poderia ser votada em conjunto, diria que como é
28 que conseguem dormir descansados, de consciência descansada, escrevendo uma moção como a
29 que a seguir vão ler e que, infelizmente, vão ouvir e cujo o título representa o que é o pior da violação
30 dos direitos humanos, que infelizmente os tem PCP o surpreendido e os surpreende todos porque o
31 mesmo PCP que tem a coragem de dizer “nim” à Ucrânia é o mesmo PCP que se recusa a participar,
32 único talvez na Europa, na sessão em há uma intervenção do Presidente da Ucrânia, tudo isto são
33 palavras vãs, para tudo há justificação é certo, aliás não são do Partido Comunista por acaso, é que
34 nunca poderiam ter uma visão, diria, tão estreita, de banda tão estreita do que é Democracia e o
35 Mundo plural. Compreende que a vossa doutrina ideológica não os permite ir mais longe e que a
36 moção que a seguir apresentam em tudo contradiz o que são os valores da liberdade, mas
37 infelizmente esta é a vossa posição, mas não deixa, ainda assim, de fazer um apelo a colocarem o
38 vosso coração mais perto do cérebro.

39
40 **O deputado José Santos** comentou que ainda bem que já não há geringonça e informou que
41 concordam genericamente com o que a deputada Paula de Deus referiu, acrescentando só um aspeto,
42 que tem a ver com a questão do processo de reposição das freguesias liquidadas, com o qual não
43 estão de acordo, não por uma questão de preconceito, mas enquanto não for apresentado um estudo
44 sério e objetivo em Portugal que demonstre que a situação anterior era melhor do que a atual, esta
45 bancada terá uma posição contrária à reposição das freguesias liquidadas. Custa-lhes votar contra o
46 Voto de Saudação ao 25 de Abril mas de facto a redação desta Saudação, infelizmente, não lhes dá
47 outra alternativa, e portanto votarão contra.

48
49 **A deputada Clara Grácio** colocou duas questões, a primeira, chamar a atenção que, há uns meses
50 atrás, o Dr. António Costa recebeu as felicitações do Partido Socialista da Ucrânia aquando das

1 eleições legislativas, o Partido Socialista da Ucrânia que neste momento está ilegalizado, a segunda,
2 a proposta de ser retirado o ponto referente à reposição das freguesias.

3
4 **A deputada Paula de Deus** referiu que não retiram da guerra aquilo que é fundamental, não se
5 reveem necessariamente na orientação política da Ucrânia e não é isso que está aqui em causa,
6 reveem-se com as palavras e não nos vamos distrair com esse tipo de manobras, o que está em causa
7 é a invasão da Rússia, há uma questão que vale a pena dizer para concluir, não é motivo para graças,
8 a CDU tem manifestado uma profunda contradição na forma como se tem posicionado sobre a
9 Ucrânia, defende os direitos humanos e simultaneamente não tem uma posição e não tem a coragem
10 de ter uma posição clara relativamente à situação que se passa na Ucrânia, não é deixar falar, a
11 guerra e o debate político faz parte da democracia, de facto há uns tiques verbais e não verbais que
12 compreende, compreende que haja paciência para fazer democracia, mas de facto gostaria muito
13 mais de os ver numa visão emancipada dos direitos humanos, mais digna, mais completa, e isso de
14 facto falta-lhes, e a moção a seguir é exemplo disso, portanto organizem-se mas por favor não
15 deixem esta mancha num PCP que é um partido que merecia mais.

16
17 **O deputado Bruno Martins** salientou que não pode deixar de lamentar que a Mesa tenha permitido
18 que no Voto de Saudação ao aniversário do 25 de Abril se tenha afastado a discussão sobre do ponto
19 em questão e sobre o Voto de Saudação em questão, e se tivesse começado a falar de outra moção.
20 Acha que Abril merece mais e Abril dá a todos o direito de ter a análise geoestratégica, as posições
21 todas que entenderem, por mais que discorde de posições de outro partido. E já que estão a falar em
22 Abril, de Abril em específico, que merece esta nossa saudação e homenagem e, perante o que ouviu,
23 quer deixar em Ata o louvor e a homenagem a tantos homens e tantas mulheres que o PCP, na
24 clandestinidade, durante e após o 25 de Abril, lutaram para que possamos estar aqui hoje a dizer
25 isto uns aos outros. Foi graças a muitos e a muitas militantes do PCP, na clandestinidade, perante
26 situações muito difíceis, enfrentando uma ditadura horrível, que permitiram que pudéssemos estar
27 aqui a dizer estas barbaridades uns aos outros e, portanto, deixar aqui esta homenagem ao PCP, com
28 todas as divergências que tem em tantas matérias, e também nesta em especial da análise
29 geoestratégica da Ucrânia, mas todo o direito de ter as posições que bem entender sobre aquilo que
30 é a sua análise sobre a situação que está a acontecer na Ucrânia.

31
32 **A deputada Maria Paula Pita** informou que o Movimento Cuidar de Évora concorda com o
33 deputado Bruno Martins, neste momento deveriam apenas ter feito considerações acerca deste Voto
34 de Saudação, no entanto de concordar também com os deputados do PS, este texto é demasiado
35 ideológico e perece-lhe que vai contra os próprios interesses do PCP e da sua luta pela democracia,
36 de facto as vitórias de Abril são muito importantes, tudo o que foi conquistado é para continuar,
37 temos de lutar por eles, mas efetivamente não lhe parece que seja o que está aqui plasmado. Assim,
38 a posição da bancada é votar contra.

39
40 **A deputada Clara Grácio** solicitou um pedido de esclarecimento, porque a deputada Maria Paula
41 Pita tem toda a razão, deveria ter sido discutida a Saudação, mas gostava que clarificasse qual é a
42 questão em que não estão de acordo nesta Saudação.

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
45 pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Saudação a votação.

46 **Deliberação do Voto:**

47
48 **Rejeitado por maioria**, com 22 votos contra (12 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança”,
49 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do MICAZA e 1 do CH), 10 votos a favor (8 da CDU, 1 do BE
50 e 1 do MMPI) e 1 abstenção do PS, com 33 presenças verificadas.

1 **Declaração de voto de Ana Beatriz Cardoso:**

2 *“Eu, como declaração de voto, uma vez que me abstive, abstive porque serei sempre favorável a*
 3 *todos os votos e a todas as moções de saudação do 25 de Abril e dos valores que estiveram por*
 4 *detrás e à frente do 25 de Abril, acho fundamental afirmar um estado de direito democrático, os*
 5 *princípios da igualdade que estão consagrados na nossa Constituição, não acho contudo, e por*
 6 *isso não podia votar favorável esta Saudação, que o poder local esteja ameaçado e exemplo do*
 7 *poder local não está ameaçado é precisamente o facto de estarmos hoje aqui e de haver até*
 8 *transferências de competências para as autarquias, portanto discordo de algumas observações que*
 9 *são aqui feitas como o facto de referirem que a Revolução enfrenta um longo percurso*
 10 *contrarrevolucionário, acho que não estamos num longo percurso contrarrevolucionário, a nossa*
 11 *democracia tem sabido amadurecer, tem sabido encontrar soluções até governativas que foram*
 12 *exemplo de uma grande maturidade em que até o próprio Partido Comunista foi capaz de participar*
 13 *naquilo que foi chamado geringonça, não me parece, discado profundamente desta expressão, acho*
 14 *que a reversão das freguesias por si só, e como princípio sou contra ela porque nem sempre será*
 15 *necessário reverter estas freguesias, posto isto, só queria dizer que a Saudação que eu votarei*
 16 *sempre a favor será a defesa de Abril, a afirmação da igualdade, da possibilidade das*
 17 *oportunidades, dos direitos das mulheres, dos direitos de combate a todas as formas de*
 18 *desigualdade, de discriminação, acho muito importante a salvaguarda da Segurança Social, a*
 19 *instituição que foi do Serviço Nacional de Saúde e que se não tivesse sido o Serviço Nacional de*
 20 *Saúde nós não poderíamos estar como estamos hoje face à pandemia, portanto os valores da*
 21 *liberdade devem ser sempre defendido, o 25 de Abril não é só um feriado, é o dia da defesa da*
 22 *liberdade, temos de nos recordar dele todos os dias ou então pelo menos um dia por ano.”*

23
 24 **Declaração de voto do PS:**

25 *“Para também fazer uma declaração de voto, em que a bancada do Partido Socialista e todos os*
 26 *membros que votaram contra saudarão sempre e farão sempre uma saudação ao 25 de Abril, como*
 27 *aqui já foi feito hoje que mereceu o consenso de todos os partidos, mas será sempre um voto de*
 28 *saudação pelos valores de Abril que enalteça os direitos humanos e as conquias de então, sem*
 29 *cargas ideológicas e visões revolucionistas, uma revolução maio como a revolução do 25 de Abril.”*

30
 31 **Declaração de voto de António Gavela:**

32 *“Anticomunista com um caracter cada vez mais fascizante, é de lamentar esta posição que se tem*
 33 *manifestado.”*

34
 35 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado José
 36 Santos que procedesse à apresentação da **Recomendação Obra da Ligação Ferroviária entre**
 37 **Évora e Évora Norte – Variante de Évora – Criação de uma Comissão de Acompanhamento,**
 38 da bancada da Coligação “Mudar Com Confiança”.

39
 40 **O deputado José Santos** procedeu à apresentação da Recomendação à Assembleia, a qual se
 41 transcreve na íntegra:

42 *“Como é público encontra-se em fase de construção o subtroço entre Évora e Évora Norte, criado*
 43 *no âmbito do programa de investimentos de expansão e modernização da Rede Ferroviária*
 44 *Nacional, Ferrovia 2020.*

45 *A conclusão da modernização deste troço irá complementar o novo canal ferroviário em construção*
 46 *entre Évora e a Linha do Leste, numa lógica de desenvolvimento evolutivo das ligações ferroviárias*
 47 *a Espanha, no quadro da Rede Transeuropeias de Transportes (RTE-T), bem como a ligação*
 48 *ferroviária de mercadorias entre os portos portugueses e o resto da Europa, assegurando desde*
 49 *logo uma ligação de passageiros.*

50 *O projeto da variante de Évora, integrado no Corredor Internacional Sul, apresenta claros*
 51 *benefícios para a economia nacional e alentejana, ao criar uma nova ligação direta com a fronteira*

1 de Espanha, reforçando a ligação ferroviária ao Porto de Sines como porta de entrada na Europa
2 e alargando o seu hinterland à articulação com outras ligações aos portos de Lisboa e Setúbal.
3 Infelizmente e como é sabido, pelas informações à data disponíveis, o projeto não contempla
4 nenhuma infraestrutura logística que atue na melhoria da capacidade de localização empresarial
5 de Évora, situação que o PSD, posteriormente acompanhado por outras forças políticas, tem
6 denunciado desde o ano de 2016.

7 A escolha do chamado Corredor 2 para o traçado da linha, criticada pelas associações de
8 moradores, PSD e pelo próprio Município, não afastou suficientemente a solução da travessia do
9 perímetro urbano de Évora. Deste modo o impacte social da obra, ainda que mais mitigado daquele
10 que resultaria da adoção do cenário previsto no Corredor 1, far-se-á sentir em várias dimensões,
11 quer na fase de execução de projeto - na qual nos encontramos desde julho de 2021 - quer na de
12 exploração, a partir de 2024.

13 Particularmente no que se refere à empreitada de construção, esta compreende a execução de um
14 conjunto de trabalhos, os quais pela sua natureza e complexidade - construção de passagens
15 superiores e inferiores, construção de pontes ferroviárias, construção de superestrutura da via e
16 catenária - impactará significativamente nas diversas estruturas do território, ao nível do
17 património, acessibilidades, solos, rede de infraestruturas, segurança, fauna, mas também no que
18 se refere ao ambiente sonoro — e, particularmente, na componente social e qualidade de vida das
19 populações.

20 Não obstante a obra ter obtido o devido licenciamento ambiental, cujos elementos, incluindo os de
21 controle prévio, se encontram reunidos no respetivo Título Único Ambiental (TUA), foi definido
22 um vasto conjunto de medidas e de ações de minimização de impactes que o dono da obra, as
23 Infraestruturas de Portugal (IP), terão de acautelar e fazer cumprir.

24 Para além disso é sabido que obras desta natureza suscitam sempre dificuldades diversas,
25 implicando alterações temporárias ao nível das acessibilidades, horários dos transportes públicos
26 e outras perturbações na organização do quotidiano das populações, causando-lhes diversos
27 inconvenientes para os quais nem sempre são avisados com a necessária antecedência.

28 É neste sentido que se vê como prioritária a criação de uma Comissão de Acompanhamento da
29 obra da Ligação Ferroviária entre Évora e Évora Norte - Variante de Évora, a qual terá como
30 objetivos os seguintes:

31 (1) Otimização da comunicação entre a IP, Câmara Municipal de Évora e os moradores, bem
32 como com as respetivas associações e movimentos de cidadãos das áreas afetadas, sejam elas
33 urbanas, periurbanas ou rurais.

34 (2) Monitorização da execução das medidas compensatórias e de minimização previstas na
35 Decisão sobre a Conformidade Ambiental do Projeto de Execução da obra e particularmente nos
36 vários programas previstos, envolvendo diretamente os cidadãos e as associações representativas
37 neste processo, tornando-o menos burocratizado e mais participativo.

38 (3) Permitir o acompanhamento da obra por parte das forças políticas representadas na
39 Assembleia Municipal.

40 Recomenda-se ainda que a Comissão integre as seguintes entidades:

41 - Câmara Municipal de Évora;

42 - Infraestruturas de Portugal;

43 - União de Freguesias do Bacelo e da Nossa Senhora da Saúde;

44 - Associação de Moradores da Garraia;

45 - Associação de Desenvolvimento Socio-Económico de Évora Nascente;

46 - Representantes dos bairros da Caeira e de Santa Luzia e da Quinta do Esquinaleiro;

47 - Representantes das forças políticas na Assembleia Municipal de Évora.

48 Recomenda-se que a Comissão de Acompanhamento seja coordenada pela Câmara Municipal de
49 Évora e que reúna mensalmente ou sempre que qualquer das partes o entenda, desde que
50 convocada com uma antecedência de 5 dias úteis.

1 *Sempre que necessário e em função dos assuntos suscitados pelos moradores e suas associações, a*
 2 *Câmara Municipal de Évora poderá convidar outras entidades a participar nos trabalhos da*
 3 *Comissão, nomeadamente:*

- 4 - *Junta de Freguesia dos Canaviais;*
- 5 - *Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede;*
- 6 - *Junta de Freguesia de São Miguel de Machede;*
- 7 - *Direção Regional de Cultura do Alentejo;*
- 8 - *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo;*
- 9 - *Agência Portuguesa do Ambiente;*
- 10 - *Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo / ICNF;*
- 11 - *Grupo Pró-Évora.*

12 *A duração do funcionamento da Comissão prolongar-se-á até ao início da fase de exploração da*
 13 *variante de Évora, por forma a avaliar-se, in loco, o resultado da implementação das medidas de*
 14 *minimização de impactes.*

15 *Em suma, o Grupo Municipal da Coligação "Mudar com Confiança", fiel ao seu compromisso*
 16 *eleitoral, propõe que a Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 22 de abril, delibere*
 17 *recomendar à Câmara Municipal de Évora diligenciar esforços a fim de:*

- 18 (1) *Criar no prazo máximo de 30 dias a Comissão de Acompanhamento da Obra "Ligação*
 19 *Ferroviária entre Évora e Évora Norte - Variante de Évora".*
- 20 (2) *Mobilizar, em tempo, as entidades, associações e movimentos atrás referidos,*
 21 *contribuindo para a prossecução dos objetivos apresentados"*

22
 23 **O deputado José Santos** informou que vai dispensar a leitura, que no essencial o que preocupa é
 24 a realização de uma obra cuja importância económica é notória, que realçam na proposta, e o que
 25 importa em concreto é acompanhar os impactos que são profundos, como qualquer obra desta
 26 natureza provoca, nas várias dimensões que estão avaliadas na Declaração de Impacto Ambiental,
 27 independentemente da ligação e do acompanhamento que é feito na relação com a Câmara
 28 Municipal de Évora. Estão a falar de uma obra que, quer na fase de execução quer posteriormente
 29 na fase de exploração, acarreta um conjunto de impactos muito significativos, aliás, para quem
 30 conhece a Declaração de Impacto Ambiental e o Título Único Ambiental, estão a falar de cinco
 31 programas de monitorização que têm de ser avaliados e que o dono da obra, neste caso as
 32 Infraestruturas de Portugal, tem de acautelar um conjunto de impactos nas várias dimensões do
 33 território, solos, património, acessibilidades, qualidade de vida em geral dos residentes, que
 34 implicam, na sua opinião, uma participação direta dos moradores e das suas associações
 35 representativas num processo que, do seu ponto de vista, deve ser mais participativo e menos
 36 burocratizado e neste processo deve esta Comissão funcionar. Esta é uma Recomendação que se faz
 37 à Câmara Municipal, que é autónoma para decidir, bem entendido, não só para funcionar na fase de
 38 execução da obra, pelo menos até 2024, mas também depois nos primeiros tempos da fase de
 39 exploração, onde se vão verificar, por exemplo, a real eficácia, entre outras, das barreiras sonoras,
 40 portanto fica a proposta.

41
 42 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

43
 44 **O deputado Luís Pardal** recordou que esta é uma obra que assume uma de importância enorme
 45 quer do ponto de vista local, nacional e internacional, contudo existe, de forma geral, um sentimento
 46 generalizado da população de que há uma maior necessidade de acompanhamento a esta obra, e
 47 também tem havido alguma falta de informação a prestar aos cidadãos e, portanto, faz todo o
 48 sentido que esta Comissão, na sua opinião, possa ser criada. Contudo têm algumas propostas a
 49 incluir, nomeadamente nas entidades a convidar nos trabalhos da Comissão, quando solicitados,
 50 também importante também incluir a CIMAC, porque a CIMAC vai ter um papel importante com

1 a parte da Rota do Montado, em que há uma situação em concreto, e a inclusão de duas Juntas de
2 Freguesia, Canaviais e S. Miguel.

3
4 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
5 pedidos de intervenção, submeteu o presente Voto de Saudação a votação.

6
7 **Deliberação da Recomendação:**

8 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

9
10 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado António
11 Gavela que procedesse à apresentação da **Moção Pela paz, pela verdade, contra a mentira e os**
12 **crimes de guerra**, da bancada da CDU.

13
14 **O deputado António Gavela** procedeu à apresentação da Moção à Assembleia, a qual se transcreve
15 na íntegra:

16 *“É preciso pôr fim a uma guerra que não devia ter começado. Urge inverter a escalada de*
17 *confronto económico e belicista em curso e defender a paz. É necessário assegurar as condições*
18 *para um cessar fogo e uma solução negociada, travar o aproveitamento da guerra e das sanções*
19 *como pretexto para agravar as condições vida dos trabalhadores e dos povos.*

20 *Ninguém pode ser indiferente ao sofrimento e destruição associadas à guerra seja ela qual for. A*
21 *morte e a perda de vidas humanas é sempre a face mais visível da guerra e forte razão porque*
22 *devem ser evitadas. O que exige que seja na garantia da integridade e respeito pela vida e não na*
23 *instrumentalização das vítimas de conflitos que se concentrem os esforços de todos os que defendem*
24 *a paz.*

25 *As notícias difundidas a partir dos centros do poder ucraniano e ampliadas pela máquina de*
26 *propaganda que tem rodeado a guerra na Ucrânia sobre os alegados "crimes de guerra" ocorridos*
27 *em neste país não só são inquietantes como exigem cabal apuramento.*

28 *Considerando que é necessário ter presente que esta situação está relacionada como um poder que*
29 *desde há oito anos ataca e massacra a própria população ucraniana na região do Donbass e*
30 *persegue e elimina quem se lhe opõe, como se verificou com o massacre de 2 de Maio de 2014, na*
31 *Casa dos Sindicatos, em Odessa, em que cerca de 42 pessoas foram assassinadas, muitas das quais*
32 *queimadas vivas, por forças neonazis associadas ao poder ucraniano.*

33 *Considerando que todos os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, não só não têm*
34 *justificação como merecem a mais viva condenação, ocorram eles em solo da Ucrânia, do Iraque,*
35 *do Afeganistão, da Líbia ou de outros países;*

36 *Considerando comprovados exemplos em que determinadas situações apresentadas como*
37 *verdadeiras, se vieram posteriormente a confirmar falsas e baseadas em operações de manipulação*
38 *- de que é testemunho a invocada existência pelos EUA de armas de destruição massiva que*
39 *conduziu à guerra no Iraque com colossais sacrifícios e perdas humanas - inseridas numa linha de*
40 *provocação para justificar junto da opinião pública estratégias de agressão e ingerência e para*
41 *forjar acusações e responsabilidades que se vieram a revelar falsas;*

42 *Considerando os graves perigos da escalada da guerra para a região e o mundo e a urgência de*
43 *soluções que garantam a paz;*

44 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 22 de Abril de 2022:*

45 *- Condena todo um caminho de ingerência, violência e confrontação, o golpe de Estado de 2014*
46 *promovido pelos EUA na Ucrânia, que instaurou um poder xenófobo e belicista, a recente*
47 *intervenção militar da Rússia na Ucrânia e a intensificação da escalada belicista dos EUA, da*
48 *NATO e da União Europeia;*

49 *- Apela a iniciativas que contribuam para o cessar-fogo e um processo de diálogo com vista a*
50 *uma solução negociada para o conflito, à resposta aos problemas de segurança coletiva e do*

1 *desarmamento na Europa, ao cumprimento dos princípios da Carta da ONU e da Ata Final da*
 2 *Conferência de Helsínquia, no interesse da paz e cooperação entre os povos;*
 3 *- Reclama o indispensável, cabal e rigoroso apuramento das situações relatadas, assegurado por*
 4 *parte de entidades efetivamente independentes, determinadas pela real avaliação dos factos e não*
 5 *por pré-determinados julgamentos que contribuam não para apurar a verdade, mas sim para*
 6 *alimentar versões que servem para justificar a escalada da guerra e os objetivos de quem nela vê*
 7 *uma peça para garantir a sua hegemonia mundial;*
 8 *- Condena todos os atos criminosos, incluindo em cenário de guerra, tenham ocorrido ou ocorram*
 9 *eles em solo da Ucrânia ou de outros países. ”*

10

11 **O deputado António Gavela** informou que irá ser muito breve, porque a discussão já foi feita
 12 anteriormente. Não mudam de posição porque é aquela que consideram que está correta, defendem
 13 a verdade sobre a situação na Ucrânia e, até agora, ela não aprovada por entidades sobre os crimes
 14 de guerra, não há entidades independentes que tenham culpabilizado quer a Rússia quer a Ucrânia,
 15 a ONU inclusivamente hoje disse que há responsáveis dos dois lados, virão aqui ainda os resultados
 16 dessas investigações, porque condenar antecipadamente só por posição, porque a televisão nos
 17 enche, entra em nossa casa todos os dias, com uma opinião. Somos contra a guerra, contra as mortes,
 18 contra os crimes de guerra e apelamos que seja encontrada a verdade sobre estas questões, a verdade,
 19 não querem mais nada, não estão de lado nenhum, por questões de classe não têm nada a ver com o
 20 Sr. Putin, o Sr. Putin pertence a grupos partidários que não têm nada a ver com o PCP. É o que
 21 querem com esta Moção.

22

23 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

24

25 **A deputada Paula de Deus** referiu que há pouco ouviu da bancada da CDU, a propósito de uma
 26 Moção que já aqui foi discutida, que tinha uma visão parcial do conflito e que era ideológico,
 27 devolve essas palavras à CDU. Numa guerra há crimes de guerra em todo o lado, a guerra não se
 28 faz com algodão, a guerra faz-se com balas e portanto, quem está em cenário de guerra, espera nunca
 29 estar, mas sabemos que homens e mulheres militares numa frente de conflito estão num cenário de
 30 sobrevivência e há crimes de guerra em todas as frentes, faz parte da natureza da guerra. Agora
 31 quando o invasor tem uma hegemonia absoluta sobre o invadido, dizer que estão numa guerra
 32 equilibrada, dizer que há crimes de guerra em todo o lado.

33

34 **O deputado Francisco Figueira** referiu que o primeiro dever que um eleito tem, pensa, é o respeito
 35 ao órgão para o qual foi eleito pelos seus concidadãos, dito isto, ler esta Moção da CDU e a CDU
 36 conseguir escrever uma página A4 sem condenar a invasão da Crimeia, sem condenar a invasão
 37 russa à Ucrânia que está em curso, sem ter uma palavra de crítica à posição da Federação Russa e
 38 ao esmagamento do povo ucraniano e, portanto, dito isto, este delírio que está aqui e a que chamaram
 39 moção não passa de um delírio intelectualmente desonesto e factualmente mentiroso. Há pouco
 40 ouviu o deputado António Gavela que quase sugeriu que os russos foram tomar café à Ucrânia, não
 41 é isso que se passa, naturalmente que podem haver de um lado e de outro excessos, agora há um
 42 país invadido e há um país invasor, há um povo agredido e há um povo agressor e isso é factual,
 43 quer queiramos olhar com o olho da direita ou com o olho da esquerda, que os direitos humanos
 44 não são de direita nem são de esquerda e a guerra é o que é e está à vista de toda a gente, só não vê
 45 quem não quer. Naturalmente votarão contra esta Moção, repudiando veementemente este delírio
 46 que está aqui vertido nesta Moção e lamentando que o PCP, um partido histórico com 100 anos que
 47 tanto lutou pela democracia e pelos direitos humanos a duras penas, se coloque nesta posição
 48 inqualificável.

49

50 **O deputado Bruno Martins** referiu que não podem ignorar o que tem acontecido desde 2014 na
 51 região de Donbass, o que aconteceu, como aqui está descrito, na Casa dos Sindicatos por forças

1 neonazis com a conviência do poder ucraniano, não há duvidas sobre isso, e isto não foi alegado
 2 mas também não são alegados os crimes de guerra, não são alegados são crimes de guerra o que
 3 está a acontecer, tal como são crimes de guerra o que aconteceu desde 2014 com a conviência do
 4 poder ucraniano, não há dúvida. Os Estados Unidos beneficiam com este conflito, estimula este
 5 conflito, mas não promoveu na Ucrânia um golpe de estado, beneficia, estimula, espicaça, com
 6 certeza, mas não promoveu um golpe de estado e, por fim, não há uma recente intervenção militar
 7 da Rússia na Ucrânia, há uma invasão da Rússia na Ucrânia. Por tudo isto, não branqueando o que
 8 está a acontecer na Ucrânia desde 2014, obviamente só pode votar contra.

9
 10 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
 11 pedidos de intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

12
 13 **Deliberação da Moção:**

14 **Rejeitada por maioria**, com 25 votos contra (13 do PS, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança”,
 15 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do BE, 1 do MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CH), 7 votos a favor
 16 da CDU e 1 abstenção da CDU, com 33 presenças verificadas.

17
 18 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Maria
 19 Paula Pita que procedesse à apresentação da **Proposta Pedido de informação Crise Sócio-**
 20 **Económica**, da bancada do MCE.

21
 22 **A deputada Maria Paula Pita** procedeu à apresentação da Proposta Pedido de informação Crise
 23 Sócio-Económica à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

24 “*Nos termos do artigo 3º, 4º, 24º, alíneas a); d) e k) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12*
 25 *de setembro, na sua redação atual e de acordo com a alínea a) do nº 2 do artigo 8º do Regimento*
 26 *desta Assembleia Municipal.*

27 *Tendo em conta estes considerandos e competindo a esta Assembleia, acompanhar e fiscalizar a*
 28 *atividade da Câmara Municipal, o Movimento Cuidar de Évora, apresenta o seguinte PEDIDO DE*
 29 *INFORMAÇÃO, com o objetivo de acompanhar e conhecer qual o impacto da atual crise*
 30 *socioeconómica, no município e no concelho, de forma a evitar um aumento e descontrolo da*
 31 *despesa municipal, no contexto da crise internacional provocada pela guerra na Ucrânia.*

32 **A DELIBERAR:**

33 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 22 de abril de 2022, delibera a apresentação à*
 34 *Assembleia Municipal, de um Relatório Trimestral, elaborado pelo Município, sobre o impacto da*
 35 *atuai crise socioeconómica no Município e no Concelho, sendo os dois primeiros entregues em*
 36 *junho a tempo de apreciação pela AME desse mês, o terceiro em inícios de outubro e o quarto no*
 37 *final de dezembro de 2022.*

38 *1. Do conteúdo informativo desses Relatórios e concretamente, em relação ao impacto da crise na*
 39 *gestão do Município, deverão constar, dados sobre:*

40 *fatura energética - evolução da despesa face a período homólogo; medidas de*
 41 *mitigação/contenção do impacto;*

42 a) *fatura de combustíveis - evolução da despesa face a período homólogo; medidas de*
 43 *"mitigação/contenção do impacto;*

44 b) *medidas de apoio aos trabalhadores - qualificação e tipificação de medidas de apoio;*

45 c) *fatura da despesa com alimentação - Apoio Social Escolar - evolução da despesa face a*
 46 *período homólogo; medidas de mitigação/contenção do impacto;*

47 d) *serviço da dívida - evolução da despesa face a período homólogo; medidas de*
 48 *mitigação/contenção do impacto, resolução de problemas;*

49 e) *obras públicas - alterações aos cadernos de encargos, quantificação do número de obras.*

50 *2. Em relação aos impactos no Concelho, e sendo o enquanto Presidente do Concelho Local de*
 51 *Ação Social e da Habévora, EM, deverão constar os seguintes dados:*

- 1 a) número de novas atribuições do Cartão do Múncipe e do Cartão Évora Solidária;
 2 b) número de novos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, face a período
 3 homologado;
 4 c) número de apoios sociais pontuais atribuídos pelas IPSS do concelho, face a período
 5 homologado;
 6 d) número de novos desempregados, tipologia, face a período homologado;
 7 e) medidas concebidas para resolver os problemas criados pela atual crise;
 8 f) novos pedidos de habitação na Habévora, e razões associadas.

9 3. No relatório deve constar, ainda, uma informação sobre o desempenho da equipa de missão
 10 de apoio à guerra, criada pelo Município.

11 DO CONTEXTO/FUNDAMENTAÇÃO:

12 *Os últimos dois anos não têm sido fáceis para os portugueses em geral, e para os eborenses, em*
 13 *particular. A covid 19 foi responsável, não só por uma crise sanitária, mas também social,*
 14 *económica e financeira. As consequências da pandemia fizeram-se sentir no aumento do número*
 15 *de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social. como consequência da redução do mercado de*
 16 *trabalho, evidenciando ainda, em termos sociais, os desequilíbrios, as más condições de vida e a*
 17 *precariedade de trabalho de alguns grupos socioprofissionais.*

18 *No que respeita a Évora, concelho em que um dos polos de desenvolvimento e de criação de riqueza*
 19 *é a indústria do turismo, foi extremamente afetada na medida em que a restrição e, até a suspensão,*
 20 *de atividades com ela relacionada, como a restauração, o comércio, a cultura, levou a*
 21 *encerramentos (basta dar uma volta pelo centro histórico para o confirmar) e falências, agravou*
 22 *situações de precariedade e vulnerabilidade social e provocou o aumento do desemprego,*
 23 *malgrado as medidas de carácter nacional e local para minorar estes desequilíbrios e garantir a*
 24 *dignidade das populações, protegendo o emprego e os trabalhadores.*

25 *Em 2022, quando o mundo estava a voltar à normalidade, quando se previa um crescimento da*
 26 *economia nacional, e também do concelho, com a diminuição das restrições aos turistas, a Europa*
 27 *voltou a ser sacudida por uma nova crise, desta feita criada pela invasão da Ucrânia pelo exército*
 28 *russo.*

29 *A guerra na Ucrânia trouxe, de novo, instabilidade à economia e ao sistema financeiro. As bolsas*
 30 *européias entraram em queda e a instabilidade criada consequências no aumento dos preços e da*
 31 *energia (eletricidade, gás, combustíveis) e nos bens de primeira necessidade, como os alimentos.*
 32 *A cresce a crise humanitária que um cenário de guerra acarreta, recordando que são sempre os*
 33 *mais vulneráveis os que sofrem mais. No entanto, esta guerra está a criar por todo o país, e também*
 34 *entre os eborenses, um movimento solidário com a população ucraniana e não faltam iniciativas*
 35 *para acolher e proteger os refugiados e no apoio às vítimas de guerra.*

36 *Por tudo isto e demais razões associadas, o Grupo Municipal do Movimento Cuidar de Évora*
 37 *apresenta o presente PEDIDO DE INFORMAÇÃO, trimestral, ao Município, para além da*
 38 *informação normalmente veiculada."*

39
 40 **A deputada Maria Paula Pita** referiu que uma vez que compete a esta Assembleia acompanhar e
 41 fiscalizar a atividade da Câmara Municipal de Évora, o MCE apresentou o seguinte Pedido de
 42 informação de forma a conhecerem e acompanharem o impacto da atual crise Socioeconómica no
 43 Município e no Concelho, de forma a evitarem o descontrolo da despesa municipal, neste contexto
 44 internacional da guerra da Ucrânia. Assim, a Assembleia Municipal pretende, então, deliberar a
 45 apresentação à Assembleia Municipal de um Relatório trimestral elaborado pelo Município sobre o
 46 impacto da atual crise económica no Município e no Concelho, sendo os dois primeiros entregues
 47 em junho a tempo de apreciação da Assembleia Municipal desse mês, o terceiro em inícios de
 48 outubro e o quarto no final de dezembro de 2022. O conteúdo destes dois relatórios no que diz
 49 respeito à crise tendo em conta no Município e no próprio Concelho deverão ser elaborados de
 50 acordo com os vários princípios que estão na proposta em que o Movimento Cuidar de Évora
 51 também está sujeito a propostas que queiram surgir.

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

2
3 **A deputada Paula de Deus** pediu permissão para intervir apenas por uma questão de organização,
4 pois o Sr. Presidente da Assembleia teria de decidir, porque foram entregues quatro Moções e não
5 há tempo, mas se o Sr. Presidente da Assembleia assim o decidir, claro que solicitarão o tempo à
6 Câmara Municipal que puder dispensar, mas de facto estas quatro moções não há tempo da parte de
7 alguns partidos para as debaterem porque elas foram entregues extemporaneamente, a questão é
8 essa, nem sequer tiveram tempo e acabam por prejudicar a própria discussão das moções.

9
10 **O Presidente da Câmara** informou que sobre esta matéria não tem nada a obstar, sendo que a
11 Câmara faz uma informação à Assembleia, e que está presente hoje também, onde relata de forma
12 aprofundada a situação económica e financeira do Município e, desde que disponham dos
13 elementos, porque nem todos os elementos que estão aqui referidos estão disponíveis do ponto de
14 vista estatístico, nomeadamente os que dizem respeito ao Concelho, não têm nada a opor.

15
16 **O deputado José Santos** referiu que não sabe se percebem exatamente qual era o objetivo da
17 Proposta, portanto, se é uma preocupação orçamental, porque é dito no preâmbulo de forma a evitar
18 um aumento e descontrolo da despesa municipal ou se tem um objetivo de acompanhamento no
19 sentido de propor medidas de mitigação e de acompanhamento à crise, se há partida vão haver
20 propostas de medidas de acompanhamento e de reforço à crise, vão aumentar a despesa, portanto
21 há aqui uma contradição nos termos da Proposta que não compreende, se fosse possível explicar
22 agradece. Crê que haverá um lapso no ponto 3, onde se diz “No relatório deve constar, ainda,
23 uma informação sobre o desempenho da equipa de missão de apoio à guerra, criada pelo Município”
24 e acha que é um bocadinho prematuro dizer sobre o impacto da atual socioeconómica, não consegue
25 afirmar que há uma crise socioeconómica no Município com esta objetividade. Se estes pontos
26 pudessem ser explicados, ainda que não tenham nada a opor-se, pelo contrário, à aprovação de uma
27 proposta com estes objetivos, mas acha que existem algumas contradições que deviam ser
28 explicadas.

29
30 **A deputada Maria Paula Pita** esclareceu que tem a ver com a fatura que os municípios e o
31 Concelho irá pagar, digamos assim, com o aumento de alguns preços, com o aumento dos
32 combustíveis, e que medidas o Município vai implementar para colmatar exatamente essas
33 preocupações, é mais nesse sentido. Quanto ao ponto nº 3, pelo que sabe foi criada uma equipa de
34 missão de apoio à guerra e às suas consequências e gostavam também de saber o que é que ela tem
35 feito.

36
37 **O Presidente da Câmara** esclareceu que a sua proposta é que a informação agora solicitada fosse
38 parte da informação que legalmente já está determinado entregar à Assembleia Municipal, porque
39 não lhe parece que haja necessidade de uma informação adicional, mas a Assembleia dirá, e o que
40 estava a propor era aceitar integrando nessa informação.

41 Informou, também, que de facto não foi criada uma equipa de missão, foi criada uma estrutura com
42 entidades diferenciadas que estão a acompanhar o apoio aos refugiados e à situação da Ucrânia,
43 aliás dará uma informação sobre essa matéria hoje mesmo.

44
45 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
46 pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

47
48 **Deliberação da Proposta:**

49 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

50

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Maria
2 Cristina Mata que procedesse à apresentação da **Proposta de Recomendação**, da bancada do MCE.

3
4 **A deputada Maria Cristina Mata** informou que retiram a Proposta de Recomendação.

5
6 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Maria
7 Paula Pita que procedesse à apresentação da **Proposta de Criação de Grupo de Trabalho**
8 **Temporário – Revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança Social**, da
9 bancada do MCE.

10
11 **A deputada Maria Paula Pita** procedeu à apresentação da Proposta de Criação de Grupo de
12 Trabalho Temporário – Revisão do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança Social à
13 Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

14 *“Nos termos do artigo 3º, 4º, 24º, alínea i) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de*
15 *setembro, na sua redação atual o Grupo MUNICIPAL do MCE apresenta a proposta de criação*
16 *de um grupo de Trabalho para revisão do atual REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL*
17 *DE SEGURANÇA que está desatualizado da legislação atual em vigor e propõe que nessa revisão*
18 *se considerem as seguintes alterações, nos termos da autonomia do poder local:*

19 *1. À luz da Lei nº 32/2019 de 4 de março e que, no âmbito do nº 2, do artigo 3º-B, o novo Regulamento*
20 *mantenha a possibilidade de todas as forças políticas e movimentos de cidadãos eleitos na AM*
21 *poderem indicar 1 pessoa para o CMS Alargado;*

22 *2. No Conselho Restrito, os 7 vereadores tenham assento, ao abrigo do nº 2 do artigo 5º, na medida*
23 *em que a competência de administração do território pertence à Câmara e deve ser esse órgão o*
24 *responsável por tratar este assunto, tão sensível, abrangente e de interesse de todos os eborenses,*
25 *num modelo de corresponsabilização entre os eleitos.*

26 *3. Ainda no âmbito do CMS alargado, considero importante definirem-se, também, outras*
27 *pessoas/organizações a convidar ao abrigo deste nº 2 do artigo 3º-B e não deixar apenas a*
28 *prorrogativa de convites pontuais em função de temas a tratar, embora se mantenha. Este modelo*
29 *já existia no Regulamento de 2016, por exemplo, representação de minorias ou das organizações*
30 *de idosos, não raras vezes principais vítimas de crimes, e propomos, desde já, a inclusão das*
31 *Associações de Moradores do concelho, igualmente ao abrigo deste ponto 2 do artigo 3º-B ou da*
32 *alínea i) do nº 1, sendo que o Centro Histórico e as freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras*
33 *são prioritárias, não descartando a possibilidade de incluir também, o Bacelo e Sra. da Saúde e*
34 *algumas zonas rurais.*

35 Constituição do Grupo de Trabalho:

36 *1. Proposta de constituição do Grupo de Trabalho, com um elemento a designar por cada grupo*
37 *municipal, um ou dois elementos a designar pelo Município e dois elementos do atual Conselho*
38 *Municipal de Segurança.*

39 Prazo de execução:

40 *1. Até à próxima Reunião da AME (junho), caso não exista nenhuma extraordinária, agendada*
41 *antes.”*

42
43 **A deputada Maria Paula Pita** esclareceu que a Proposta tem um pequeno erro, é só Conselho
44 Municipal de Segurança, não é de Segurança Social, e dizer que o Regulamento do Conselho
45 Municipal de Segurança de Évora que está na página da Câmara Municipal é de 2016, consideramos
46 que já está obsoleta porque a Lei que faz a Descentralização de Competências no âmbito da
47 autonomia do Poder Local é de 2019, portanto a nossa proposta é essa mesma de Criação de Grupo
48 de Trabalho Temporário, com um elemento a designar por cada grupo municipal, um ou dois
49 elementos designados pelo Município e dois elementos do Conselho Municipal de Segurança, para
50 rever e elaborar um novo Regulamento.

51

1 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

2
3 **O Presidente da Câmara** referiu que não tem presente agora, porque como não teve acesso à
4 proposta antes e não pôde verificar, mas o Regulamento foi, entretanto, atualizado porque alterações
5 à Lei, que incluíram no Conselho Municipal de Segurança questões como a de segurança rodoviária
6 e outras, e julga que essa alteração foi feita posteriormente, fica essa nota para verificar. O que é
7 habitual é a Câmara elaborar a proposta de Regulamento, levar essa proposta à Câmara, há o período
8 que está destinado à consulta pública e depois vem à Assembleia Municipal. Se o que se pretende é
9 de facto isso, essa Comissão ou esse Grupo de Trabalho o que terá de fazer é apresentar a proposta
10 à Câmara, para depois a Câmara dar o seguimento devido a esta matéria, e neste caso assumiria o
11 grupo de trabalho a elaboração da proposta de alteração do Regulamento.

12
13 **O deputado Natanael Vinha** referiu que pensou que a sua intervenção iria ficar prejudicada com a
14 intervenção do Sr. Presidente da Câmara mas ficou beneficiada porque disse muita coisa, disse que
15 esta Proposta é pouco clara, desde logo o seu título, também pouco clara, confusa, queremos alterar
16 os regulamentos então avaliemos todos os grupos de trabalho e comissões que existem, porque a
17 aprovarmos esta proposta contagiaremos todos os outros por causa das suas composições.

18
19 **O deputado Bruno Martins** recordou que de facto este Regulamento do Conselho Municipal de
20 Segurança foi alterado aquando das alterações da legislação, mas tem muitas dúvidas se é legal se
21 quer alterar a composição do Conselho Municipal de Segurança porque ela está descrita em Lei e
22 julga que não pode ser alterada, tem muitas dúvidas e em nome do Bloco de Esquerda vai abster-se
23 em relação a esta proposta.

24
25 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
26 pedidos de intervenção, submeteu a presente Moção a votação.

27 28 **Deliberação da Proposta:**

29 **Rejeitada por maioria**, com 13 votos contra (13 do PS) 3 votos a favor (3 do Movimento Cuidar
30 de Évora) e 17 abstenção (8 da CDU, 5 da Coligação “Mudar Com Confiança”, 1 do BE, 1 do
31 MMPI, 1 do MICAZA e 1 do CH), com 33 presenças verificadas.

32
33 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando à deputada Maria
34 Cristina Mata que procedesse à apresentação do **Voto de Congratulação pela criação da**
35 **Associação de Moradores e Amigos do centro Histórico (AMACHÉ)** da bancada do MCE.

36
37 **A deputada Maria Cristina Mata** procedeu à apresentação da Voto de Congratulação pela criação
38 da Associação de Moradores e Amigos do centro Histórico (AMACHÉ) à Assembleia, o qual se
39 transcreve na íntegra:

40 *“Conforme o ponto 1. do Art.º 16º do Regimento da Assembleia Municipal, o Movimento Cuidar de*
41 *Évora, apresenta a seguinte MOÇÃO de congratulação da criação Associação de Moradores e*
42 *Amigos do Centro Histórico de Évora (AMACHÉ), uma vez que se assumirá como a voz dos*
43 *moradores, trabalhadores, empresários, entidades, organizações e de todos os que amam o Centro*
44 *Histórico e como parceira importante para a resolução dos seus problemas.*

45 *Deliberação:*

46 *A Assembleia Municipal de Évora, reunida a 22 de abril de 2022, congratula-se com a criação*
47 *Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Évora (AMACHÉ).*

48 **DO CONTEXTO/FUNDAMENTAÇÃO:**

49 *Desde que há memória nunca o Centro Histórico, ou qualquer das três freguesias (Sé e S. Pedro,*
50 *S. Mamede e Sto. Antão) que dele fazem parte, teve uma associação de moradores que*

1 *representasse e defendesse os interesses de quem nele habita e desenvolve a sua atividade*
2 *profissional.*

3 *O Centro Histórico não se resume ao património. O Centro Histórico tem vida. Tem pessoas.*
4 *Pessoas que têm de fazer-se ouvir, que têm de ter "voz" e que têm que ter quem as apoie e lute pelos*
5 *seus interesses. Sejam elas residentes ou trabalhadoras.*

6 *A AMACHE tem como objetivos apoiar e promover iniciativas de âmbito social, cívico, urbanístico,*
7 *cultural, recreativo, desportivo, bem como outros acontecimentos que se verifique serem de*
8 *interesse coletivo. Promover, valorizar, conservar e defender o património do Centro Histórico,*
9 *empenhando-se na defesa dos interesses relacionados com o espaço público habitacional,*
10 *comercial e de lazer, com as condições de mobilidade e de segurança de pessoas e bens, serão*
11 *perspetivas a seguir por uma Associação que se preocupará, igualmente, com condições ambientais*
12 *e, globalmente, com a qualidade de vida no Centro Histórico de Évora. O ruído, a higiene e*
13 *limpeza, a mobilidade no Centro Histórico, a segurança de pessoas e bens são também*
14 *preocupações essenciais da Associação.*

15 *O estabelecimento de parcerias, acordos e cooperação com associações ou organizações com os*
16 *mesmos fins, tanto a nível local, como nacional ou internacional; a colaboração com associações*
17 *de natureza e propósitos similares que existam ou se constituam tanto a nível local, como nacional*
18 *ou internacional; e a participação na gestão de instalações e equipamentos de interesse comum -*
19 *cultural, desportivo ou de lazer, sediados ou que sirvam a população do Centro Histórico, também*
20 *fazem parte dos propósitos que a AMACHÉ pretende concretizar.*

21 *A Associação tem ainda como prioridades participar e contribuir, ativamente e de forma*
22 *construtiva, na criação ou revisão de instrumentos de planeamento e gestão urbanística,*
23 *nomeadamente na revisão - em curso - do Plano de Urbanização de Évora.*

24 *A AMACHÉ pretende contribuir para a proteção e valorização do património edificado, mas,*
25 *também, do património que representa a qualidade de vida de quem nele habita ou trabalha. E que*
26 *tem o direito de aí se sentir feliz...*

27 *Assim, um grupo de 35 habitantes, empresários e instituições do Centro Histórico, decidiram que*
28 *era o momento de a "voz" se "fazer ouvir" e criaram, para tal, a Associação de Moradores e Amigos*
29 *do Centro Histórico de Évora (AMACHÉ).*

30 *Por tudo isto e demais razões associadas, o Grupo Municipal do Movimento Cuidar de Évora*
31 *apresenta a presente MOÇÃO, de congratulação da criação Associação de Moradores e Amigos*
32 *do Centro Histórico de Évora (AMACHÉ)."*

33

34 **A deputada Maria Cristina Mata** salientou que é um Voto de Congratulação pela criação da
35 Associação de Moradores e Amigos do centro Histórico (AMACHÉ) e leu o final “Por tudo isto e
36 demais razões associadas, o Grupo Municipal do Movimento Cuidar de Évora apresenta a presente
37 Moção, de congratulação da criação Associação de Moradores e Amigos do centro Histórico
38 (AMACHÉ)”.

39

40 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando
41 pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

42

43 **Deliberação do Voto:**

44 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

45

46 **O Presidente da Assembleia Municipal** prosseguiu os trabalhos, solicitando ao deputado Bruno
47 Martins que procedesse à apresentação da **Proposta de criação de uma Comissão Permanente de**
48 **Líderes**, da bancada do BE.

49

50 **O deputado Bruno Martins** procedeu à apresentação da Proposta de criação de uma Comissão
51 Permanente de Líderes à Assembleia, a qual se transcreve na íntegra:

1 “Nos termos do Art.º 45º do Regimento da AME proponho, para votação, a criação de uma
2 Comissão Permanente de Líderes constituída pelos elementos da Mesa e por um membro eleito de
3 cada força política representada nesta Assembleia.

4 A primeira reunião desta Comissão deverá decidir sobre as suas regras de funcionamento que
5 serão apresentadas na próxima reunião da Assembleia.”

6
7 **O deputado Bruno Martins** referiu que é apenas para criar formalmente a Comissão Permanente
8 de Líderes à semelhança do que acontece em muitas Assembleias Municipais deste País e deixar de
9 existir o Grupo Informal de Líderes que pelos vistos não tem funcionado bem, tem havido dúvidas
10 da sua legalidade.

11
12 **O Presidente da Assembleia Municipal** questionou se algum deputado pretendia usar da palavra.

13
14 **A deputada Elmina Lopes** questionou em que âmbito se cria a Comissão de Líderes Permanente.

15
16 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que é o artigo 45º do Regimento.

17
18 **A deputada Elmina Lopes** verificou que se é um Grupo de Trabalho é uma Comissão.

19
20 **O Presidente da Assembleia Municipal** confirmou que sim.

21
22 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
23 pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

24
25 **Deliberação da Proposta:**

26 **Aprovada por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

27
28 **Declaração de Voto do deputado José Figueira:**

29 “Um ponto de ordem que é, se esta Comissão quiser ter as funções que tem, tem de ser integrada
30 no Regimento.”

31
32 **O Presidente da Assembleia Municipal** referiu que, como o Regimento está a ser revisto, basta
33 aproveitar a oportunidade para integrar e informou que se fará um intervalo de 15 minutos.

34
35 **O Presidente da Assembleia Municipal** retomou os trabalhos informando que terminaram o Ponto
36 Antes da Ordem do Dia, e prosseguiu os trabalhos dando início ao Ponto III.

37
38 **III – Nos termos da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal apresenta os**
39 **seguintes pontos:**

40
41 **1. Informação do Presidente da CME acerca da atividade do Município, bem como a situação**
42 **financeira do mesmo (para conhecimento)**

43
44 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que
45 foi distribuída a informação por escrito pelo que fará apenas algumas considerações e informações
46 adicionais, e vai iniciar exatamente pela questão da Prestação de Contas uma vez que estava
47 agendada a possibilidade de discutir hoje a Prestação de Contas mas a Câmara entendeu realizar
48 uma sessão extraordinária de Câmara para a próxima quarta feira para discutir e deliberar sobre a
49 Prestação de Contas, razão pela qual esse ponto não será hoje discutido, teve uma conversa com o
50 Sr. Presidente da Assembleia Municipal no sentido de que estão em condições de disponibilizar os
51 documentos, naturalmente sujeitos à eventual aprovação do Município, e acontecendo essa

1 aprovação a Assembleia Municipal depois terá de marcar uma sessão para a discussão da Prestação
2 de Contas. Perguntou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal se queria desde já colocar algumas
3 questões sobre esta matéria.

4
5 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que, aproveitando a informação do Sr.
6 Presidente, convoca os deputados para a próxima sexta feira, dia 29, às 21h, ainda no mês de abril,
7 para eventualmente aprovarem as Contas da Câmara Municipal, essa aprovação está condicionada
8 à votação a ocorrer em sede de Câmara, mas se esperassem por quarta feira para convocar não teriam
9 tempo para convocar a Assembleia para a sexta feira seguinte, que é o último dia útil do mês de
10 abril, portanto ficaram desde já convocados, o que não impede que os serviços façam chegar
11 atempadamente a convocatória formal, mas desde já oralmente estão convocados para a próxima
12 sexta feira nesta mesma sala.

13
14 **O deputado Bruno Martins** questionou se seria a continuação desta sessão ou se seria uma sessão
15 extraordinária.

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** confirmou que será uma sessão extraordinária.

18
19 **O Presidente da Câmara** informou que vai expor questões adicionais de algum relevo
20 relativamente à informação.

21 Relativamente à Candidatura de Évora à Capital Europeia da Cultura sublinhar a passagem à fase
22 final do processo, que foi decidida no início de março, e agora estão a preparar a segunda fase do
23 processo, mas têm de entregar uma segunda candidatura que, infelizmente, julgavam, e era isso que
24 estava no regulamento, que teriam nove meses após a receção do relatório, mas o júri encurtou o
25 prazo e a nova candidatura terá que se entregue em outubro, portanto estão bastante mais apertados
26 do que inicialmente prevíamos, portanto têm que reformular o plano de trabalho que estava definido.
27 Sobre a reposição da Feira do Livro em novos moldes que, aliás, antecede o programa do 25 de
28 Abril, tem estado a correr de forma muito positiva e teve uma adesão muito significativa não apenas
29 da população mas, em particular, também dos editores, dos livreiros, de todos os que trabalham
30 nesta área e gostaria de salientar as parcerias que têm, em particular com a Biblioteca Pública de
31 Évora, com a Fundação Eugénio de Almeida, as Juntas de Freguesia que se associaram também,
32 enfim todos aqueles que se quiseram associar.

33 Sobre as Comemorações do 25 de Abril, o **Presidente da Câmara** referiu que espera que o tempo
34 permita que se reponha de alguma maneira o que habitualmente faziam, e que já hoje ao fim da
35 tarde houve, na Sala dos Leões, um concerto comemorativo pelo Coro Eborae Música, haverá um
36 programa desportivo diversificado em vários dias, salientando no dia 24 o meeting Atletismo Cidade
37 de Évora no Complexo Desportivo e naturalmente à noite, se tudo correr bem, na Praça do Giraldo
38 o espetáculo com Camané e Mário Laginha, no 25 de Abril às 10h temos aqui uma sessão de hastear
39 da Bandeira e gostaria de convidar todos os membros da Assembleia que quiserem participar,
40 naturalmente, não haverá intervenções, aqui é apenas uma cerimónia simbólica de hastear da
41 Bandeira que contará com a participação da Banda Filarmónica Liberalitas Júlia, às 16 horas
42 teremos a inauguração do Centro de Convívio em S. Miguel de Machede, uma obra bastante
43 aguardada e que é bom que possam inaugura-la neste 25 de Abril, o programa está disponível e,
44 naturalmente, ficam aqui as questões que merecem mais estaque.

45 Informou que foi aprovada uma candidatura do Teatro Garcia de Resende à Programação plurianual
46 da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, o Teatro Garcia de Resende foi integrado nesta Rede
47 e a candidatura que fizeram para financiamento da programação foi aprovada para um período de
48 quatro anos com um valor anual de quatrocentos mil euros, compartilhado a cinquenta por cento
49 ao ano.

1 Divulgou que têm estado a trabalhar com a Comissão Europeia para a realização em Évora do Dia
2 da Europa, que irá acontecer no próximo dia 9 de maio, ainda não temos o programa oficial e
3 institucional fechado, naturalmente darão conta deste programa quando estiver fechado.

4 Saudou a realização, em que participaram, do Fórum Empresarial do Alentejo, juntou as várias
5 Associações Empresariais do Alentejo e fizeram uma discussão muito interessante, mas o que há de
6 realçar aqui é esse aspeto de cooperação que não tem sido fácil dinamizar entre as várias
7 Associações.

8 Assinalou também a Volta ao Alentejo em Bicicleta que terminou mais um ano aqui na Cidade de
9 Évora, o Programa Bandas à Rua que procura, dinamizando as Bandas, levar as Bandas as todos os
10 locais do Concelho, em particular também às Freguesias e que vai continuar por estes dias.

11 **O Presidente da Câmara** fez o ponto da situação sobre as questões da pandemia, que agora temos
12 dados muito menores do que tínhamos ainda assim, face aos dados que deu na última Assembleia.
13 Referiu há uma tendência decrescente mas ainda assim com um peso importante, neste momento a
14 taxa de incidência referida ao dia 18 de abril, que são os últimos dados que temos, era de 2.189
15 casos por 100 mil habitantes, recordou que a taxa mais alta é a partir dos 460, estamos a baixo da
16 média nacional mas ainda assim com valores muito significativos e que nos últimos catorze dias
17 que antecederam o dia 18 de abril, registámos 1.142 novos casos, portanto bastantes casos,
18 felizmente a gravidade não é grande e também não há muita pressão sobre o nosso Hospital, ainda
19 que tenhamos muitos profissionais no Hospital afetados pela pandemia, em relação à vacinação os
20 últimos dados são referentes ao dia 18 de abril, maiores de 12 anos com a 1ª dose 88,26%, com a 2ª
21 dose 83,21%, com dose de reforço 51,83%; dos 5 aos 11 anos com a 1ª dose 56,56%, com a 2ª dose
22 28,99%.

23 Sobre a estrutura de apoio aos refugiados da Ucrânia, apenas as questões mais importantes, que,
24 como sabem, foi definido ter uma cooperação estreita com o Alto Comissariado para as Migrações,
25 que é quem faz a coordenação desta situação em termos nacionais e, com base nisso, assinaram um
26 Protocolo entre o ACM, o IRU e a Câmara para garantir as questões dos alojamentos, não apenas
27 os temporários mas depois os definitivos, até este momento temos identificado o apoio concedido a
28 cerca de trinta famílias, terão sido abrangidas cerca de noventa pessoas incluindo, menores sendo
29 que alguns destes refugiados têm família na região e, portanto, não tiveram necessidade de
30 alojamento, tiveram sobretudo necessidade de outro tipo de apoio. O alojamento tem sido feito em
31 alojamento municipal e de particulares e têm assegurado apoio logístico, em géneros, de saúde e à
32 integração na escola, neste momento preciso têm em alojamento apenas quatro famílias, as outras
33 já seguiram o seu tramite normal e têm os dados dos bens recolhidos e já entregues que são bastantes,
34 mas vai dispensar a leitura.

35
36 **O deputado Francisco Brito** perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se, com esta
37 candidatura ganha pelo Teatro Garcia de Resende para a sua programação, se haverá alteração da
38 verba que habitualmente é transferida para o CENDREV e, também, saudar a Câmara Municipal de
39 Évora pela organização do Bandas à Rua, gostaria de saudar na pessoa do Dr. Nuno Ricardo, porque
40 acha que mais importante do que associarmos sempre estas estas medidas, ou estas atividades, ou
41 estes trabalhos ao Executivo é importante também valorizar quem está por detrás destas iniciativas
42 e o Dr. Nuno Ricardo tem trabalhado bastante para que o Bandas à Rua voltasse e também deixar
43 uma nota precisamente sobre esta atividade que tem sido muito pouco comunicada e acha que é ima
44 situação que poderia ser melhorada em termos da comunicação do Município porque de facto é um
45 evento que se distribui ao longo do tempo, semanalmente, e era importante que este tipo de eventos
46 tivesse divulgação com dois, três, quatro dias de antecedência, talvez três dias seria o mais indicado,
47 antes da cada uma das sessões, ainda por cima são sempre ao fim de semana, porque divulgar no
48 início e depois com um mês ou mês e pouco do evento acaba por se perder um bocadinho, claro que
49 há sempre a questão da surpresa, pelo menos acontece no Centro Histórico e crê que nas freguesias
50 rurais seja um pouco diferente, mas no Centro Histórico as pessoas acabam por ser surpreendidas

1 pelo som e ficam para ouvir mas também se calhar também há pessoas que se interessavam por
2 assistir e gostariam de ser previamente informadas disso.

3
4 **O deputado José Figueira** informou que tem quatro questões para colocar, a primeira tem a ver
5 com o Fundo de Emergência Municipal que inicialmente foi dotado de um valor de quinhentos mil
6 euros neste momento tem um milhão e duzentos mil euros, ou seja, aumentou neste período 140%,
7 e a pergunta é se há previsão deste Fundo vir a ter que ser reforçado. A segunda questão também
8 tem a ver com a área da saúde e gostavam de saber se a Câmara Municipal neste momento está a
9 acompanhar ou não o desenvolvimento das obras do Hospital Público Central do Alentejo e qual é
10 o ponto de situação. As outras duas questões têm a ver com questões de ordem financeira, dada a
11 informação que foi prestada, saber porque é que na rubrica aquisição de bens e serviços já está neste
12 momento o montante de execução de 71% do cabimentado para este ano e se isto obrigará,
13 certamente, a fazer alguns alterações e a outra questão tem a ver com o verificar-se que os fundos
14 disponíveis são positivos em cerca de três virgula dois milhões de euros, que o limite da dívida se
15 encontra em valores de oito milhões e que o pagamento médio aos fornecedores baixou para
16 quarenta e nove dias, segundo as informações dadas pela entidade que fiscaliza esta área.
17 Conjugando todos estes indicadores positivos como é que o executivo analisa a situação económica
18 e financeira do Município.

19
20 **A deputada Florinda Russo** referiu que tem também três principais questões para colocar ao Sr.
21 Presidente, a primeira a questão do Cemitério da Vendinha, em que ponto é que se encontra esta
22 situação pelo alargamento; a segunda questão tem a ver com a questão, que é sempre aqui falada e
23 volta a ser falada e que voltam a falar, que é a questão da água, os fregueses têm estado a receber,
24 como é do conhecimento do Sr. Presidente, cartas a avisar o corte da água, havia um corte previsto
25 para hoje à volta de cento e trinta pessoas, entretanto já chegaram mais cartas para que o corte seja
26 a 4 e 5 de maio, isto porque, mediante a situação que é do conhecimento de todos, a população de
27 S. Manços na maioria deixou de pagar a fatura da água devido até à recomendação que foi feita
28 nesta mesma Assembleia no dia 20 de setembro, após a entrega de um abaixo assinado na
29 Assembleia de junho de 2021 e exposição de alguns fregueses nesta mesma Assembleia sobre a
30 situação e que, no fundo, até à data não têm uma solução, uma resposta plausível para realmente
31 poderem estar confiantes de que as coisas vão mudar, neste sentido a parte da reclamação das
32 pessoas é feita no não pagamento para que realmente possa agilizar mais o processo da solução,
33 gostaria de saber se vai existir mesmo esse corte, o que é que o Sr. Presidente está a pensar sobre
34 esta situação e realmente a solução que está prevista para a água e para o fornecimento da água de
35 qualidade, e a terceira questão o executivo da sua Junta de Freguesia fez a proposta de um pedido
36 de comodato da antiga escola primária para que pudesse no fundo concorrer à recuperação das
37 aldeias, um concurso que existiu até dia 21 de março, esse pedido não foi aceite, temos
38 conhecimento e participei até na questão realmente da atribuição de uma sala ao Grupo de Forcados
39 de S. Manços, no entanto está aqui uma questão que é primordial e que no fundo me preocupa que
40 é, com a candidatura tínhamos previsto um financiamento de cerca de oitenta por cento para fazer
41 as obras de requalificação da antiga escola primária, sendo cedida a sala e não sendo, no fundo,
42 atribuído o contrato de comodato da antiga escola e não podendo concorrer, como é que fica a
43 questão das obras, se serão feitas pela Câmara Municipal, existirão obras ou não, ou a escola será
44 apenas cedida e nada será feito em relação à requalificação da mesma. São estas a três questões
45 principais.

46
47 **O deputado José Piteira** informou que são apenas duas questões ao Sr. Presidente da Câmara, uma
48 tem a ver as redes viárias e se há alguma intervenção, alguma expectativa em termos de custos, de
49 tempo e de extensão daquilo que é o que as estradas precisam e na minha Freguesia uma delas, a
50 principal que liga a Estrada de Reguengos, passa pelo Monte Novo e vai até quase Santa Susana,
51 em que parte pertence à Freguesia de Nossa Senhora de Machede e outra à Freguesia de S. Manços

1 e Pigeiro porque já não vai com pequenos remendos aquilo precisa de uma intervenção profunda,
 2 se há alguma expectativa em termos de calendarização e em termos de prazos se tem alguma
 3 expectativa e a crónica de sempre que é o Caminho Municipal 1095, Nossa Senhora de Machede ao
 4 Cruzeiro, como é evidente da última pequena intervenção que se fez serviu, preferíamos e enquanto
 5 não poder haver uma intervenção mais profunda, fazer uma intervenção naquele tipo, mas têm que
 6 ter sempre o tem vindo reivindicando ao longo dos anos que é serem mais céleres naquilo que é a
 7 recuperação e a manutenção para não eixar chegar ao ponto em que chegou em 2018, sei que na
 8 altura ainda estava com o PAEL traçado mas agora o PAEL já foi, já veio a pandemia e agora temos
 9 a guerra, vamos ver quando é que conseguimos fazer, porque aquela estrada mais parece uma estrada
 10 da Ucrânia que vimos todos os dias. O outro assunto tem a ver com o PDM, todos sabemos que o
 11 PDM está em revisão, sabe que há um grupo de trabalho a trabalhar nisso, já fez um pedido à Câmara
 12 Municipal de Évora no sentido de termos uma reunião com o grupo de trabalho, visto não saber se
 13 está na perspectiva da Câmara, senão, fazer o que acham habitual, é quando se mexe no que está,
 14 entre aspas, garantido e que as pessoas tem alguma expectativa, cada um deles nas Freguesias rurais
 15 onde são sempre as dificuldades e que se debatem com terrenos tanto faz industriais como para
 16 habitação saber se há alguma alteração, ou não, e se houver se vai beneficiar, ou não, e se é a
 17 expectativa daquilo que eles localmente acham e aspiram e que as pessoas também nos fazem todos
 18 os dias ver que são as suas dificuldades, porque sabem, e bem, que havia na última revisão uma
 19 necessidade de arranjar lotes e de arranjar casas para as pessoas e para mais para as sediarem nas
 20 Freguesias rurais, foi passada a palavra de que a estratégia agora é diferente, que era uma contenção
 21 nos aglomerados urbanos, mas isto faz toda a diferença porque sentem muitas dificuldades naquilo
 22 que são os lotes e até lotes municipais no sentido de darmos resposta ao que são solicitados, e como
 23 o Sr. Presidente sabe já tivemos uma conversa sobre o Centro de Saúde e acha que há uma janela
 24 agora única com o PRR em que as Freguesias rurais, algumas delas, a extensão do Centro de Saúde
 25 pode ter aqui uma luz ao fundo do túnel e ultrapassarem aquilo que é o financiamento para obras,
 26 por isso isto tudo os preocupam e, como sabe, as Freguesias não têm lotes municipais tão pouco
 27 para habitação quanto mais para estes equipamentos, portanto solicita à Câmara Municipal a
 28 disponibilidade neste sentido de verem a possibilidade de não deixarem passar esta oportunidade.

29
 30 **O deputado Luís Pardal** referiu que tem cinco questões, a primeira é relativa ao projeto do Lar
 31 Nossa Senhora da Conceição, no Bairro da Câmara, gostaria de saber em que ponto da situação está
 32 este processo e, aliás, já alertaram pelo contacto que tiveram com a população que desconhecem o
 33 projeto e há dos munícipes em o conhecer, portanto, pediu a possibilidade de ser apresentado; a
 34 outra questão relaciona-se com o edifício que se encontra adjacente à Rua do Escoural e à Avenida
 35 Almirante Gago Coutinho, fica próximo da Escola André de Resende, portanto é aquele edifício
 36 que está há vários embargado e, portanto, aquele edifício torna-se um perigo porque há relatos de
 37 jovens que vão para lá, inclusive praticar parkour e outras atividades e um dia pode acontecer ali
 38 um acidente e gostávamos de perceber o ponto da situação; o terceiro ponto relaciona-se com o
 39 Bairro da Caeira e é um assunto que não é novo mas gostavam de saber qual é que é o ponto da
 40 situação da melhoria deste acesso a estes munícipes; a outra questão relaciona-se com a ocorrência
 41 de inundações, não é propriamente o problema de uma rua numa Freguesia e eventualmente apenas
 42 desta, é um problema muito lato mas que precisa urgentemente de uma intervenção, enquanto
 43 estamos aqui se houver uma enxurrada neste momento lá fora a decorrer há pessoas que estão
 44 sinceramente preocupadas e aflitas porque tem inundações dentro das suas casas, alguns exemplos,
 45 no Bairro do Bacelo há inúmeras ruas e que sistematicamente estas pessoas preocupadas; outra
 46 questão que o preocupa bastante, a nossa Freguesia tem quatro parques infantis, não sabe se pode
 47 chamar parques infantis, são estruturas, e qualquer uma destas quatro estruturas representam um
 48 perigo todos os dias para crianças que tentam ali brincar, esta é uma situação muito preocupante,
 49 imaginem que há uma criança que tem ali um acidente grave, nenhuma destas estruturas tem as
 50 mínimas condições de segurança, inclusivamente já pedimos à Câmara para retirar, enfim, deve de

1 haver uma avaliação técnica com certeza, mas há uns que são claros que têm de ser retirados, e
2 portanto não obtivemos nenhuma resposta e esta é uma que acha que é muito perigosa.

3
4 **O deputado Joaquim Faria** informou que gostaria de fazer duas ou três perguntas ao Sr. Presidente
5 da Câmara, perguntou se o Conselho Municipal de Segurança funciona atualmente na modalidade
6 restrita e alargada, a ser negativa a resposta, gostariam que o grupo Movimento Cuidar de Évora
7 pudesse integrar o grupo de elaboração para a alteração ao Regulamento atual, assunto que é da
8 própria competência da Assembleia Municipal; gostava também de perguntar se no âmbito do
9 Conselho Local da Ação Social a Câmara é informada sobre a situação social do Concelho, o
10 número de desempregados, reinserção social, apoios pontuais, e se sim, é essa informação que
11 gostaríamos de ter, senão, recomendamos que enquanto Presidente do CLAS a peça; referiu que
12 relativamente à apresentação do relatório trimestral era bom que esse mesmo relatório, uma vez que
13 já disse que fornece essa informação, menciona-se nesses mesmos relatórios a questão dos custos
14 energéticos que a Câmara está a ter e qual o impacto desses custos energéticos estão a ser
15 alavancados, digamos assim, para a despesa da Câmara por causa da guerra que estamos a viver
16 neste momento, e isso faria com que tivéssemos uma melhor perceção daquilo que custa esta guerra
17 à Câmara.

18
19 **O deputado José Santos** referiu que tem duas questões rápidas, relativamente aos dois
20 procedimentos concursais anulados que estão referidos na página vinte e cinco, Remodelação do
21 edifício da antiga rodoviária para a criação do Centro de Investigação e Documentação de Évora e
22 a Remodelação da rede de água para reforço do Salão Central, se que a Câmara já definiu o que vai
23 fazer, qual é a estratégia a seguir para cada uma das situações e no caso da Remodelação da rede de
24 água para reforço do Salão Central em que medida é que esta situação atrasa a abertura do
25 equipamento.

26
27 **O Presidente da Câmara** informou que em relação ao Teatro Garcia de Resende a candidatura foi
28 feita numa parceria com a gestão do teatro, que é do CENDREV, portanto aquele valor será gerido
29 pela Câmara com o CENDREV em termos da programação, a relação com o CENDREV é titulada
30 por um Protocolo já bastante antigo que provavelmente necessitará de ser atualizado e farão isso
31 proximamente, mas são duas coisas diferentes, uma é a programação do Teatro Garcia de Resende
32 outra coisa é a atividade do CENDREV.

33 Relativamente às Bandas à Rua tomou nota das questões, de facto as questões de comunicação são
34 um problema que têm.

35 Relativamente ao Fundo de Emergência Municipal, este Fundo de Emergência o valor que têm está
36 referenciado sobretudo ao ano, chamou a atenção que ainda estão a trabalhar com o Orçamento do
37 ano passado e, portanto, para este ano, no caso de ser aprovado o Orçamento, terão naturalmente
38 uma nova rubrica com um novo valor, mas substancialmente abaixo daquele que tinham antes.

39 Relativamente ao Hospital Central do Alentejo estão a acompanhar, em particular com a ARS,
40 criaram um grupo de trabalho, o que os preocupa são as questões já têm sido aqui abordadas, o
41 financiamento não está ainda garantido, está a falar do próprio Hospital, não apenas aquilo que a
42 Câmara se dispôs a fazer que tem a ver com as acessibilidades, também a questão do financiamento
43 das acessibilidades, e algumas outras questões, nomeadamente quanto, por exemplo, aos
44 equipamentos do Hospital, são coisas mais da responsabilidade da ARS ou do Hospital do que da
45 Câmara.

46 Relativamente à aquisição de serviços como outros, como disse, estão a trabalhar com o antigo
47 Orçamento quando o Orçamento novo for, naturalmente, introduzido esta situação vai alterar-se, de
48 qualquer maneira temos sempre um valor de cabimentação que é algo complicado, mas que abordará
49 isso mais à frente.

50 Relativamente aos Fundos Disponíveis não são o que traduz a situação económica e financeira da
51 Câmara, a seu ver deviam ser, aliás, esquecidos porque não lhe parecem uma boa forma de controlar

1 as finanças municipais, julga que o que traduz a situação económica e financeira são um conjunto
2 de indicadores, que aliás já foram referidos e que estão abordados na informação que fez chegar.
3 Relativamente ao Cemitério da Vendinha ficaram com o concurso deserto, portanto, vão ter que
4 refazer o concurso, refazer o concurso, habitualmente refazer o concurso, deste e de outros, significa
5 aumentar os valores e mesmo assim têm muita dificuldade em encontrar empreiteiros, este é um
6 problema geral que abordaremos a outro nível, mas de facto estão com este problema.
7 Relativamente à questão da água, já fizeram uma intervenção, não quiseram anunciar publicamente
8 porque querem ver os resultados dela, fez a ligação direta do depósito à Rua Gouveia e agora vão
9 fazer outras fases para ir procurando, ver se conseguem encontrar e resolver o problema, que como
10 sabem é complexo, é complicado, os técnicos não estão de acordo relativamente às causas
11 fundamentais e como é que se resolvem e portanto vamos por fases para fazer essa intervenção.
12 Relativamente aos cortes de água, informou que terminada a Lei que impedia a Câmara de fazer
13 cortes de água, a Câmara emitiu para os consumidores incumpridores as cartas e emitiu erradamente
14 para S. Manços uma vez que S. Manços tem uma situação que é conhecida, mas como saíram as
15 cartas todas saíram também as cartas para S. Manços e os consumidores de S. Manços receberam
16 cartas a retificar a situação, não era exatamente cortes mas era o anúncio da possibilidade de cortes
17 mas não serão feitos cortes e serão informados dessa situação, em relação à Escola Primária a
18 Câmara assegurará a recuperação, a Câmara aprovou o Edital para as Associações que quiserem
19 concorrer à atribuição de sala na Escola.
20 Relativamente à Rede Viária é um problema, vão falar depois um pouco nele, mas têm previsto um
21 investimento para este ano na ordem de um milhão e meio de euros, que é muito aquém das
22 necessidades que têm mas vão definir as prioridades nesta base, querem fazer uma reunião em maio
23 com as Freguesias por causa deste e de outros problemas que têm, alguns foram aqui abordados, no
24 sentido de tentarem em conjunto chegar a uma plataforma comum porque não sendo possível chegar
25 a todo o lado, tentar chegar a um acordo comum nesta matéria.
26 Relativamente ao PDM informou que não estão a fazer uma revisão, estão a fazer uma alteração ao
27 PDM, e é fundamental dizer isso porque a alteração do PDM é uma alteração que lhes é imposta
28 por Lei, não é uma alteração da vontade da Câmara ou do Município, porque a Lei dos Solos impõe
29 essa alteração ao PDM e se não fizerem essa alteração ao PDM a Câmara corre o risco de perder os
30 Fundos Comunitários. O que diz a Lei dos Solos é que todos os terrenos atualmente urbanos que
31 não tenham intensões manifestadas, portanto fundamentadas, é um dado importante, vão fazer uma
32 apresentação geral e reuniões Freguesia a Freguesia, porque esta é uma situação que preocupa todos,
33 que afeta os proprietários, afeta todos, e há casos em que se a Lei for aplicada diretamente pode
34 haver cortes na ordem dos 20%, 35%, 40% dos terrenos que atualmente estão nos perímetros
35 urbanos, temos de olhar esta situação e irão falar sobre ela.
36 Relativamente ao projeto do Largo do Bairro da Câmara é para ser apresentado publicamente,
37 apresentarão também à Junta de Freguesia, até poderão fazer em simultâneo é uma questão de
38 combinar; sobre o edifício embargado julga que a empresa terá falido e que haverá um problema
39 decorrente da falência da empresa que tinha a obra, julga que é isso mas não tem a certeza; sobre o
40 Bairro da Caeira há um compromisso da IP de fazer uma intervenção agora para melhorar o assunto
41 e depois uma intervenção definitiva; sobre as inundações têm um problema complicado que decorre
42 da situação de terem agora um tipo de pluviosidade diferente que é muito concentrada e têm alguns
43 casos redes que não estão preparadas para esse tipo de pluviosidade, também é verdade que têm
44 outro tipo de situações que são situações que vai chamar irregulares num conjunto de edifícios que
45 têm de acompanhar no sentido de procurar soluções, algumas não são fáceis porque têm a ver
46 exatamente com o problema da rede e não tanto apenas com situações pontuais; sobre os parques
47 infantis de facto fizeram um levantamento, os que não estiverem em condições têm de ser fechados,
48 ponto final paragrafo, irão verificar essas situações.
49 Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, há um processo para estabelecer o Conselho
50 Municipal de Segurança, assim que esse processo estiver concluído farão a primeira reunião do

1 Conselho Municipal de Segurança, de acordo com o que está no seu Regulamento atual que, como
2 já viram, terá de ser de uma forma ou de outra atualizado.

3 Relativamente ao CLASE, as várias instituições dão as informações que entendem adequadas, há
4 informações que pedem, mas há informações que, infelizmente, nem do ponto de vista estatístico
5 estão por vezes disponíveis, nomeadamente ao nível de Concelho e, portanto, têm muita dificuldade
6 às vezes de encontrar dessas informações, mas naturalmente aquelas que for possível, como disse
7 há pouco, tentarão garantir.

8 Relativamente aos concursos anulados fizeram uma reprogramação no que teve a ver com o PEDU
9 no sentido de garantir que as verbas são utilizadas e que os projetos que saem do financiamento
10 tem uma aprovação posterior.

11 Relativamente ao Salão Central a obra está terminada, só não abre porque temos um problema com
12 o PT, a EREDES não garante para quando vai fazer o PT, está com dificuldades de material, estão
13 a aguardar uma informação da EREDES sobre quando é que vão ter o PT, assim que tiverem o PT
14 ligarão logo. Sobre a rede de águas têm, de facto, algumas questões, mas são questões que se
15 resolvem com alguma facilidade.

16
17 **O deputado Francisco Brito** questionou em relação à questão da antiga rodoviária se o programa
18 ainda se mantém, ou seja, se o Município ainda tem o objetivo de construir ou de criar um Centro
19 de Investigação, caso se mantenha gostaria de perguntar qual será sua pertinência tendo em conta
20 que temos uma Universidade e que, aliás, no Plano de Atividades que a seguir será apresentado
21 existe uma parceria, mesmo que não estivesse lá sabem que existe, e é uma Universidade que tem
22 bastantes Centros de Investigação, para além disso crê que o Município não tem propriamente como
23 objetivo a investigação, ou seja a produção de conhecimento científico, em relação ao PDM, que
24 foi aqui muito bem levantado, a questão do PDM e da aplicação da Lei dos Solos é algo que os
25 preocupa e crê que preocupa todos os eleitos que estão aqui presentes, quer da Câmara Municipal
26 quer da Assembleia Municipal, porque a questão da aplicação da Lei dos Solos vem criar-nos ainda
27 mais problemas em relação à questão da habitação porque sabem que têm pouca disponibilidade no
28 mercado em relação à habitação, sabem que há muitas casas identificadas que poderiam ser
29 reabilitadas e entrar no mercado, elas não entram, e por isso temos de construir para conseguir criar
30 um choque no mercado e que, por um lado, o preço imobiliário os valores baixem e que haja
31 possibilidade para as pessoas adquirirem casas, têm como exemplo o caso do Moinho 2, que crê já
32 ter ido a reunião de Câmara, em que estavam previsto quinhentos lotes para construção, já há muitos
33 anos, aliás tem uma OPG prevista, ou seja não se percebe muito bem porque é que não avança, e
34 pode dizer que pessoalmente tem questões em relação ao desenho urbano que este tipo de zonas têm
35 tido no Concelho de Évora, especificamente na Cidade de Évora, acha que poderiam ser muito mais
36 exigentes em termos de desenho urbano para estas zonas mas a verdade é que não é isso que está
37 em causa, neste momento o que está em causa é que facto aquilo não avança e como o caso do
38 Moinho 2 temos outros casos que são sobejamente conhecidos, por isso gostaria de perguntar qual
39 é que é a posição do Município sobre isso, concretamente sobre este caso o que é que está a ser feito
40 ou o que é que vai acontecer, porque o que souberam é que aquela zona vai ser retirada, vai passar
41 a solo rural.

42
43 **O deputado Joaquim Faria** gostaria de saber se a Câmara está disponível para melhorar
44 significativamente o apoio regular à atividade, à Associação Humanitária dos Bombeiros
45 Voluntários de Évora.

46
47 **O Presidente da Câmara** esclareceu que não está previsto nenhum Centro de Investigação para a
48 ex-rodoviária, o que está previsto é o que chamam um Centro de Memória, que é passarem para lá
49 tudo o que forem arquivos municipais e disponibilizar a possibilidade de consulta lá,
50 simultaneamente colocarem lá serviços municipais que vão buscar ao PITÉ, nomeadamente da
51 Divisão de Gestão Urbanística, do Ordenamento do Território, por aí fora, e criar lá, e é isto que

1 está previsto, o centro único de atendimento ao público do Município que, como sabem, está
2 disperso por todo o lado e tem problemas complicados relativamente ao atendimento, portanto, não
3 há alterações ao programa inicial, digamos, ele foi configurado para garantir que podia ser
4 financiado. Sobre a alteração ao PDM, obviamente, a orientação que deram era que só retirarão os
5 solos se forem obrigados a isso, isto que fique claro, ou seja, por sua iniciativa não retiraremos solos
6 nenhuns, tiveram que apresentar uma proposta à CCDR, que está em discussão, a proposta que está
7 na CCDR não é a proposta final, nem que se pareça com isso, querem que seja substancialmente
8 alterada e, portanto, muitas daquelas questões que lá estão indicadas terão de ser ainda alteradas,
9 querem que sejam ainda mais alteradas, até a Associação Nacional de Municípios está também a
10 intervir nesta matéria porque, obviamente não é apenas Évora que tem esse problema, é um
11 problema quase Nacional, alguns não têm tanto esse problema mas uma boa parte tem esse
12 problema. Sobre o Moinho 2 tem a ver com um projeto que havia da cooperativa e outros que
13 projetos que há lá, estamos a acompanhar este assunto uma vez que já havia intenções, queremos é
14 que este terreno se mantenha para que as intenções possam vir a concretizar. Sobre os Bombeiros
15 Voluntários tomaram o compromisso de quando saíssemos do PAEL seria a primeira instituição a
16 apoiar, assim foi, têm estado a dar apoio superior a cem mil euros por ano e querem no próximo
17 ano, aliás como irão verificar, aumentar esse apoio e têm estado a negociar com os Bombeiros,
18 dentro daquilo que são as possibilidades da Câmara, estabilizar a situação económica dos Bombeiros
19 que, obviamente, não pode ser feita só através do Município mas onde o Município pode dar, e tem
20 dado, um contributo importante.

22 2. Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022

23
24 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

25
26 **O Presidente da Câmara** agradeceu e desejou uma boa noite a todos, uma saudação à Mesa, aos
27 membros da Assembleia Municipal, aos funcionários de apoio, ao público presente e iniciou a
28 apresentação da proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022 recordando que os
29 resultados das Eleições Autárquicas determinaram uma dispersão de votos e de mandatos que
30 aponta a vontade popular de garantir o diálogo e o consenso entre as várias forças políticas para
31 responder aos problemas e ao desenvolvimento que sirva a população e o concelho de Évora. Nesse
32 sentido, o

33 Presidente da Câmara Municipal, falando também em nome dos eleitos pela CDU, convidou as
34 forças políticas a apresentarem, se o entendessem, propostas na fase de elaboração da proposta de
35 Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022. As negociações com as diversas forças
36 políticas que apresentaram propostas, permitiram compromissos políticos que são assumidos,
37 integram a proposta de OP/OM/2022.

38 **O Presidente da Câmara** considerou que a proposta agora apresentada de OP/OM/2022 é uma boa
39 solução de consenso que reflete e articula as propostas das várias forças políticas e dá respostas aos
40 principais problemas e aspirações de Évora, atentas as condicionantes e dificuldades conhecidas. **O**
41 **Presidente da Câmara** referiu o tema geral proposto: **Recuperar da Pandemia, Construir um**
42 **Concelho Sustentável**.

43 De seguida, apresentou as principais condicionantes na elaboração das OP/OM/2022: os impactos
44 da pandemia COVID-19 que ainda se fazem e farão sentir; o desconhecimento da proposta de
45 Orçamento de Estado para 2022; a transferência de competências nas áreas da educação e da saúde;
46 a restrição financeira orçamental bem como a necessidade de salvaguardar o equilíbrio económico
47 do Município e limitações que persistem na autonomia do Poder Local. Relevou, com uma séria
48 ameaça, as consequências da guerra na Ucrânia.

49 **O Presidente da Câmara**, abordando a situação económica e social, salientou que 2022 está a ser
50 marcado por fatores de grande instabilidade, com relevo para os impactos imprevisíveis da guerra
51 na Ucrânia mas, também, da crise despoletada pela pandemia COVID-19 e que, já antes da guerra,

1 estava a causar uma pressão inflacionista significativa, com perda de poder de compra da maioria
2 da população, um aumento significativo dos custos da energia e dos combustíveis ou dificuldades
3 acrescidas na obtenção de matérias primas. Salientou que, apesar da evolução positiva da economia
4 no concelho – onde o investimento diversificado continua em alta bem como o aumento da oferta
5 de emprego –, é previsível um agravamento da situação social, em particular das famílias de
6 menores recursos, pela perda de poder de compra já que o aumento do custo de vida, podendo a
7 inflação atingir mais de 4%, não é acompanhada pela subida dos salários, das reformas e das
8 prestações sociais.

9 O **senhor Presidente** abordou, de seguida, de forma muito sintética as principais áreas e propostas
10 das Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2022, referindo que, neste contexto difícil e
11 imprevisível, mais se justifica dar prioridade à área social e à componente “**Évora Solidária**”.
12 Considerou a pobreza como o maior problema estrutural de Évora e de Portugal que, sendo
13 estrutural exige políticas nacionais que atuem, em primeiro lugar, na redistribuição do rendimento
14 e da riqueza, mas, também, em respostas às necessidades básicas de alimentação, saúde, habitação
15 ou educação. Defendeu a necessidade de um Plano de Emergência Social para o Alentejo.
16 O Município, disse, apesar das suas limitadas competências e recursos nesta área, pode e deve
17 reforçar o seu papel para minorar os problemas sociais no concelho. Destacou as principais áreas de
18 atuação do Município:

- 19 • Mais e melhor Habitação: aplicando o Plano Local de Habitação até 2026, quer por
20 investimento municipal quer por apoio a investimento de outras instituições e particulares,
21 reforçando o papel da Habévora, construindo novas habitações, reabilitando habitação
22 degradada, melhorando as condições de habitabilidade, cedendo lotes para auto-construção
23 a baixo custo, atraindo investimento em habitação;
- 24 • Reforçar a Rede Social Concelhia e as respostas sociais;
- 25 • Ampliar o Plano Integrado de Apoio Social, nomeadamente, com o novo Programa
26 “Município Solidário” que alarga os apoios sociais e o reforço destes através do Fundo de
27 Emergência Social.

28 Destacou a aposta numa “**melhor educação pública**”, no que depende do Município, sublinhando
29 o programa de investimentos nas escolas, incluindo a concretização do projeto da ESAG e posterior
30 obra de reabilitação, que não sendo responsabilidade do Município, foi assumida por este para
31 procurar resolver um problema a que o Ministério não tem dado resposta. Também, a continuação
32 do investimento em equipamentos. Lembrou que, a partir de abril, se concretiza a transferência de
33 competências nesta área, que exigirá uma aprendizagem e adaptação ao longo do ano.

34 Na **área da saúde**, disse que está a decorrer o processo de transferência de competências, mas ainda
35 com grandes indefinições. Para além da atividade que o Município já desenvolve nesta área, haverá
36 que concertar com a ARS e no futuro Conselho Municipal de Saúde quais as novas ações a
37 desenvolver e com que recursos. Destacou o acompanhamento e empenhamento da Câmara
38 Municipal na construção do novo Hospital Central do Alentejo, nomeadamente, quanto aos acessos
39 e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento.

40 Abordou, de seguida, a **promoção do desporto e da atividade física**, com destaque para o
41 Programa dirigido às instalações desportivas que permita melhoria significativa daquelas, incluindo
42 o apoio a novas instalações desportivas. Salientou a prossecução de ações asseguradas pelo
43 Município como a Meia Maratona ou os novos Fins de Semana Desportivos.

44 No que concerne à **juventude**, salientou que o desafio é prosseguir a concretização do Plano
45 Municipal da Juventude, elaborado com as associações juvenis, e o funcionamento do Conselho
46 Municipal.

47 O **Presidente da Câmara** prosseguiu referindo-se à aposta em “**afirmar Évora pelo património
48 e pela cultura**”, salientando o desafio Évora 2027, a candidatura a capital europeia de cultura,
49 depois do êxito da passagem à 2ª fase. Nesta 2ª fase, deve dar-se particular atenção à elaboração do
50 2º dossier de candidatura, do envolvimento dos agentes, instituições e população e do
51 aprofundamento do programa a concretizar até 2027 e em 2027.

1 Prosseguirá o Programa de Revalorização do Centro Histórico em várias vertentes: patrimonial, por
 2 exemplo, com o Salão Central e o investimento por via do PEDU; intervenções nas infraestruturas
 3 e no espaço público; ou dinamização de atividades. Será redefinida a programação cultural e os
 4 apoios aos agentes, procurando envolver os intervenientes; prosseguirá a valorização do património
 5 concelhio como o Cromeleque dos Almendres ou os Moinhos do Alto de S. Bento; concluir-se-á o
 6 novo Plano Estratégico para a Cultura.

7 Quanto á **área económica**, pretende-se aprofundar a capacidade de diversificar a economia, atrair
 8 mais investimento e criar mais emprego. Destacou a importância de cooperação entre as várias
 9 entidades para garantir a continuidade da atração de investimento diversificado, de promoção dos
 10 produtos de Évora e de procura de respostas concretas para os principais problemas como habitação
 11 acessível para fixação de trabalhadores ou a falta de mão de obra. Referiu os seguintes programas:

- 12 • Programa de Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento
- 13 Económico;
- 14 • Programa de Promoção da Economia do Concelho; • Programa
- 15 de Apoio ao Desenvolvimento Económico.

16 Abordando a “Évora Sustentável”, o senhor Presidente referiu o **ordenamento do território**,
 17 salientando os processos em curso de revisão do Plano de Urbanização da Cidade e a alteração,
 18 imposta por lei, do PDM para adaptação à Lei dos Solos que coloca preocupações para que não se
 19 trave a necessidade de construção de novas habitações a preços acessíveis. Na **gestão urbanística**
 20 destacou a dinâmica existente e uma reformulação e reforço da Divisão para respostas mais eficazes.
 21 Referiu a **qualificação urbana**, identificou como prioritário um programa de investimentos nas
 22 freguesias, a concretizar com a participação das Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesia.
 23 Quanto às questões ambientais, relevou o POCITYF, grande projeto internacional e inovador em
 24 curso e, ainda, o Laboratório Vivo para Descarbonização, este um projeto-piloto, prosseguindo a
 25 Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Destacou o trabalho em curso de
 26 elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável.

27 Na área do **abastecimento de água e saneamento**, referiu a preocupação com falta de
 28 financiamento para a necessária remodelação das redes em baixa, muitas antigas e em fim de vida;
 29 a preocupação que se mantém relativamente ao sistema multimunicipal, a empresa Águas de Vale
 30 do Tejo, SA, e aos custos acrescidos que persistem. Destacou, ainda, os investimentos previstos nos
 31 Canaviais (obra da responsabilidade da empresa Águas do Vale do Tejo e outras do Município), S.
 32 Manços e outros. Pretende-se, disse, um investimento municipal na rede de água em baixa de € 1
 33 milhão de euros.

34 Referiu o **Programa de Qualificação da Rede Viária** que terá um programa de investimentos para
 35 o mandato que se estima em € 1,5 milhões por ano, incluindo administração direta, aquisição de
 36 serviços e empreitadas. Não será possível responder, a curto prazo, às enormes necessidades
 37 existentes pela falta de recursos financeiros, mas será definido um plano flexível de intervenções
 38 com prioridade para os problemas mais imediatos e mais graves.

39 De seguida, abordou o **Plano de Higiene e Limpeza Pública** que será reformulado, ampliado e com
 40 novas vertentes: reforço do investimento em máquinas e equipamentos diversos, reforço de pessoal,
 41 reorganização de serviços, campanhas de sensibilização, ações de fiscalização dirigidas a pontos
 42 sensíveis já identificados e as parcerias, apelando as populações à participação.

43 Quanto à Proteção Civil e Segurança, salientou o imenso e eficaz trabalho dos serviços municipais
 44 de proteção civil que se pretende reforçar. Salientou o reforço do apoio global aos Bombeiros
 45 Voluntários de Évora.

46 **O Presidente da Câmara** referiu-se, depois, ao novo programa “**Évora Participa**” onde, por
 47 consenso, serão incluídos diversos projetos participativos. Pretende-se, ainda, continuar a
 48 modernização e renovação dos serviços municipais bem como da manutenção de finanças
 49 saudáveis.

50 Destacou o reforço da cooperação e apoio com o movimento associativo sem fins lucrativos,
 51 nomeadamente, com maior apoio financeiro e com o novo Regulamento.

1 Abordou, depois, a proposta de Orçamento Municipal para 2022, salientando que o aumento de €
2 61,8 milhões de euros, para € 64,4 milhões de euros procura assegurar a adaptação do orçamento às
3 propostas atrás referidas, nomeadamente, quanto aos investimentos municipais e aos compromissos
4 que passam de ano. Notou que o Orçamento Municipal já está mais próximo da realidade, mas
5 continua a existir uma componente virtual, por necessidade de incluir todas as despesas
6 cabimentadas e a cabimentar ainda que parte não seja paga em 2022. Destacou que € 4,5 milhões
7 de euros são destinados à dívida e aos juros. Recordou que foi estabelecido um consenso quanto às
8 receitas de impostos e outras que está traduzido no Orçamento.

9 Destacou que, com a recuperação das Contas Municipais, o Município tem agora melhores
10 condições financeiras e económicas para encarar os desafios de 2022, ainda que o aumento da
11 inflação e a escassez de matérias-primas possa obrigar a medidas excecionais de alteração ao longo
12 do ano.

13 **O Presidente da Câmara** considerou que a proposta de Opções do Plano e Orçamento Municipal
14 para 2022 resulta de compromissos políticos em prol de melhores condições e qualidade de vida da
15 população e do desenvolvimento de Évora. “

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e
18 solicitou que informassem quem pretende intervir.

19
20 **O deputado Rodolfo Pereira** procedeu à seguinte intervenção:

21 “O Orçamento de 2022 é o primeiro orçamento de um novo ciclo que agora se inicia, um início de
22 ciclo marcado por uma conjuntura internacional desfavorável e incerta devido à invasão Russa a um
23 país soberano como a Ucrânia.

24 Internamente estamos também com o início de um novo ciclo parlamentar onde o Partido Socialista
25 governará com uma maioria absoluta e com muitos desafios pela frente.

26 A nível local, as transferências de competências nas áreas da Educação e Saúde vão trazer novos
27 desafios e oportunidades, temos de saber aproveitar e capitalizar o Investimento realizado pelo
28 Poder Central no nosso concelho, nomeadamente a construção do Hospital Central do Alentejo, e
29 as obras da ligação ferroviária Sines-Évora-Espanha são já uma realidade, temos também de
30 aproveitar as oportunidades criadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

31 Sendo o primeiro Orçamento de um novo ciclo autárquico gostaríamos que fosse um Orçamento
32 mais ambicioso e com uma maior Visão Estratégica, todos queremos afirmar Évora como o motor
33 de Desenvolvimento do Alentejo, assim como também temos que olhar para as nossas freguesias
34 como vetores fundamentais para essa afirmação.

35 Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram um conjunto de propostas muito objetivas que
36 consideraram fundamentais para um Orçamento Equilibrado e que fosse de encontro às
37 necessidades de Évora e dos Eborenses, e fizemo-lo por consideração e respeito a todos aqueles que
38 votaram no Programa Eleitoral do Partido Socialista, mas também imbuídos por um espírito de
39 cooperação e colaboração. Saudamos o facto de o Executivo Camarário ter acolhido positivamente
40 algumas das propostas apresentadas pelos Vereadores do Partido Socialista.

41 Ao nível das freguesias apresentámos um conjunto de propostas que considerámos fundamentais
42 para fazer face aos inúmeros problemas que as freguesias atualmente enfrentam, é urgente existir
43 um maior investimento nas Freguesias, devidamente enquadrado num Plano de Desenvolvimento
44 Estruturado.

45 Relativamente à situação económica e social, não podemos estar mais de acordo que a nível social
46 a pobreza é um dos grandes problemas do Concelho e com tendência a agravar-se, no entanto, não
47 podemos culpar o Poder Central e nada fazer a nível local, não podemos ter pessoas a viver em
48 carrinhas, em átrios de igrejas, em acampamentos junto de bairros, é urgente uma intervenção para
49 estes e outros casos, há que passar das palavras às ações.

50 Atualmente muitas das Associações do Concelho atravessam uma série de dificuldades, agravadas
51 pela ausência durante muitos anos de apoios financeiros do município, realçamos a Associação

1 Humanitária dos Bombeiros de Évora cujas dificuldades são por demais conhecidas e desempenha
2 um papel ímpar no apoio às populações.

3 Consideramos importante e pertinente a implementação de medidas tais como o Plano de Melhoria
4 das Condições de Habitabilidade e o novo Cartão Social.

5 É necessário e nestas Grandes Opções do Plano estão tipificados mecanismos para aliviar o excesso
6 de burocracia, agilizar processos, diminuir tempos de resposta a investidores e munícipes, ser mais
7 proativos para que não exista o risco de perder investimentos para o Concelho.

8 Opções do Plano para 2022

9 Nas Opções do Plano para 2022 observo que muitas das medidas apresentadas transitam de anos
10 anteriores, quanto ao documento deste ano gostaria de sinalizar estas medidas:

- 11 • A necessidade de uma maior articulação com as Freguesias,
- 12 • A importância da revitalização do Centro Histórico;
- 13 • A implementação do Programa de Apoio às Instalações Desportivas;
- 14 • A proteção do Sítio do Monfurado parte integrante da Rede Natura 2000, e a implementação de
15 um Plano de combate às alterações climáticas; • A promoção das Zonas Industriais existentes
16 nas Freguesias rurais;
- 17 • O necessário investimento na rede viária.

18 A Candidatura de Évora a Capital Europeia da Cultura em 2027 deverá ser um desígnio de todas as
19 forças políticas e onde todos deverão ser envolvidos.

20 4. Orçamento para 2022

21 Quanto ao Orçamento apresentado parece nos desde logo e face a uma inflação galopante devido á
22 Invasão da Ucrânia pela Rússia, que este é um Orçamento cujas dotações iniciais vão ter de ser
23 corrigidas em alta no decorrer do ano, constatamos também que devido a esse facto os valores
24 apresentados nas rubricas de aquisição de bens e serviços poderão revelar-se insuficientes. É
25 também com alguma preocupação que verificamos relativamente ao ano anterior uma diminuição
26 na rubrica Aquisição de Bens de Capital (onde estão incluídos os Investimentos) quer em
27 percentagem do Orçamento Total quer em valor, diminuição essa de cerca de 1.000.000 euros.
28 Quanto às Receitas Correntes registamos o peso das Receitas Fiscais como o mais elevado na
29 estrutura das receitas, com exceção das transferências do Estado, o que significa que os munícipes
30 eborenses estão sobrecarregados de impostos, e que esta carga fiscal elevada tem consequências na
31 qualidade de vida destes e na competitividade das empresas.

32 Aqui nesta casa e já neste mandato aprovámos alterações com vista ao início de um processo do
33 alívio da carga fiscal, com especial enfoque para o IMI, há que continuar com este processo. Quanto
34 às Despesas Capital apraz nos alertar para a subida do valor dos Passivos Financeiros relativamente
35 ao ano anterior, e da sua representatividade no Total das Despesas de Capital.

36 Estando num início de ciclo gostaria de deixar a este Executivo um desafio para o futuro, lançava o
37 desafio para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Médio e Longo Prazo
38 para as freguesias do nosso Concelho, assente em 3 pilares fundamentais como a Habitação, o
39 Desenvolvimento Económico e os Serviços Públicos de Proximidade, focando áreas de intervenção
40 diversas como Turismo, Cultura, Desporto, Ambiente, Serviços de Saúde e Educação e onde
41 estejam definidos claramente os Pontos Fortes, Oportunidades, Pontos Fracos e Ameaças de cada
42 freguesia.

43 É cada vez mais importante dotar as nossas Freguesias de pensamento estratégico e não vivermos
44 de medidas avulsas, que sendo importantes são claramente insuficientes para um Desenvolvimento
45 Sustentável.

46 Para terminar gostaria de referir que a Bancada do Partido Socialista sabe as suas responsabilidades
47 para com os Eborenses e este sem dúvida não é o Orçamento que o Partido Socialista apresentaria
48 se fosse poder, aliás em algumas áreas está muito longe do Orçamento que apresentaríamos aos
49 Eborenses.”

1 Ao longo do ano aqui estaremos para acompanhar a Execução deste Orçamento, de forma
2 construtiva e proactiva, colaborando para um Concelho mais Moderno, mais Solidário e mais
3 Desenvolvido.

4 Évora e os Eborenses assim o exigem e merecem o esforço de cada um de nós em prol desse
5 desígnio.”

6
7 **O deputado José Santos** em relação às Grandes Opções do Plano sintetizou em grandes notas do
8 que lhes parece ser essa proposta: há muita pandemia e pouca economia, há um excessivo foco na
9 palavra pobreza e há poucas ações e medidas para criar riqueza, há muita reivindicação junto do
10 Poder Central mas pouca definição estratégica e operacional do que se pode fazer ao nível local.
11 Perece-lhes também que o Orçamento é um Orçamento rígido e limitativo, os Orçamentos são o que
12 são, é um Orçamento muito marcado pela dívida do passado, mas o que os preocupa mais é uma
13 falta de mobilização ou de capacidade de mobilização de fontes de financiamento externas, aliás,
14 pensam que a questão da mobilização de financiamentos é absolutamente crítica e, na sua opinião,
15 teriam talvez começado o enquadramento do Plano em vez de falar tanto em pandemia ou em vez
16 de falar em pobreza, apresentar aquilo que é a estratégia da Câmara Municipal para aproveitar as
17 verbas do Plano de Recuperação e Resiliência e do Portugal 2030. Crê de facto que a Câmara
18 Municipal para poder ter uma Execução Orçamental adequada e poder ter algumas concretizações
19 de investimentos no ano tem de trabalhar de uma forma muito célere, muito qualificada, na
20 mobilização de financiamentos externos. Já foi aqui referido que de facto trinta por cento do
21 Orçamento é dedicado a investimentos de capital, é manifestamente pouco, a despesa é rija, sabem,
22 a despesa de pessoal ultrapassa trinta por cento da despesa corrente, o valor das aquisições de bens
23 e serviços terão tendência para subir, as pressões inflacionistas já existiam antes da guerra, não são
24 exclusivas da guerra é bom que se tenha isso em conta, mas claro que a guerra veio agravar essa
25 situação, e isso implicará também um controle rigoroso, na sua opinião, da Execução Orçamental
26 ao nível da própria despesa corrente. A Câmara Municipal deverá concentrar-se em cinco, seis áreas
27 fundamentais de Execução neste ano, através dos seus Vereadores houve uma preocupação junto
28 do Executivo da CDU, e correspondendo também ao repto feito e referido pelo Senhor Presidente,
29 de procurar a integração de um conjunto de iniciativas, nomeadamente na área económica e na área
30 social, e referiria a criação do Évora Invest, uma estrutura informal que coordene e promova a
31 atração e captação do investimento, a criação do Gestor do Processo de investimento, a criação do
32 Gabinete de Gestão do Parque Industrial e das zonas industriais, a ampliação da marca Évora no
33 contexto nacional e mesmo internacional, o reforço da cooperação com o cluster Aeronáutica
34 avaliando o desempenho ou a possibilidade da realização do Air Show 2023, a definição de
35 prioridades de intervenção na regularização de loteamentos em situação irregular ou a concretização
36 da zona socialmente da Senhora de Machede, para não referir todas as intervenções. Foi um
37 contributo que se estendeu à questão do Desporto, com o estudo de viabilidade do Centro de Alto
38 Rendimento Desportivo, a avaliação da possibilidade de instalação e construção de um Centro
39 Multiusos, o desenvolvimento do Programa da fase 2 do Complexo Desportivo de Évora, o apoio
40 ao programa de requalificação das infraestruturas desportivas e bem como o novo Estádio Municipal
41 já anteriormente aprovado. Também na área social ouve uma proposta para o desenvolvimento do
42 Programa Nascer em Évora, um conjunto de medidas de apoio para as jovens famílias com
43 comprovada carência económica através do suporte de custos com bens básicos indispensáveis nos
44 primeiros doze meses de vida da criança. Outras propostas que não foram aceites, mas no essencial
45 consideram que o balanço das propostas que foram endereçadas à gestão da CDU foram alcançadas,
46 obviamente que estas Grandes Opções do Plano e este Orçamento são da CDU, não são do PSD
47 nem são da Coligação “Mudar Com Confiança” o que é perfeitamente normal nem outra coisa seria
48 de esperar, a posição que foi prosseguida pela nossa parte tem a ver essencialmente com a situação
49 excecional que atravessamos, quer por fatores de origem externa, que tem a ver com a situação de
50 instabilidade económica e social em parte motivada pela guerra, a própria recuperação da pandemia,
51 acham, aliás, que a imagem ou de certa forma a ideia força que as Grandes Opções do Plano trazem

1 de recuperar a pandemia e levar o Concelho num rumo sustentável, parece-lhes uma ideia
2 interessante mas depois falta alguma concretização prática em todo o plano de atividades para se
3 perceber em que medida é que há ações e projetos que podem consubstanciar essa visão. Há aqui
4 uma preocupação de estabilidade, já há instabilidade que baste, a estabilidade orçamental, a
5 estabilidade institucional, a estabilidade organizacional, não será por falta dessa estabilidade que o
6 Executivo da CDU não terá condições para poder nos oito meses que sobram até final do ano,
7 executar aquilo que for possível de um Plano de Atividades e de um Orçamento que nascem já com
8 esta limitação quem é de facto começar-se a executar um Plano de Atividades e Orçamento no mês
9 de maio. Dirá, para concluir, que se as suas sugestões forem aceites, o que lhes parece para que o
10 ano seja aproveitado de uma forma efetiva em prol dos interesses e da melhoria da qualidade de
11 vida dos Eborenses, que a Câmara se deveria focar em cinco ou seis áreas fundamentais, como se
12 referiu há pouco, a primeira, para eles muito importante, a questão da implementação do programa
13 de recuperação das Escolas, é na sua opinião uma situação complicada e portanto esperam também
14 que, do que percebeu pela leitura das Grandes Opções do Plano parece que os famosos dados do
15 Ministério da Educação ainda não chegaram para que a Câmara possa elaborar o projeto de execução
16 da requalificação da Escola André de Gouveia, se não for assim pede ao Senhor Presidente que o
17 corrija, a questão das candidaturas ao PRR no domínio da habitação, que têm de ser agora feitas as
18 candidaturas, o Plano Local da Habitação está aprovado, isso é muito bom, mas agora se não se
19 fizerem as candidaturas depressa e bem não se conseguirá o dinheiro, não se conseguirá implementar
20 os projetos, as questões da habitação é importante acelerar e tanto quanto possível aprovar os
21 loteamentos e as licenças de construção, isso tem uma vantagem de a Câmara arrecadar receita e é
22 preciso receita corrente para poder gerar contrapartidas nacionais para os projetos e também, mete
23 mais casas no mercado e faz baixar os custos da habitação, daí também a proposta que os seus
24 vereadores fizeram relativamente à questão do Gestor precisamente, para eles é bastante relevante.
25 A questão das acessibilidades ao Hospital, enfim, quando foi ler o Orçamento de Estado foi logo à
26 página catorze há uma referência específica, para além do que está obviamente nos mapas, ficaram
27 satisfeitos por o Governo manter a prioridade relativamente à construção do Hospital Central do
28 Alentejo, têm que se aproveitar, vai-se fazendo devagarinho mas, pronto, a obra é complexa e
29 também há outros problemas inerentes, e portanto a Câmara tem de responder aqui e a
30 Administração Central às verbas que faltam para pagar os acessos e as expropriações mas entendem
31 que a Câmara deve abraçar esta questão do Hospital independentemente da responsabilidade da
32 Administração Central que também tem de agir com prioridade nesta situação. Pensa que está mais
33 difícil a questão do terminal ferroviário, da criação do cais de cargas e descargas, até porque está a
34 avançar, e por um lado ainda bem, na zona dos mármore, aparentemente essa questão, mas acha
35 que a Câmara não deve desistir disso, pode aproveitar a criação do Conselho Empresarial, que o
36 PSD propôs, para procurar ainda com as Associações Empresariais junto das Infraestruturas de
37 Portugal no sentido de avaliar se ainda é possível a criação desse terminal ferroviário, podia de facto
38 criar aqui uma localização preferencial de novos investimentos na Cidade e de se constituir como
39 um fator de atividade importante de investimento, acha que não se devia desistir disso. A questão
40 da segunda parte do dossier do Bid Book, como o Senhor Presidente referiu agora é só até 21 de
41 outubro, tiveram um ligeiro percalço e acha que esta ideia de Capital da cultura, na sua opinião,
42 devia estar mais vincada e devia ser mais transversal às Grandes Opções do Plano, pensam que não
43 devia estar acantonada numa parte do documento, devia ser mais visível o seu impacto em outros
44 domínios da vida e da visão da Cidade e portanto esta é uma questão central, Évora tem aqui uma
45 grande oportunidade de se modernizar e dar aqui um pulo, um salto qualitativo que pode trazer
46 benefícios para a próxima década, vale a pena um grande investimento e uma grande prioridade da
47 Câmara nesta questão do Bid Book e da candidatura a Capital Europeia da Cultura e, finalmente, a
48 questão também que acham fundamental e que lhes parece que isto será sempre mais uma
49 responsabilidade da Administração Central, que é a questão dos apoios sociais ainda que entendem
50 que esta é uma questão que tem mais a ver com políticas fiscais nacionais, independentemente de
51 poder haver aqui instrumentos locais que possam ajudar e contribuir para essa situação. Também só

1 referir a questão da Transferência de Competências que percebem ser um processo pesado para a
2 Câmara Municipal e daí também ser relevante esta estabilidade orçamental e organizacional para
3 que a Câmara possa da melhor forma integrar no seu dispositivo organizacional recursos humanos
4 para a execução das novas Competências, há uma frase intrigante nas Grandes Opções do Plano que
5 diz que a Câmara não vai desviar recursos de outras áreas para estas áreas, percebe a ideia mas a
6 partir do momento que as Competências são da Câmara, a Câmara não pode ter Competências que
7 são filhas e Competências que são enteadas, são todas Competências filhas, portanto tem de fazer
8 uma adequada gestão dessas Competências. Para concluir, o PSD e a Coligação “Mudar Com
9 Confiança”, tal como sucedeu no âmbito da votação na Câmara Municipal, vai abster-se nesta
10 Proposta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, fazem-no com sentido de responsabilidade
11 e também estarão cá para obviamente avaliar e escrutinar a execução do Orçamento.
12

13 **O deputado Francisco Brito** especificamente em relação ao Programa de Revitalização do Centro
14 Histórico questionou: em relação ao Programa de Apoio à Reabilitação de Imóveis para comércio e
15 serviços, qual é o enquadramento desse Programa; quanto ao Programa de Apoio a Proprietários
16 para Recuperação de Imóveis, se estão só a falar do Plano Local de Habitação ou se existe mais
17 algum enquadramento; em relação à Reabilitação da Escola de S. Mamede, se estão a falar da obra
18 que está em curso, porque crê que o correto seria falar em ampliação porque a Escola não está a ser
19 reabilitada, precisa muito a crê que a Câmara Municipal tem consciência disso, e era de facto
20 importante que estivesse incluído Opções do Plano e no Orçamento uma reabilitação integral da
21 Escola de S. Mamede; quanto à Central Comunitária de Energia, que é referida como uma resposta
22 às dificuldades de acesso ao mercado de produção de energia para autoconsumo pelos moradores
23 do Centro Histórico, e crê que se refere a uma alteração que entrou em vigor na Lei em 1 de julho
24 de 2021 que tem a ver com a construção e a reabilitação de imóveis em relação à eficiência
25 energética e que obriga a que cinquenta por cento seja auto produção, e no Centro Histórico de facto
26 têm um grande problema neste aspeto porque não conseguem dar cumprimento a esta Lei, e onde
27 será esta Central; em relação ao Plano de Higiene e Limpeza Pública, se será possível facultarem
28 esse Plano à União das Freguesias de Évora, porque não o encontrou no sítio da Câmara e que era
29 importante para poderem ter uma postura mais participativa e também propor alguma alteração que
30 seja necessária nesse sentido; em relação ao Plano de Atividades, gostaria de saber se no Projeto de
31 Suplementos Alimentares, está a falar do apoio a alunos e às suas famílias, se está verba inscrita
32 nesta rubrica ou não, porque neste momento são as Juntas de Freguesia que estão a pagar este
33 Programa Municipal, isto já foi comunicado à Câmara Municipal, neste momento as Juntas de
34 Freguesia têm prejuízo com as Cantinas, as que não tinham, já neste momento têm, face ao aumento
35 brutal dos bens alimentares, portanto é impossível estar a pagar um Programa Municipal de Apoio
36 Social porque de facto não conseguimos ter verba, quer dizer nem faz muito sentido uma Junta de
37 Freguesia pagar um Programa Municipal; em relação à Conservação do Edificado, onde é referida
38 a recuperação da iluminação da Praça do Giraldo e das Arcadas as datas que estão previstas no Plano
39 de Atividades são de janeiro de 2018 a dezembro de 2021, crê que é necessário corrigir esta situação
40 e também gostaria de perceber qual é que é a previsão para que este assunto esteja solucionado; em
41 relação à Descentralização para as Juntas de Freguesia, ou seja a negociação de novas
42 Competências, saudou o Município por ter demonstrado esta abertura ao diálogo, de facto a
43 Descentralização neste aspeto é muito importante e manifesta-se como um acréscimo na qualidade
44 de serviço às populações; para terminar, em relação aos Planos de Emergência, é referida a
45 elaboração do Plano Especial de Emergência do Centro Histórico de Évora como estando em
46 conclusão e lembrar que o atual Executivo da União das Freguesias de Évora nunca foi consultado
47 para este Programa nem sequer em termos de informação porque acredita que se está em conclusão
48 pode haver questões de facto que já não sejam propriamente discutíveis mas pelo menos gostariam
49 de ser informados do conteúdo.
50

1 **O deputado José Figueira** referiu que não tiveram ocasião, nem pública nem politicamente, de
2 manifestar a opinião após a aprovação dos instrumentos provisionais na reunião de Câmara
3 Municipal do passado dia 30 de março, valorizam o empenhamento do Executivo Municipal no
4 prosseguimento do longo caminho do diálogo com as restantes forças políticas representadas na
5 Câmara Municipal e na Assembleia Municipal tendo em vista assegurar que o Município tivesse os
6 seus instrumentos de gestão aprovados para o ano de 2022. Consideram que com esta aprovação
7 estão asseguradas as condições efetivas para se dar respostas às necessidades das populações, do
8 associativismo social, cultural e desportivo, aos agentes económicos, num quadro, que já foi aqui
9 hoje referido por várias vezes, condicionado quer social quer economicamente pelos impactos da
10 doença da Covid19, da guerra na Ucrânia, dos atrasos da entrada em vigor dos Fundos Comunitários
11 para o período 2021-2027, do desajustamento regional do PRR e dos atrasos da entrada em vigor
12 do Orçamento de Estado para 2022. A CDU valoriza as grandes linhas de atuação do Orçamento de
13 mais de 66,4 milhões de euros, mais 3 milhões do que o ano anterior, tendo como grandes
14 prioridades a intervenção na área social e na habitação, em particular no apoio às famílias mais
15 carenciadas, no reforço dos apoios ao Associativismo e às Freguesias, na atração de novos
16 investimentos e novas empresas, na reabilitação de edifícios escolares e aquisição de equipamentos,
17 na reabilitação de edifícios municipais, no aumento das remunerações e na contratação de novos
18 trabalhadores. Reconhecendo que o quadro atual a partir do conjunto de condicionamentos que estão
19 identificados no documento colocam alguma pressão no Orçamento que se propõe ser aprovado por
20 esta Assembleia, é referido que tal facto poderá merecer medidas adicionais com reflexos nos
21 instrumentos previsionais. E a primeira questão que colocam é saber, na opinião do Executivo, que
22 medidas adicionais poderão ser necessárias serem feitas, porque o Senhor Presidente da Câmara
23 Municipal já na sua apresentação das Opções do Plano e também do Orçamento já referiu algumas
24 das questões que gostariam de aqui colocar, nomeadamente a preocupação em termos das
25 Transferências de Competências e de todo o processo que está subjacente às mesmas, tendo em
26 consideração que nestes últimos tempos tem havido a nível nacional um conjunto de preocupação
27 de Autarcas sobre este processo e que tem merecido alguma questiúncula entre algumas Autarquias
28 do País com a Associação Nacional dos Municípios. Também já foi referido que no âmbito da
29 Educação foram integrados 297 trabalhadores, gostariam de saber se nesta fase de integração o
30 Executivo Municipal teve reunião com estes trabalhadores no sentido de fazer uma receção para
31 esta casa, tendo em conta que a situação de funcionamento do Município é totalmente diferente da
32 situação de funcionamento das Escolas e como tal poder-se-á colocar algumas preocupações por
33 parte dos trabalhadores que são agora transferidos para o Município. Em relação à Habitação, o
34 Senhor Presidente já aqui colocou que já estão a ser feitas Candidaturas ao PRM, umas da
35 responsabilidade da Habévora e outras da responsabilidade de outra instituição, gostariam de saber
36 qual é o volume de investimento previsível nessas Candidaturas e se é possível saber o número de
37 habitações que possam ser construídas, se for caso de construção nova, ou de intervenção em termos
38 de requalificação. Outra questão que o Senhor Presidente já aqui colocou foi a questão da
39 requalificação do Parque Escolar do Município, no documento que foi apresentado surge a
40 identificação das Escola que são pertença do Ministério da Educação, André de Gouveia e Santa
41 Clara, e é referido que se estima um investimento na ordem dos 10 milhões de euros. O Senhor
42 Presidente já deu conta também de que segundo a CCDR há dinheiro para estes investimentos,
43 gostariam de saber, tendo em consideração de acordo com a informação que há pouco se deu num
44 ponto precedente de que em relação ao Hospital não está garantido financiamento até ao momento,
45 se em relação a estes investimentos há garantia efetivamente de financiamento. Depois é referido
46 ainda, e já no Parque Escolar, diretamente do Município, que a Escola Básica da Horta das Figueiras
47 tem um investimento previsível de 300 mil euros e a pergunta é, em relação aos outros
48 estabelecimentos que são da responsabilidade do Município qual é que é a previsibilidade de
49 investimento nessas Escolas. Por último, antes de entrar nas questões do Orçamento, que também
50 são muito sintéticas, gostavam de pedir alguns esclarecimentos adicionais ao que consta no Plano,
51 em particular, como se pensa avançar com a Comissão Municipal do Desporto, por outro como é

1 que irá funcionar o cluster do sector Aeronáutico, até porque esta semana, pensa que no início da
2 semana, verificou que tinha havido uma reunião no Palácio D. Manuel com os agentes económicos
3 desta área para tratar desta questão e de outras relacionadas com o sector da Aeronáutica. Outra
4 questão que também está no documento Opções do Plano tem a ver com aquilo que é denominado
5 de Estrutura Informal de Gestão do Parque Industrial e Tecnológico de Évora, Câmara Municipal e
6 NERE, gostavam de saber o que é que está subjacente a esta Estrutura Informal e o que se pensa
7 desenvolver em termos de futuro, e por último é referido que a Câmara pretende fazer uma
8 reestruturação da Comissão Municipal de Economia e Turismo, gostavam de saber que
9 reestruturação é essa. No que diz respeito ao Orçamento, vai só debruçar-se sobre o Mapa resumo
10 das Receitas e das Despesas e aquilo que se encontra descrito na Proposta de Orçamento de Estado
11 e pedem este esclarecimento. Na parte das Receitas o Orçamento de Estado prevê nas Transferências
12 Correntes, chamado FF Correntes, um valor de pouco mais de 7 milhões de euros para o Município
13 de Évora, mas no Orçamento do Município a rubrica tem inscritos 17,8 milhões de euros, perguntou
14 a que se deve. Ainda também nas Receitas, no que diz respeito ao FF de Capital, o Orçamento de
15 Estado prevê uma transferência de FF de Capital de 1,2 milhões de euros, mas nas Transferências
16 de Capital têm 11,8 milhões de euros, e esta diferença de mais de 10 milhões de euros pergunta se
17 são Fundos Comunitários referentes a Candidaturas passadas ou de Candidaturas que se estão a
18 elaborar para o futuro. Na parte das Despesas há uma rubrica Transferências de Capital de 1,9
19 milhões de euros e daquilo que foi possível detetar identificamos que este valor inclui os 660 mil
20 euros para as Freguesias, mais 500 mil euros para o Programa de Melhoria de Infraestruturas
21 Desportivas das Coletividades e o que resta são 700 mil euros, gostariam de saber onde é que é que
22 estes 700 mil euros de Transferências de Capital vão ser feitas. Por fim e porque vão ter esse Ponto,
23 mas não sabe se está no Orçamento, a questão é saber se no Orçamento já estão inscritos os valores
24 da transferência dos 297 trabalhadores que vieram das Escolas para o Município. A CDU manifesta
25 o seu empenhamento e em diálogo com as restantes forças políticas, as Freguesias, os trabalhadores
26 do Município, as populações, os agentes económicos e sociais, na concretização dos instrumentos
27 previsionais do Município de Évora para 2022, pelo que a bancada da CDU irá votar favoravelmente
28 os documentos das Opções do Plano e do Orçamento para este ano, que já faltam 8 meses, mas
29 obviamente têm estado a trabalhar com duodécimos e terão de ser feitos os ajustamentos
30 necessários.

31
32 **O deputado Bruno Martins** informou que são 3 questões rápidas, já foi falado aqui a Rede de
33 Teatros e Cineteatros Portugueses, foi de facto um importante passo dado na última Legislatura e
34 que permitiu a que várias estruturas nacionais integrassem esta Rede, felizmente temos no nosso
35 Concelho 2 equipamentos nesta Rede Teatros e Cineteatros, o Armazém 8 e o Teatro Municipal
36 Garcia de Resende, como o Senhor Presidente referiu à pouco, saiu a lista provisória de apoios,
37 neste caso apenas no nosso Concelho foi o Teatro Municipal Garcia de Resende que apresentou
38 Candidatura e viu a sua Candidatura aprovada e isso é de louvar, serão 800 mil euros de apoio para
39 os próximos 4 anos, gostaria de saber se no Orçamento já está refletido este valor, tanto na área das
40 Receitas, portanto aquilo que vai entrar por parte do apoio Central, e se também está contemplado
41 na área da Despesa aquilo que é a comparticipação dos restantes 50% por parte do Município. A
42 segunda questão, gostaria de saber como está o processo da automatização da tarifa social da água,
43 se já têm acesso aos dados fornecidos, nas Grandes Opções do Plano não encontrou nenhuma
44 menção a este importante instrumento, automatização da tarifa social da água. E por fim, está
45 referido de facto a questão do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, espera que seja
46 em breve para que possam ter novidades sobre isso, gostaria de saber, porque também não encontrou
47 menção, sobre a questão das Normas de Utilização do Salão Central Eborense se teremos novidades
48 em breve sobre estas Normas de Utilização.

49
50 **O deputado Joaquim Faria** referiu que, embora este Orçamento seja um Orçamento contrário às
51 nossas pretensões e àquilo que aspiramos, grande parte das nossas propostas acomodadas neste

1 Orçamento e nestas Grandes Opções do Plano. Estas propostas foram apresentadas pelo Movimento
 2 Cuidar de Évora no passado mês de dezembro hoje estamos em abril. Em bom rigor este Orçamento
 3 de dezembro para hoje, teve uma pequena alteração na ordem dos 300 mil euros, situação que até
 4 concordam visto que passou das despesas correntes para investimento. Algumas das nossas
 5 propostas passaram pelo Programa de Manutenção e Conservação do Espaço Público e
 6 Equipamento Urbano do Centro Histórico, retirar os Serviços de Higiene e Limpeza da Avenida São
 7 João de Deus, como exemplo, devolvendo a Muralha aos Cidadãos e ainda assegurar o
 8 estacionamento no Centro Histórico e o Projeto de Reabilitação das Escolas, entre outros que
 9 também já foram aqui referidos. Lembrando que o nosso poder de endividamento não pode ir além
 10 dos 4 milhões de euros e a ser requerido algum empréstimo não pode ultrapassar o curto prazo de
 11 12 meses, logo qualquer investimento megalómano estará fora de questão a não ser através de
 12 Fundos Comunitários. Não esquecendo que algumas das prioridades deste Orçamento e Grandes
 13 Opções do Plano são áreas do interesse do Movimento Cuidar de Évora, como o Urbanismo,
 14 concentrados no Plano Diretor Municipal e no Plano de Urbanismo assim como no Plano de
 15 Salvaguarda do Centro Histórico, para além de não se esquecerem da água, como já foi aqui referido
 16 o caso de S. Manços e o caso de Canaviais, vão estar vigilantes e atentos à boa concretização deste
 17 Orçamento e Plano de Atividades. Para terminar querem aproveitar para frisarem que veriam com
 18 bons olhos a discriminação pormenorizada de rubricas como outros e diversos, amplamente
 19 utilizados nos Orçamento e Planos, para melhor entendimento e transparência que tanto têm
 20 apregoado. O grupo do Movimento Cuidar de Évora, aqui os deputados, irá votar favoravelmente
 21 este Orçamento porque é o Orçamento possível.

22
 23 **O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara.**

24
 25 **O Presidente da Câmara** referiu que vai tentar abordar o que lhe parece mais relevante, não
 26 apenas para este ano, mas eventualmente também importante para o futuro.
 27 Uma primeira nota relativamente às questões de ordem social, essa é uma prioridade, têm de reforçar
 28 essa situação, temos situações muito diversificadas na área social, alguém já falou por exemplo na
 29 questão dos sem abrigo que é uma questão que têm acompanhado e gostava de dizer aqui que para
 30 resolver o problema dos sem abrigo não basta haver a vontade da Câmara é preciso que haja também
 31 a vontade dos próprios, nalguns casos não há vontade dos próprios para fazer isso, é uma situação
 32 complicada, complexa, difícil, como compreenderão que nós gostaríamos de resolver mas não
 33 podemos impor às pessoas uma situação, e portanto têm de continuar a fazer o acompanhamento
 34 social que estão a fazer e procurar minorar os problemas, que aliás todos conhecemos, desde a
 35 carrinha, desde a Rua Mendo Estevães lá em baixo, um conjunto de questões que conhecemos, os
 36 acampamentos ocasionais em vários locais, e que exigem não apenas medidas administrativas mas
 37 medidas de acompanhamento social e de muita paciência e complexidade porque não se resolvem
 38 de uma outra maneira.

39
 40 Um segundo aspeto que gostaria de salientar tem a ver com a questão da carga fiscal, porque no seu
 41 entender tem de ser olhada não no seu todo mas nas suas componentes variáveis, como aliás alguém
 42 já aqui propôs, e há opções diversas que se podem fazer, vai dar um exemplo de uma divergência
 43 que temos e que assumimos e chegámos a um consenso com algumas forças políticas, foi-lhes
 44 proposto na reunião em que se discutiu a taxa do IRS, a redução da taxa do IRS, e essa redução da
 45 taxa do IRS foi aprovada e acompanharam essa redução, mas preferiam que essa taxa não fosse
 46 reduzida e que esse valor do IRS fosse um valor que fosse redistribuído para as famílias mais
 47 carenciadas, reforçando assim a componente social. São duas formas diferentes de ver a questão,
 48 fique claro que são aceitáveis as duas mas há maneiras diferentes de ver a situação, portanto têm de
 49 ter esta capacidade de dialogar uns com os outros para procurar chegar a consensos, e chegaram a
 50 um consenso relativamente ao IRS porque chegaram a um consenso global relativamente às receitas
 51 dos impostos. Julga que é isto que têm de ter em linha de conta, ter em linha de conta que obviamente

1 precisam de ter contas do Município saudáveis, porque se não tiverem as contas saudáveis a
2 penalização é não apenas para o Município, mas para a atividade do próprio Município e do
3 Concelho, como aliás já ficou demonstrado.

4
5 Relativamente à subida dos passivos financeiros, o **Presidente da Câmara** chamou a atenção para
6 uma questão que se vai refletir na Prestação de Contas de 2021, porque o novo Sistema de Contas
7 Públicas para a Administração Pública alterou os critérios das amortizações, o que significa que
8 aumentou substancialmente as amortizações, ou seja, tinham amortizações na ordem dos 6 milhões
9 de euros e passaram quase para 9 milhões de euros, o que significa sensivelmente 3 milhões de
10 aumento de custos, por alteração de um critério chamemos-lhe administrativo, que obviamente se
11 vai refletir nas contas e nos passivos, e portanto têm de ter em atenção porque, por exemplo, não é
12 possível comparar os resultados operacionais e os resultados líquidos entre o SNC-AP, o novo
13 sistema de contabilidade pública e o POCAL anterior.

14
15 Quanto ao PRR aquilo que sabem é que para os Municípios, tirando as questões da habitação, não
16 há muitas outras verbas onde possam candidatar-se neste momento, o desafio fundamentalmente
17 para apresentar candidaturas é o PRR. O PT2030 estão ainda pior, não se sabe, diz-se que, mas não
18 se sabe e, portanto, têm uma ideia pelas afirmações que foram feitas, mas apenas quando tiverem o
19 documento final é que saberão quais são as prioridades. Já agora afirmar que a acompanhar o Dia
20 da Europa virá uma delegação da DG Régio, da União Europeia, para discutir exatamente o
21 Alentejo2030 com a C CDR, aqui nos dias 10 e dia 12, vão naturalmente aqui recebe-los e procurar
22 até ter um diálogo com esses responsáveis.

23
24 Sobre o terminal ferroviário, o **Presidente da Câmara** referiu que têm um acordo que está escrito,
25 está assinado com a IP para se estudar a viabilidade do terminal ferroviário, está perfeitamente
26 convencido que ele é perfeitamente viável tendo em conta as empresas que aqui temos. Deve dizer
27 que as empresas, nomeadamente as grandes empresas, já deram um contributo nesse sentido, e,
28 portanto, espera que haja uma decisão positiva em relação a essa matéria.

29
30 Acerca das Transferências de Competências, o **Presidente da Câmara** disse que são todas
31 Competências, mas o que é verdade é que neste Orçamento ainda não estão acomodadas as
32 Transferência de Competências, os valores, aproveita para responder já ao Deputado José Figueira
33 dizendo ainda cá não estão cá os valores, querem apresentar depois uma Revisão Orçamental que
34 permita também, de alguma maneira, evidenciar o que é que são as Transferência de Competências
35 também ao nível dos valores, até porque vai ser necessário discutir depois com a Comissão de
36 Acompanhamento, que esperam que venha a ser formada, está prevista na Lei mas nunca funcionou,
37 para que possam a vir a ser feitos acertos nestas matérias.

38
39 Relativamente ao Programa de Comércio e Serviços que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia
40 colocou, tem a ver fundamentalmente com o IFRU, não é um apoio a fundo perdido, é um apoio por
41 empréstimo, ainda que em condições muito favoráveis, têm estado a dar apoio a quem se lhes dirige
42 para poder aceder ao IFRU, estão a falar quer do Comércio e Serviços quer de proprietários de
43 habitações, por exemplo, ou de outros edifícios no Centro Histórico.

44
45 Sobre a Escola de S. Mamede, disse que têm estado a fazer intervenções, como se sabe, por fases,
46 não conseguem fazer em simultâneo intervenções estruturais em muitas Escolas, estão a fazer na
47 Manuel Ferreira Patrício, querem avançar também para a André de Gouveia, na Escola de S.
48 Mamede pelas características que tem vão ter que fazer por fases, portanto vão terminar agora esta
49 fase e estão à espera que a Universidade também intervenha para resolver um problema que é da
50 responsabilidade da Universidade e depois vão definir as outras fases, terão todo o gosto de discutir
51 com a Junta de Freguesia esta questão.

1
2 **O Presidente da Câmara** informou que a Central Comunitária de Energia é no âmbito do
3 POCITYF, ou seja é exatamente o POCITYF que propôs e têm estado a trabalhar nesse sentido
4 constatando exatamente isso, ou seja o morador do Centro Histórico não pode, não tem condições
5 para, então como é que o podem compensar, e é este estudo que têm estado afazer no sentido de ser
6 criada uma Central fora do Centro Histórico que possa compensar os custos de energia no Centro
7 Histórico, isto é dito de uma forma muito simplista, naturalmente terão oportunidade depois de
8 esclarecer melhor.

9 Relativamente à questão das Cantinas, o que sempre defendeu é que o Poder Central deve suportar
10 integralmente os custos das Transferência de Competências que o faz, não faria sentido delegarem
11 Competências nas Juntas de Freguesia e dizerem agora vocês suportam os défices que há, não,
12 suportaram os custos inerentes a esta situação, é o compromisso que fica aqui, porque sabem que
13 esses custos estão a aumentar, e nalguns casos até com algum significado.

14
15 Quanto à Praça do Giraldo e Arcadas, informou que o projeto está feito e já foi submetido à Direção
16 Regional de Cultura do Alentejo, em princípio parece estar em condições, estamos com dificuldades
17 em relação a empreiteiros, vão ver como é que a coisa funciona, mas darão depois informação
18 relativamente a esta matéria.

19
20 Em relação ao Plano de Emergência do Centro Histórico, esclareceu que o mesmo esteve parado
21 durante o período da pandemia, porque o Serviço de Proteção Civil esteve direcionado para as
22 questões essenciais. Estão agora a retomar e provavelmente vão ter que rever até o trabalho que já
23 tinha sido feito anteriormente e será colocado.

24
25 Sobre as medidas adicionais que poderão vir a ser necessárias ao nível do Orçamento, o **Presidente**
26 **da Câmara** esclareceu que, obviamente, se tiverem um aumento significativo dos custos vão ter
27 que reduzir nalgum sítio ou transferir de algum sítio, é isto que vamos ver, mas estamos à espera
28 também de perceber que outras medidas do ponto de vista até Nacional poderão ou não aplicar-se,
29 fala-se por exemplo que o IVA, que é uma velha reivindicação das Autarquias, o IVA da eletricidade
30 vai ser reduzido finalmente para as Autarquias, se houver essa redução isso significa uma importante
31 medida de apoio e que ajudará a minimizar este problema.

32
33 Foram realizadas reuniões de integração com os Agrupamentos de Escola, com a DGESTE e
34 obviamente com os trabalhadores das Escolas no sentido de explicar a alteração que existiu e dar-
35 lhes algum conforto nesta nova situação em que lhes foi imposta a transferência, diz isto porque
36 houve várias, como a área da Saúde e a área Social onde os trabalhadores podiam escolher se vinham
37 para a Câmara ou não e neste caso não houve opção de escolha os trabalhadores tiveram que vir
38 para a Câmara.

39
40 Relativamente aos Investimentos, estão descritos o que está previsto, se poderem ir mais longe
41 naturalmente irão mais longe, foi lhes garantido que há verbas para investir nas Escolas no PT2030,
42 mas ainda não temos o PT2030, portanto vão acreditar que há verbas, mas só depois de ver o
43 documento é que poderão confirmar isso.

44
45 Em relação às Candidaturas, os valores que estão são para as Candidaturas já efetuadas e para as
46 Candidaturas a efetuar. Como sabem, apesar de discordar desta situação, somos obrigados a
47 demonstrar que nas Opções do Plano e do Orçamento, as Candidaturas já estão previstas. Defende
48 de devia ser feito de outra maneira, ou seja, devia-se poder candidatar e depois se ela fosse aprovada
49 ser feita uma revisão, o que a seu ver seria mais realista, mas são as normas que existem neste
50 momento, é isso que faremos.

51

1 Sobre as Comissões Municipais, está prevista a possibilidade de criação de várias, como por
2 exemplo o Desporto, a Saúde, entre outras, porque entendem que as Comissões Municipais são úteis
3 quando dão um contributo eficaz, e para o efeito tem de haver um empenhamento das respetivas
4 Entidades.

5
6 **O Presidente da Câmara** realçou o reforço do trabalho na área económica de cooperação com o
7 Cluster e já foi feita uma reunião para decidir um plano de trabalho no sentido de haver medidas
8 concretas.

9 Existem vários grupos de trabalho com empresas e instituições que se empenham na concretização
10 desse mesmo plano, e o mesmo está previsto para outras áreas, como o NERE, a Associação
11 Nacional dos Jovens Empresários, a ACDE e um conjunto de outras áreas de outras Associações
12 Empresariais.

13
14 Sobre a Estrutura Informal do PITÉ a ideia é evoluir para uma estrutura mais formal, ou seja, em
15 que houvesse a participação da Câmara, se calhar do NERE, se calhar do PACTO, de várias
16 Associações, mas uma estrutura formal significa também financiamento para essa estrutura, não
17 apenas para a operação mas também para o funcionamento concreto e portanto têm de ganhar todas
18 estas Associações para que participem e a melhor forma de participarem é poderem começar a ter
19 alguma capacidade de proposta e de decisão e depois, pouco a pouco, evoluírem para algo mais
20 formal.

21
22 Relativamente à reestruturação da Comissão de Economia e Turismo, a mesma prende-se com o
23 facto de nos 2 últimos anos do Mandato, derivado à pandemia, não ter funcionado em condições,
24 na maior parte dos casos não teve quórum, parece-lhe uma Comissão demasiado alargada para ser
25 funcional e portanto têm de discutir com as entidades respetivas e depois também com os vários
26 membros da Câmara e da Assembleia Municipal o que é que deve ser feito em termos de
27 reestruturação para lhe dar eficácia, não interessa reunir uma Comissão por reunir, interessa reunir
28 uma Comissão que produza decisões e que as decisões tenham efeito concreto.

29
30 Quanto às Transferências de Capital para o Movimento Associativo, disse que se vão manter, mas
31 querem aumenta-las e assim estão previstas. O mesmo relativamente à questão das Receitas que
32 proveem das Candidaturas. Não funcionam por duodécimos, o duodécimo funciona em termos
33 nacionais, o Orçamento Municipal todo não é aprovado não funciona exatamente por duodécimos
34 tem um outro tipo de funcionamento, não vai agora aqui entrar em detalhes técnicos, mas não têm
35 essa obrigação de funcionamento dessa forma.

36 Financiamento do TGR já está previsto, já está incluído no Orçamento esta previsão.

37
38 Sobre as Normas de uso do Salão Central, recordou que o compromisso é que antes da entrada em
39 funcionamento do Salão Central estas normas estejam devidamente aprovadas e é isso que queremos
40 fazê-lo, aliás foi um compromisso que tomámos.

41
42 Relativamente à capacidade de empréstimo, o **Presidente da Câmara** comunicou que neste
43 momento é de cerca de 8 milhões de euros, recordou que vieram de uma situação em que tinham
44 um excesso de endividamento de 32,5 milhões de euros e, portanto, têm esta capacidade de
45 endividamento. O que tem dito é que podemos e provavelmente devemos usar alguma capacidade
46 de endividamento para investimentos estruturantes ou para necessidades estruturantes do Concelho,
47 a rede viária pode ser uma possibilidade, a rede de água e saneamento pode ser outra possibilidade,
48 mas para que haja uma gestão minimamente equilibrada, a seu ver têm de ter aqui um limite e esse
49 limite é o valor máximo que gastam com o pagamento do empréstimo do Plano de Saneamento
50 Financeiro que estamos a fazer, por isso falou no valor do 4 milhões, 4,5 milhões, não têm de ser
51 empréstimos a curto prazo, podem fazer empréstimos de curto prazo mas neste caso dos 8 milhões

1 de euros a capacidade é para empréstimos de médio e longo prazo, vão pedir a seguir a possibilidade
2 de empréstimo de curto prazo, mas os empréstimos de curto prazo só usam para situações de
3 Tesouraria e se forem verificar nos últimos anos nunca usaram porque felizmente nunca tiveram
4 necessidade de utilizar esses empréstimos.

5
6 Sobre as rubricas de Outros e Diversos, são o que são, estão previstas assim, o que já estão a fazer
7 para a Câmara e podem fazer também para a Assembleia Municipal, é uma discriminação das verbas
8 que depois são incluídas nestas rubricas, para que haja uma situação de maior transparência. **O**
9 **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dos eleitos e não verificando mais
10 pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

11 **Deliberação das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022:**

12 **Aprovado por maioria**, com 13 votos a favor (8 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do
13 MICAZA e 1 do MMPI), e 20 abstenções (13 do PS, 5 Coligação “Mudar Com Confiança”, 1 do
14 BE e 1 CH), com 33 presenças verificadas.

15 **3. Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2022**

16
17 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

18
19 **O Presidente da Câmara** referiu que o documento que foi distribuído é suficientemente claro e
20 discrimina bem as questões, salienta apenas que os lugares que preveem em termos de contratação
21 terão em conta o equilíbrio do ponto de vista Orçamental, mas também os desequilíbrios que têm
22 nalgumas áreas do Município e farão, como têm vindo a fazer, com os cuidados necessários.
23 Acomodam tudo o que tem a ver com o aumento do salário mínimo, com as alterações de carreira,
24 tudo o que está previsto no Mapa de Pessoal no sentido da progressão nas carreiras dos
25 trabalhadores, julga que corresponde ao que é possível, não ainda ao que é necessário, ao que é
26 possível neste momento, que ainda assim significa um aumento de quase 1 milhões de euros
27 relativamente ao ano anterior, mas é um valor que acomoda sobretudo os aumentos que decorrem
28 das questões legais e algumas contratações de pessoal.

29
30 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não
31 verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

32 **Deliberação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Évora para o ano de 2022:**

33 **Aprovado por maioria**, com 14 votos a favor (8 da CDU, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do
34 BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), e 19 abstenções (13 do PS, 5 Coligação “Mudar Com Confiança”
35 e 1 CH), com 33 presenças verificadas.

36 **4. Regulamento e Tabela e Taxas e Outras Receitas do Município de Évora / Atualização de** 37 **valores para o ano de 2022**

38
39 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara**.

40
41 **O Presidente da Câmara** informou que estão a fazer uma revisão global deste Regulamento de
42 Taxas e outras Receitas, que está desatualizado num conjunto de pontos, mas atendendo à situação
43 que vivemos, o que propõem é o que está no próprio Regulamento e é de Lei, que é a atualização
44 através da Taxa de Inflação.

45
46 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não
47 verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.
48
49
50
51

1 **Deliberação do Regulamento e Tabela e Taxas e Outras Receitas do Município de Évora /**
 2 **Atualização de valores para o ano de 2022:**

3 **Aprovado por maioria**, com 32 votos a favor (13 do PS, 8 da CDU, 5 Coligação “Mudar Com
 4 Confiança”, 3 do Movimento Cuidar de Évora, 1 do BE, 1 do MICAZA e 1 do MMPI), e 1 abstenção
 5 do CHEGA, com 33 presenças verificadas.

6
 7 **5. Autorização Prévia para Compromisso Plurianuais no ano de 2022, no âmbito da Lei dos**
 8 **Compromissos e dos Pagamentos em Atraso**

9
 10 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

11
 12 **O Presidente da Câmara** disse que julga que durante este ano terão hipótese de deixar de ter que
 13 acompanhar aquelas questões dos chamados Fundos Disponíveis uma vez que já saíram da situação
 14 de Desequilíbrio Financeiro Estrutural mas ainda têm de analisar o que é que o Orçamento de Estado
 15 dirá, mas aqui é fundamentalmente uma questão de gestão em que para facilitar a gestão propõem
 16 esta Autorização Prévia, naturalmente darão conhecimento à Assembleia de todos os Compromissos
 17 que tomarem este ano.

18
 19 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não
 20 verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

21
 22 **Deliberação da Autorização Prévia para Compromisso Plurianuais no ano de 2022, no âmbito**
 23 **da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso:**

24 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

25
 26 **6. Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2022, para ocorrer a**
 27 **dificuldades de Tesouraria**

28
 29 **O Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Presidente da Câmara.**

30
 31 **O Presidente da Câmara** informou que, de acordo com a Lei, esta é a única Sessão onde esta
 32 Autorização pode ser votada e obtida, ou seja, a Sessão onde se aprova o Orçamento Municipal, e
 33 por isso trazem aqui essa possibilidade, como disse à pouco não pretendem utilizá-la só num caso
 34 excepcional é que a utilizarão e no caso de ser utilizada haverá um processo de consulta aprovado na
 35 Câmara e que virá à Assembleia Municipal, mas como disse é apenas ter aqui algum cuidado que
 36 esperam não ter que utilizar.

37
 38 **O Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção do Presidente da Câmara e não
 39 verificando mais pedidos de intervenção, submeteu a presente Proposta a votação.

40
 41 **Deliberação Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2022, para**
 42 **ocorrer a dificuldades de Tesouraria:**

43 **Aprovado por unanimidade**, com 33 presenças verificadas.

44
 45 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que terminaram o período da Ordem do Dia e
 46 entram novamente no Período em que se dá a palavra ao Público

47
 48 **IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**

49
 50 **O Presidente da Assembleia Municipal** verificando não haver pedidos de intervenção por parte
 51 do público, dá por terminada a Ordem de Trabalhos.

1 APROVAÇÃO EM MINUTA

2
3 **O Presidente da Assembleia Municipal** informou que a Ata em minuta vai ser lida pela 2ª
4 Secretária, Maria da Nazaré Lança.

5
6 *“A Assembleia Municipal de Évora, reunida no dia 22 de abril no Salão Nobre da Câmara*
7 *Municipal de Évora, aprovou por maioria, com 13 votos a favor e 20 abstenções, as Opções do*
8 *Plano e Orçamento para o ano de 2022.*

9 *Aprovou por maioria, com 14 votos a favor e 19 abstenções, o Mapa de Pessoal da Câmara*
10 *Municipal de Évora para o ano de 2022.*

11 *Aprovou com 32 votos a favor e 1 abstenção, o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas*
12 *do Município de Évora / Atualização de valores para o ano de 2022.*

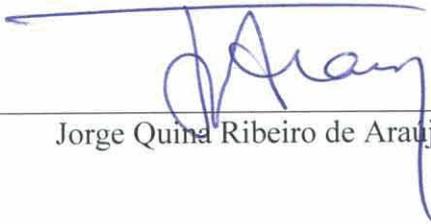
13 *Aprovou por unanimidade a Autorização Prévia para Compromisso Plurianuais no ano de 2022,*
14 *no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e Aprovou por unanimidade a*
15 *Contratação de Eventuais Empréstimos de Curto Prazo, no ano de 2022, para ocorrer a*
16 *dificuldades de Tesouraria. “*

17
18 **O Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a Ata em minuta.

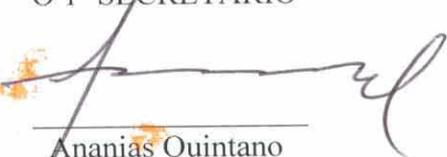
19
20 A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações
21 tomadas da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de
22 setembro.

23
24 Não existindo mais assuntos para tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminada
25 a sessão pela duas hora e dez minutos da manhã do dia seguinte, da qual para constar se elaborou a
26 presente ata que os membros da Mesa subscrevem e assinam.

27
28
29
30
31 O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

32
33
34
35 
36
37
38 _____
39 Jorge Quina Ribeiro de Araujo

38 O 1º SECRETÁRIO

39
40
41 
42 _____
43 Ananias Quintano

A 2ª SECRETÁRIA

44
45
46
47
48
49
50
51 
Nazaré Lan